

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Mestrado em Sociologia



A criação do imaginário: a pele negra como elemento de distinção
sociocultural na cidade da Liberdade (Redenção – CE)

Francisco Kaio Dias de Sena

Pelotas (RS), 2025

Francisco Kaio Dias de Sena

A criação do imaginário: a pele negra como elemento de distinção
sociocultural na cidade da Liberdade (Redenção – CE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle

Pelotas (RS), 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

S474s Sena, Francisco Kaio Dias de

A criação do imaginário [recurso eletrônico] : a pele negra como elemento de distinção sociocultural na cidade da Liberdade (Redenção - CE) / Francisco Kaio Dias de Sena ; Marcus Vinicius Spolle, orientador. — Pelotas, 2025.

117 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Cor da pele. 2. Raça. 3. Diferença. 4. Cultura. 5. Identidade negra. I. Spolle, Marcus Vinicius, orient. II. Título.

CDD 305


Francisco Kaio Dias de Sena

A criação do imaginário: a pele negra como elemento de distinção
sociocultural na cidade da Liberdade (Redenção – CE)


Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 19 de setembro de 2025.


Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MARCUS VINICIUS SPOLLE**
Data: 28/11/2025 21:08:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle (Orientador),
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Documento assinado digitalmente
 **ROSANE APARECIDA RUBERT**
Data: 03/12/2025 00:03:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Profa. Dra. Rosane Aparecida Rubert, Doutora em Desenvolvimento Rural pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Documento assinado digitalmente
 **MARI CRISTINA DE FREITAS FAGUNDES**
Data: 01/12/2025 14:52:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Profa. Dra. Mari Cristina de Freitas Fagundes, Doutora em Sociologia pela
Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Agradecimentos

Iniciar um trabalho como este de escrita é sempre bastante desafiador. Portanto, para isto, guardar momentos seja pessoalmente ou em memória é sempre um alento e uma calmaria às nossas mentes e corações. Por isso, inicio agradecendo à duas pessoas falecidas que guardo no meu coração. Temporalmente, uma se trata de minha querida avó, mais conhecida como dona Fransquinha, que amei de coração e que me educou com carinho. Te agradeço por ter feito parte de minha vida. A outra pessoa também in memoriam é minha falecida mãe, Luciana, ou como lhe chamava “Ciana”, carinhosamente. Nem sei o que argumentar, mas foi você que me incentivou a ser professor. Te agradeço com tanta saudades que as palavras faltam. Agradeço também pelos carinhos e apoios recebidos por minha tia Evanda e por minhas primas Geovania e Germanya durante o triste processo que sofri após a perda de minha mãe. Vocês foram essenciais nesse processo de superação desta perda que para mim é incalculável.

Há outras pessoas que guardo com tanto carinho e admiração que se fosse pessoalmente acho que hesitaria as palavras de como dizer. Ao meu orientador prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle que com sempre muita atenção, dedicação, sabedoria e competência me ajudou tanto. Agradeço imensamente.

Há outros da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) que devo deixar meus agradecimentos que também irei fazê-los individualmente. Ao professor Dr. Attila Barbosa também do PPG em Sociologia que durante momentos conversávamos sobre como eu me sentia em relação à falta que minha mãe fazia. Nem imagina o quanto me ajudava naqueles dias. Por isto, minha gratidão a você igualmente será eterna. Quero também agradecer à professora-pesquisadora da área de Antropologia Rosane Rubert vinculada ao departamento de História e Antropologia, instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Também professoras e professores, mas da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), há alguns outros docentes que devo minha gratidão. À professora doutora Joceny de Deus Pinheiro, antropóloga, que sempre me ajudou e que de uma maneira indescritível sempre esteve junta me tirando dúvidas, incentivando, esclarecendo percepções e que se tornou uma pessoa que desejo levar para a vida como amiga. Meus agradecimentos!

Devo também agradecer ao professor, também da Unilab, Edson Borges, antropólogo e historiador. Meus agradecimentos são muitos por todas as ajudas com

indicações de leituras, ensinamentos e por todas as vezes que se colocou solícito à me ajudar com todas as minhas dúvidas, que foram muitas, só tenho a agradecer por tê-lo também como meu professor. Gratidão, professor Edson Borges.

Agradeço imensamente ao professor Lourenço Cardoso, da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, referência em todo o Brasil sobre branquitude, fundamental para quem estuda relações étnico-raciais, que desde o meu início nesta IFES sempre me ajudou em tudo. Obrigado por todas as vezes que me ajudou, inclusive, em momentos de suas férias ao realizar indicações de leituras. Obrigado também pela paciência comigo durante as aulas. Muito obrigado.

Também não posso esquecer da ex-misnira e professora Matilde Ribeiro, um ser humano incrível e de uma competência estupenda. Não sei como agradecer ou das palavras para usar neste momento de gratidão. Professora Matilde, muito obrigado por tudo. Aprendo demais com você, só tenha a lhe agradecer por tudo. Gratidão sempre.

Agradeço também para Helena Morales Gentilini, Luciane Grala Morales e Zulmira Lopes Rodrigues pela recepção e acolhimento que me deram enquanto estive na cidade de Pelotas, no rio Grande do Sul. Devo agradecer a vocês de coração.

Deixo também este espaço para agradecer ao projeto Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), uma instituição que contribuiu significativamente no meu processo formativo acadêmico. Agradeço igualmente à Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) por me acolher como estudante e que muito me ajudou em minha formação.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo principal compreender como a cor da pele negra tem sido interpretado como elemento de graduação e de diferença e distinção sociocultural pelos gentílicos do município de Redenção, cidade do estado do Ceará, tida como a primeira na história do Brasil a abolir a escravidão, em primeiro (1º) de janeiro do ano de mil oitocentos e oitenta e três (1883), portanto, mais de cinco (5) anos antes da própria Lei Áurea de treze (13) de maio de mil oitocentos e oitenta e três (1883). Com esta intenção em mente, esta dissertação realizou-se metodologicamente através da aplicação de questionários junto ao senso comum gentílico desta urbe e, comparativamente, relacionar seus argumentos com as explorações de expressões e/ou opiniões de estudantes do nível médio da educação básica também deste município, pois, acredita-se que assim se pode ultrapassar a simples aparência do fenômeno na busca também interseccional que possibilitasse tal interpretação desta problemática. Esta questão social de diferença racial iniciou-se a partir do início das atividades da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e após a chegada de sujeitos vindos do continente africano para estudar e trabalhar nesta IFES. Notou-se que a melanina é observada pela gente local como algo que primeiro diferencia cidadãos e que na graduação social é elemento de hierarquia onde o ser negro, por sua vez, quanto mais negro for, ou quanto mais melanina tiver em sua pele, significa um aspecto histórico negativo e que aflinge o contexto contemporâneo destes sujeitos “redencionistas”.

Palavras-chave: Cor da pele; raça; diferença; cultura; identidade negra.

Abstract

The main objective of this study is to understand how black skin color has been interpreted as an element of gradation and sociocultural difference and distinction by the gentiles of the municipality of Redenção, a city in the state of Ceará, considered the first in the history of Brazil to abolish slavery, on January 1, 1883 (1883), more than five (5) years before the Golden Law of May 13, 1883. With this intention in mind, this dissertation was carried out methodologically through the application of questionnaires to the common sense of the gentile population of this city and, comparatively, to relate their arguments to the explorations of expressions and/or opinions of high school students also from this municipality, as it is believed that this allows us to go beyond the simple appearance of the phenomenon in an intersectional search that enables such an interpretation of this issue. This social issue of racial difference began with the start of activities at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (Unilab) and after the arrival of individuals from the African continent to study and work at this IFES. It was noted that melanin is observed by local people as something that first differentiates citizens and that in social ranking it is an element of hierarchy where being black, in turn, the blacker one is, or the more melanin one has in their skin, means a negative historical aspect that afflicts the contemporary context of these “redemptive” (synonym of the abolitionist) subjects.

Keywords: Skin color; race; difference; culture; black identity.

Sumário

Prólogo.....	09
Introdução.....	11
Apontamentos secundários.....	19
Prólogo às reflexões e às explorações: notas explicativas e metodológicas.....	26
Contextualização sócio-histórica do Ceará à Redenção da Liberdade.....	30
Contextualizando: abordando o estado do Ceará.....	34
Contextualizando: abordando a história e a dinâmica sociocultural contemporânea de Redenção da liberdade.....	41
Uma R/redenção nem tão liberta assim.....	55
Explorando dados: os sujeitos redencionistas do senso comum.....	60
Elevador é quase um templo: ou um preto de alma branca?.....	71
Elevador é quase um templo: o caso das escolas.....	90
Considerações finais.....	100
Apêndice.....	103
Referências bibliográficas.....	107

Prólogo

Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história

Se preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

Se preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai
Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história

Se o preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

Se preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história

Música: **Identidade**, de Renato Aragão (1992)

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo principal compreender a cor da pele negra como signo de diferença e de distinção sociocultural segundo a compreensão da percepção social¹ dos gentílicos do município de Redenção, no estado do Ceará, primeira cidade a abolir a escravidão na história do Brasil. Esta indagação se originou a partir da exploração de expressões de estudantes adolescentes do ensino médio público local observadas durante o período enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID – do subprojeto de História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e de análises sobre o cotidiano do povo local.

Como ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) para aproximação do licenciando com a rede de educação básica, através deste trabalho, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência pode ser entendido como um plano fundamentado para a análise das práticas pedagógicas. É que por muito tempo as aproximações dos licenciandos com a rede básica de ensino foram interpretadas como o período da prática em oposição aos momentos de teorias – estes últimos realizados durante as aulas de graduação/licenciatura – tanto pelos estagiários quanto pelos próprios professores/pesquisadores (Pimenta; Lima, 2012). Contudo, estas mesmas aproximações devem ser concebidas e consideradas como novas oportunidades para explorações e construções de novos conhecimentos. Desta forma, o objeto aqui investigado poderá se tornar fonte de outras análises igualmente importantes, pois, como uma verificação rigorosa em uma cidade ímpar na história deste país chamado de Brasil poderá ser revisitado, inclusive, pelos responsáveis da educação,

¹ Este termo “percepção social”, neste trabalho, está relacionado às pessoas que não ingressaram ao ensino superior. Faz-se isto para diferenciá-los dos demais sujeitos que, por sua vez, sim, cursam/cursaram o nível do ensino superior. É que nesta dissertação tem-se por intenção explorar as visões de parte da população, que se diga a maioria, podendo também se utilizar a categoria de “opinião predominante, gentílica do município de Redenção (Ce) que, como se disse, não ingressaram no nível superior de escolarização. O objetivo com este público alvo é, exatamente por se constituir como a esmagadora maioria dos gentílicos redencionistas, ao explorar suas percepções acerca da história e identidade, será possível ser alcançada a compreensão de como se constrói e de como entendem a nova dinâmica sociocultural que se passou a existir na cidade de Redenção a partir/desde a chegada de estudantes e docentes vindos, não somente, mas principalmente, do continente africano, de nações cujo idioma oficial é a língua portuguesa. É igualmente importante deixar bastante claro que quando se escreve “senso comum” não se está menosprezando os saberes populares, muito pelo contrário. Esta nomenclatura está sendo utilizada apenas para se referir aos sujeitos que não ingressaram no ensino superior e por oposição, por sua vez, com estes mesmos estudantes de nível superior. Também é de intenção do autor fazer saber que este mesmo público alvo, por ter objetivo metodológico com o método comparativo, será diferenciado dos estudantes do ensino médio.

seja municipal, estadual e/ou federal, em prol, primeiramente, da correção, e, da melhor execução da Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 de que tratam do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e indígena, respectivamente.

Como bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), nos constituímos entre sete os seus integrantes, sendo quatro brasileiros e três naturais de Guiné Bissau, vinculados ao subprojeto intitulado de “Territórios, Memórias e Identidades Negras e Indígenas no Ceará: descolonizando ideias, tecendo saberes, fortalecendo presenças”, em uma turma do ensino médio de tempo eletivo com o nome de “Memória e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Portanto, se tratava de uma propícia amalgamação e de fomento aos estudos das relações étnico-raciais propostos tanto pelo subprojeto de História quanto pela turma eletiva que se desenvolvia no interior da escola EEMTI Padre Saraiva Leão – primeira a funcionar na cidade, até então em atividades no prédio disponibilizado pela igreja católica local Paróquia Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município.

Este objeto ainda articula-se à existência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), instituição que ainda nos será muito importante nestes debates, instalada nesta cidade histórica da *R/redenção* escrava e que em razão de sua parceria internacional de educação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) faz(-se) ter neste município estudantes e professoras/es de diversas nacionalidades africanas: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Em outubro de 2008, foi criada a Comissão de Implantação da UNILAB, instituída pela Secretaria de Educação Superior – SESU – do Ministério da Educação (MEC). Essa Comissão foi composta por representantes de diversos órgãos federais, do MEC, de outras universidades federais, da UNESCO, da CPLP. [...] Consolidada no documento “Diretrizes Gerais” a tarefa da comissão foi concluída em 2010, deixando delineados a missão, os objetivos e os princípios políticos-acadêmicos norteadores das ações da UNILAB que, por sua vez, inspiraram a elaboração da Lei 12.289/2010, que a criou. [...] A Lei 12.289/2010 definiu a cidade de Redenção, no Ceará, como sede da UNILAB. Localizada a 63Km da capital cearense, Redenção é reconhecida pelo seu pioneirismo na libertação de escravos no Brasil. [...] **As escolhas de Redenção e São Francisco do Conde como sedes de campi, além de sinalizarem para o desenvolvimento regional, valorizam símbolos que indicam claramente para compromissos acadêmicos e institucionais da UNILAB com a população brasileira afrodescendente** [grifos meus]. Nessa perspectiva, a UNILAB valoriza os seguintes princípios: desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com caráter humano e social; reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar; reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural e, de

gênero; inclusão social com qualidade acadêmica; articulação interdisciplinar entre ensino-pesquisa-extensão; pesquisa científica, tecnológica, humanística e artística inspirada nos ideais de liberdade e referida a problemas cuja solução seja relevante para o desenvolvimento nacional, dos países parceiros, das regiões e bem-estar da população; formação vinculada à criação de consciência cidadã, sustentada no respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural e à paz mundial; proporcionar o acesso e promover a disseminação da informação institucional, técnica, científica, artística e cultural registrada nos mais diversos suportes físicos, eletrônicos, digitais e virtuais. [...] No âmbito da formação de professores, é importante destacar que a universidade demonstra estar perfeitamente em linha com as metas do PNE [*Plano Nacional de Educação, grifos meus*] 2014-2024, contribuindo para a formação de professores para atuar na educação básica em diferentes áreas do conhecimento. A fim de concretizar sua proposta de integração e cooperação internacionais, metade das vagas ofertadas é destinada ao público brasileiro, cuja seleção é feita por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a outra metade é destinada a estudantes oriundos dos países parceiros, selecionados mediante processo específico. Os docentes e pesquisadores são contratados seguindo a mesma lógica de parceria podendo, até metade de seu corpo docente – regular, visitante e bolsistas - ser de origem estrangeira, consolidando a proposta de integração acadêmica e de cooperação solidária. Quanto à formação acadêmica, a UNILAB tem como proposta a adoção de uma política didático-pedagógica com foco no êxito do/a estudante, que busca evitar a evasão e, consequentemente, ***assegurar sua permanência na universidade até a conclusão do curso*** [grifos meus] [...] São outras as características prevalentes dos estudantes da UNILAB: originários de países africanos e de municípios do interior dos estados do Ceará e da Bahia, a frequência à universidade impõe a necessidade de se deslocarem e fixarem residência nos municípios-se da universidade - Redenção, Acarape e São Francisco do Conde. ***Levantamentos realizados por diferentes setores da universidade e pela FONAPRACE comprovam que, estudantes tanto os nacionais como os internacionais são, em sua maioria - perto de 80% - oriundos de famílias de baixa renda e baixa escolaridade sendo, predominantemente, o primeiro membro a frequentar uma instituição de ensino superior*** [grifos do autor] (PDI, 2016-2021a, p. 7-8-9-11-12-48).

Em um dia qualquer de atividades como bolsista, e com o objetivo de refletir a história local, foi planejado uma oficina com os estudantes do ensino médio daquela escola de tempo integral no intuito de explorar os contextos históricos e sociais da escravidão em terras cearenses e, assim, pensar nas razões que levaram Redenção a ser o primeiro município a abolir a escravidão na história do país – feito pioneiro concretizado e simbolizado no dia 1º de janeiro do ano de 1883. Era oportuno expor e explorar que dependendo do contexto social, cultural, econômico e/ou do clima, por exemplo, as maneiras de tratar o sistema da escravidão poderiam ser, e de fato foram, diferentes entre as distintas regiões brasileiras. No Nordeste, uma grande seca que durou entre 1877 e 1879 fez os fazendeiros do Ceará buscarem meios de pelo menos inibirem as suas perdas, como a venda interprovincial de escravizados ao sudeste (Secreto, 2020), pois haveriam de enfrentar muitas dificuldades financeiras ao se manter

“tamanha” mão de obra.

Foi neste contexto de debates e reflexões que os estudantes adolescentes levantaram-se e com vigor perguntaram “como eles se sentem?”. Aqueles curiosos educandos do ensino básico queriam saber quais os sentimentos dos universitários guineenses (e dos demais africanos que fazem parte da Unilab em geral) enquanto se debatia a respeito daquele conteúdo, isto é, se eles [sujeitos vindos de África] sentiam-se ofendidos e/ou tristes por se estar estudando sobre pessoas que como eles são negros e vieram de um mesmo lugar – note-se que o continente africano era/foi interpretado numa perspectiva de uma unidade “singular” indistinta de regionalismos e/ou de filosofias de vida. Nesta expressão, implicitamente, interpretavam que os escravizados foram sujeitos mais próximos dos discentes de Guiné Bissau do que os são dos brasileiros contemporâneos. A dúvida levantada por aquela expressão fomenta a indagação em igualmente explorar a cor da pele negra como elemento de diferença e de distinção sociocultural nesta distinta cidade ao se investigar as contribuições da população negra para a formação da identidade local segundo os entendimentos daqueles alunos, bem como do senso comum mais amplo – este elemento último deverá ser compreendido com o próximo parágrafo, o de logo à seguir –, e de quais as implicações destas interpretações sobre o cotidiano contemporâneo dos habitantes de “R/redenção” (ex?) escrava.

Com isto em mente, e inquieto pelo caso ocorrido no interior da escola EEMTI Padre Saraiva Leão, buscou-se observar de maneira sensível a sociedade mais ampla da cidade abolicionista ao atentar-se para possíveis “implicações” – estas que foram mencionadas nas derradeiras linhas do parágrafo anterior [ainda que muito embora igualmente não sabe-se se seriam consequências do ensino escolar influenciando a percepção social comum mais ampla gentílica sobre o então contexto local desde a chegada da *Unilab da Integração* ou se seriam as experiências “R/redencionistas”, isto é, as narrativas, as histórias e/ou as memórias locais (com)partilhadas, induzindo e insinuando concepções a respeito deste mesmo contexto contemporâneo interpretado por esta gente levadas ao interior escolar; ou mutuamente] –, e se viu ocorrer no município algo que fomentou ainda mais a inquietação inicial: pessoas negras e de cabelos crespos, algumas estudantes, na maioria das vezes sendo mulheres, são corriqueiramente confundidas com sujeitos vindos de África. Diga-se o caso de uma babá, uma jovem negra que trabalha em uma casa há poucos metros ao lado da

universidade Unilab e que cuida de um filho de uma senhora que trabalha no hospital local. Em um dia qualquer, um número considerável de homens, todos de fenótipos negros [contudo, é preciso igualmente saber como eles se autoidentificam], sentados na calçada de uma rua da periferia citadina, em um curioso bairro chamado de *Parque da Liberdade* [nome em alusão à história abolicionista do município e entrecruzado por ruas e avenida que insinuam memórias ou à escravidão e/ou ao abolicionismo, como Rua Princesa Isabel, Rua Castro Alves, Rua Senhor do Bonfim (que também reporta ao sincretismo religioso afro-católico, no qual Senhor do Bonfim corresponderia à Oxalá²), Rua Travessa Redenção, Rua Treze de Maio, Rua Travessa dos Libertadores, sendo que, estas duas últimas, dão acesso à Avenida Abolição – avenida na qual se está instalado o Campus da Liberdade, um dos que fazem a Unilab], chamaram atenção ao serem percebidos conversando a respeito daquela mulher com o menino em seus braços. Eles argumentavam que a tonalidade da pele e o seu tipo cabelo indicariam ser uma africana. Curiosamente também falavam que o seu corpo era “esguio”. Outro caso, mas desta vez de uma mestrandia daquela mesma instituição de ensino superior, negra quilombola de uma cidade vizinha: segundo ela, quando teria ido se consultar em um posto de saúde local, seu prontuário, sem lhe ser perguntado, foi preenchido como “estrangeira”. A mestrandia relata que interrompeu a agente de saúde para corrigi-la.

Historicamente se situando, sobre os sujeitos capturados e escravizados em África, qual teria sido a região brasileira que ficaram até o fim de suas vidas? Será que retornaram ao seu continente? E os seus descendentes, também negros escravizados, chamados no Brasil de crioulos, qual território permaneceram? *Aliás, quem são estes descendentes?* Têm-se que saber. Será que também retornaram para as terras de seus ancestrais? Ou a melhor hipótese seria a dedução de que os brasileiros contemporâneos são os descendentes daqueles homens e daquelas mulheres que trabalharam na condição de escravos no Brasil? Será que os adolescentes compreendem que (in)conscientemente aqueles universitários bolsistas não brasileiros, aproximados de escravos – *e da escravidão*, portanto – são assim interpretados por conta da cor de pele? Ou serão os seus lugares de origem? É necessário pensar sobre a construção da identidade. Quem são os primeiros brasileiros? Será que surgem depois de 1822? Se forem, então seriam

² Para saber mais sobre tal entidade religiosa sugere-se a leitura do trabalho de José Cláudio Alves de Oliveira, professor do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) intitulado de Santuário do Senhor do Bonfim. Sala de milagres e museu dos ex-votos: Patrimônio cultural, fé e informação, disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2008/14423.pdf>. Acesso em 07 ago. 2024.

os brancos europeus? Mas, mesmo após a independência, estes ainda relutavam origem europeia. E se os colonos brancos julgavam-se como portugueses por terem nascidos em terras descontínuas do Império de Portugal qual a razão de o outro grupo de sujeitos, negros, homens e mulheres, igualmente desta maneira não poder ser identificado já que em mesmas terras nasceram? Há a possibilidade de se (re)discutir que os escravizados só serão considerados legítimos brasileiros após a Lei Áurea do 13 de maio de 1888 – ou após o 1º de janeiro de 1883, no caso de Redenção?; Ou o 25 de março de 1884, para o evento do Ceará? Estas indagações derradeiras [“imperativas”] pós-hífen anterior são importantes devido as narrativas tanto no contexto municipal quanto estadual.

Embora que com o processo de construção do Brasil passaram todos a entenderem-se como brasileiros por terem nascidos em um mesmo país, alguns surgem como mais iguais que outros. Poderá isto ser a ânsia de tornar-se mais iguais aos primeiros a origem dessa ideologia? Essa brecha é resposta de uma negação e/ou preconceito de cor? Ou ainda, será isso o imaginário de que no Ceará não existem negros? Será possível compreender a interpretação dos alunos como um estigma que identifica os negros como sinônimos de escravos? Poderá ser a insegurança de igualmente serem negados e não incluídos em determinado(s) grupo(s) os motivos pelos quais os levam a esse afastamento ideológico e identitário? Ou isto será resultado de desconhecimento da história local e nacional por consequência da má qualidade de ensino? Ou terá isto certa intencionalidade quando se reflete acerca dos processos de ensino-aprendizagem? O que teria acontecido e/ou para onde foram aqueles homens e aquelas mulheres, e os seus descendentes, trabalhadores escravizados, com o pós-abolição? Será que conseguiram retornar para as suas nações e para as suas casas na África da qual haviam sido arrancadas e arrancados pelo instrumento da violência? Que ainda se pergunte: e o que a África e os africanos representam para estas pessoas? Estas têm sido algumas das indagações que a História Social tem [se] colocado a instigar³. Aliás, ao longo da história que se desenvolveu no Ceará, em sua historiografia e na crença do povo cearense, questão que também se é notada expressa por alguns

³ Os dois últimos parágrafos que nos levantam importantes indagações nos são de suma importância pois neste trabalho igualmente se investiga e explora sobre memórias tal como propôs refletir o sociólogo francês, da *escola durkheimiana*, Maurice Halbwachs no livro *Memória Coletiva* (1990). Portanto, não se trata de uma análise exclusiva acerca do tempo passado, mesmo que ela nos seja importante, mas de como as memórias e suas narrativas influenciam coercitivamente os sujeitos sobre as suas identidades.

estudiosos, um extenso debate acerca de sua identidade e as narrativas defendem não existir nem negros e nem indígenas em sua composição étnica⁴.

A visão do Ceará, e do Brasil, através da concepção de uma nação de sujeitos brancos cria-se a possibilidade de um silogismo histórico da identidade onde a condição de ser escravo seria a justificativa *sine qua non* de não ser brasileiro. Isto é, o escravizado que era negro não podia ser brasileiro por conta de sua condição, então, se o escravo era negro, logo ser negro é ser igualmente não-brasileiro. Portanto, para ser brasileiro seria preciso ser não-negro. Os bolsistas guineenses eram negros, logo, passível de pressupor o imaginário do negro como sinônimo de escravo – e, insistentemente, lembremos diretamente que as identidades da babá e da mestrandia lhes foram negadas pela sua cor de pele ser a “justificativa”.

Um raciocínio semelhante ao silogismo impregna a continuação da investigação a respeito da descendência afro-brasileira na região do Maciço de Baturité, território no qual está inserida a cidade de “R/redenção”, pois o que haverá de acontecer se estas ou semelhantes visões de mundo se depararem com as gerações posteriores dos que se identificam como afro-brasileiros como os grupos remanescentes de quilombolas, assim como a comunidade da mestrandia, à título de exemplo, que reivindicam com veemência as suas ancestralidades e matrizes culturais africanas, como as religiões? Neste caso, aqueles mesmos adolescentes logo respondem: – “Isto é do demônio para matar as pessoas”.

A respeito desta última expressão, se segue a explicação: com o início do segundo semestre referente à EEMTI Padre Saraiva Leão foi proposto um acolhimento mútuo entre os estudantes desta escola de ensino médio e os universitários bolsistas pibidianos na chamada Praça da Liberdade, onde se encontra um obelisco em homenagem ao fato histórico de ter sido a primeira cidade a abolir a escravidão no Brasil, construído para a comemoração do cinquentenário da Abolição em 1º de janeiro de 1933. Com o dito acolhimento pretendia-se indagar aos adolescentes sobre os objetivos com a formação daquela turma – eletiva e, portanto, escolhida por eles – e instigá-los sobre as suas perspectivas. Então, sentados todos ao chão da praça, entre as

⁴ Sobre isto, ver-se-á mais à frente a partir do que for discutido, momentaneamente, sobre as obras de José de Alencar como *Iracema* (1991 [1865]) e *O Guarani* (1857), o livro *O Cearense* (2017 [1969]) de Parsifal Barroso, e sobre o livro *O Cearense Revelado: uma jornada via DNA desvenda nossa ancestralidade* (2020) de Luis Sérgio Santos financiado por Igor Queiroz Barroso neto de Parsifal Barroso

conversações, foi quando se pronunciou daquela maneira o estudante ao se referir sobre o candomblé.

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual (Parecer CNE/CP 03, 2004, p. 12).

Pergunta-se se a política social do branqueamento [ainda em voga/ação na contemporaneidade desta cidade “redencionista” (!)] que propagandeou a ideia eugenista de uma falsa “boa raça” será a razão pela qual os estudantes e os demais habitantes desconheçam e neguem a sua própria história e marginalizam os afro-brasileiros?

Nas representações do senso comum muito parece que as pessoas do tempo presente compreendem que aquelas do passado brasileiro, um tempo mesmo não tão distante, se deram por sumidas ou que não existem mais. “Cabe lembrar que no pós-abolição foram formuladas políticas que visavam o branqueamento da população pela eliminação simbólica e material da presença dos negros” (CNE/PARECER 03/04, p. 16). Contudo, este simples fato de se ter notado que desde o final do século XIX as políticas visavam ao branqueamento brasileiro não torna este problema fácil de ser resolvido e nem que se saiba a razão de assim ainda continuar. Mas pergunta-se, quem ou quais pode(m) ser aqueles “brasileiros outros”, aqueles que se pode identificá-los como sendo os primeiros? E quanto aos povos originários indígenas deste território? Serão mesmo Moacir (Alencar (1991 [1865]) e Isabel (Alencar, 1857) os primogênitos?

Portanto, seja no interior dos ambientes escolares, ou fora deles, nas dinâmicas mais amplas da sociedade “redencionista”, é a melanina da pele sob as *concepções* [termo concebido como sinônimo de teoria, se puder assim ser julgado, já que se explora a acerca do recorte do real segundo esta gente local, não esclarecida academicamente] dos sujeitos que estão enquadrados sobre o conceito de moldura do senso comum citadino, o que nos importa compreender e, ao entendê-la, consequentemente, interpretá-la como signo de diferença e distinção sociocultural mesma nesta cidade erigida sob as histórias escravista e abolicionista e, majoritariamente, constituída por pessoas negras.

Apontamentos secundários

Antes de tudo, é necessário compreender que todo projeto e qualquer pesquisa deve-se iniciar a partir de uma problemática. E, *o fenômeno deste trabalho é diferente, pois o seu objeto é empírico, isto é, está acontecendo neste momento de leitura pelas ruas da primeira cidade a abolir a escravidão na história do Brasil.*

*A relevância deste estudo se mostra ainda mais importante para Redenção devido a sua história e ao seu contexto sociocultural contemporâneo diante de tantas visões de mundo serem compartilhadas a partir da chegada de milhares de pessoas do continente africano – para lá de diversos outros sujeitos de países do mundo que se fazem presentes por meio de representações de discentes e docentes, como de Timor Leste, da Ásia, Portugal e Alemanha, da Europa, Argentina e Perú, da América, por exemplo – além da presença dos povos originários e tradicionais indígenas – e que ainda seja dito com bastante veemência, portanto, que este fenômeno se trata de um assunto que não se restringe à esta cidade abolicionista apenas, mas que se configura como um objeto de importância nacional, e internacional. A respeito do contexto de mistura cultural vivido por este município, acima delineado pelos grifos em itálico refletamos com a reprodução de logo à seguir a partir do livro *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social* de Neuza Santos Souza:*

Aqui esta experiência é a matéria prima. É ela quem transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito da ascensão social, num anseio apaixonado de produção de conhecimento. É ela que, articulada com experiências vividas por outros negros e negras, transmutar-se-á num saber que – racional e emocionalmente – reivindico como indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação (Souza, 1983, p. 18).

Quer-se valer não de um possível desvio da participação de determinado grupo de sujeitos – fala-se dos negros, (pretos e pardos) – para a formação histórica e estrutural de Redenção, e do Brasil, onde haveria de se ter um suposto momento no qual os não-brancos deixariam de contribuir para a sua construção simbólica, mas ao fato de que, segundo a percepção do senso comum da cidade de Redenção, existiria o antônimo onde os escravizados seriam alguns e os “brasileiros outros”, sendo estes mesmos “outros” os legítimos e verdadeiros ancestrais do brasileiro contemporâneo.

Se na busca por soluções as origens dos problemas são sempre os fenômenos iniciais a serem procurados, este trabalho se configura da maior importância já que vê em Redenção, primeira cidade a abolir a escravidão na história do país, a *originalidade* de uma pesquisa sobre um objeto de investigação – um problema que é (inter)nacional, como já se tem frisado, como as desigualdades nas sociedades resultantes das invenções raciais. Portanto, Redenção não deve passar despercebida pelos planos de discussões sobre os estudos das relações étnico-raciais por várias razões: primeiramente, pela sua própria narrativa histórica; segunda, porque de certa maneira a Unilab faz (re)“viver” um sentimento de resgate e, no imaginário do senso comum, de proximidade simbólica com a [história da] escravidão – que, para além de sua história abolicionista, se revela justificada tanto pela confusão de acharem que os escravizados são mais próximos dos estudantes guineenses dos que os são dos brasileiros contemporâneos quanto, por conseguinte, pelo fato de estes mesmos estudantes estrangeiros confundidos, e aproximados dos escravizados, viverem nesta cidade, havendo, por isto, implicantes questões sociais – e sem se desconsiderar que a própria Redenção vive um ambiente material e imaterial e histórico de memória, característica esta que foi alentada ainda mais pelo caráter desta – e a partir desta – instituição de ensino superior.

Há ainda nesta cidade museus, tanto de iniciativa privada quanto pública, mas todos de narrativas baseadas na violência e no sangue contra os negros escravizados – sujeitos estes que segundo os discursos de quem os transmitem as narrações, viveram tais condições sem resistências –, e que apagam as histórias daqueles que resistiram. Estas instituições guardam alguns instrumentos que teriam sido utilizados nos castigos contra os escravizados que infringiam as normas estabelecidas pela ordem escravista.

A população local ainda percebe o negro como sinônimo de escravo. Explica-se: o povo local, algumas autoridades e esclarecidos academicamente⁵, argumenta que esta universidade é uma tentativa de reparação histórica em relação ao povo africano e, isto, cria um desentendimento ao invés de elucidá-la, ao afastar e apartar a escravidão, bem como a linhagem sanguínea daqueles que viveram na condição de escravos neste país, do próprio processo de construção do Brasil, como se aqueles escravizados fizessem

⁵ Com os termos autoridades e esclarecidos academicamente quer-se dizer que são pessoas públicas de certa relevância social, o que as tornam muito conhecidas pelos demais cidadãos, e também sujeitos que passaram pelo ensino superior. Não se pretende realizar um debate acerca, por exemplo, das definições filosóficas de “autoridade”, isto não nos será necessário, pelo menos neste momento.

parte exclusiva do passado – e do presente⁶ (!) – de estudantes e professoras e professores africanos da Unilab.

Os sujeitos que foram capturados e escravizados têm sua origem em África, sim, mas somente enquanto foram livres, até que a transformação de sua condição impôs uma série de rupturas, pois a partir do momento que se perceberam na escravidão do Brasil sua relação de parentesco se desloca e se enraíza a este novo território. A esmagadora maioria daqueles sujeitos que foram trazidos compulsoriamente ao Brasil para trabalharem como escravos nunca mais retornaram ao seu continente de origem, mas deixaram seus descendentes neste país.

Não se está negando o fenômeno da ancestralidade ou da negritude, como já se disse, mas mostrando com veemência que a cor da pele tem sido aspecto de seleção convencionalmente social – sim, com veemência em pleonasma –, pois negam, não conhecem e/ou se esquecem da descendência daqueles que estiveram na condição de escravos no Brasil – mesmo em uma sociedade formada por maioria de negros e forjada sob a herança do escravismo como Redenção. Com isto, tem-se a intenção que se faça compreender que se fala exclusivamente de quem foi capturado, escravizado, vendido e trazido para trabalhar no Brasil e não de seus possíveis parentes que ficaram em África, livres ou não; ou dos outros milhões de sujeitos que foram levados à força para trabalharem em territórios alhures.

Lembremos dos curiosos casos da babá e da mestrandia anteriormente mencionados, eles possibilitam instigantes reflexões, pois não se tratam apenas de terem sido confusões ou casos “equivocados” entre pessoas até porque não são poucas as vezes que isto ocorre, e continua acontecendo, mas é oportuno [fazer] compreender, por outro lado, que para ser brasileiro, na exploração desta lógica do senso comum, são precisas determinadas características e diferenças que, por sua vez, são basilares das sociedades modernas (Barros, 2009, p. 52). Portanto, perceba que para a compreensão acerca da composição da identidade brasileira, segundo o senso comum, a discussão deve-se perpassar pelo entendimento de que a cor de pele negra se constitui como signo

⁶ Poderia neste momento sobre esta reflexão utilizar o mesmo Halbwachs (1990), como anteriormente se fez – e o façamos também, é sempre muito relevante se ter recursos para outras reflexões acerca de um objeto de investigação, portanto, não o descartemos –, contudo, como particularmente neste caso está se referindo à estudantes e docentes vindos do continente africano, *preferencialmente*, sugerimos que se faça também com as contribuições dos próprios estudos africanos como os auxílios do moçambicano Luís Tomás Domingos (2011) e de Kajibanga e Pimenta (2008). Aliás, igualmente serão utilizados para reflexões quando se estiver mais propriamente explorando brasileiros. Os estudos africanos contribuem com outras visões epistemológicas.

de diferença e de distinção. Isto é, que ela é um elemento formador e demarcador de identidades, inclusive, geográficas, e que gera diversas consequências sociais, principalmente preconceitos baseados na cor/raça, sendo necessária ser examinada no plano da Sociologia. Aliás, esta questão se revela tão importante que necessita ainda ser analisada nos planos da História, da Antropologia, da Educação, da Psicologia, na construção de estereótipos, mesmo da economia⁷, pois preocupa-se com a interseccionalidade, e etcétera, por isso pensa-se ser interessante igualmente refletir com os auxílios das epistemologias dos estudos africanos (Kajibanga, Pimenta, 2008).

Uma nova ilustração que fundamenta quanto mais a importância deste trabalho ocorreu durante apresentação de artigo intitulado de *A fenomenologia da identidade brasileira: uma análise sobre a identidade a partir do senso comum estudantil* (Sena, 2019), de que também trata sobre racismo e identidade cearense, e nacional, no Centro de Eventos de Fortaleza, capital do Ceará, quando um gerente de banco que apreciava a apresentação interrompeu-a e passou a narrar que a princesa Isabel tinha um amante na província cearense e que poucos anos antes da abolição ela o teria informado de que o fim da escravidão se aproximava e, por este motivo, ele teve tempo hábil de negociar os seus negros cativos com a venda interprovincial e de informar aos demais escravistas da região, retirando, assim, do Ceará todos os negros. Segundo aquele sujeito, esta seria a razão de o Ceará não ter negros.

Especificamente no caso do Ceará existem espalhadas diversas [outras] narrativas – também de caráter políticas e ideológicas – e crenças de que neste território não existem negros e indígenas. Por exemplo, sobre negação da herança indígena – por isso falar-se em Moacir (Alencar (1991 [1865]) e em Isabel (Alencar (1857) anteriormente –, longa é a tradição da literatura, como a obra de José de Alencar, escritor

⁷ A referência à questão econômica pode ser refletida com a ajuda mesma trazida por Lucas Hertzog e Luciana Garcia de Mello no artigo intitulado de *Por uma abordagem interseccional das desigualdades: rupturas com visões hierarquizadas*, texto ainda utilizado na metodologia deste trabalho, quando estes, à título de ilustração, questionam a abordagem de Jessé Souza sobre as desigualdades e exclusões sociais. Segundo Hertzog e Mello (2020), Jessé Souza, ao realizar uma releitura sobre Florestan Fernandes, teria compreendido que o conceito de “ralé estrutural” – termo cunhado pelo próprio Fernandes (1976) –, não está vinculado stricto sensu à parcela negra da população brasileira desde o pós-abolição, mas sim aos pobres de uma maneira em geral. “O argumento vai na linha de reelaboração das teorizações de Pierre Bourdieu (2007) sobre o habitus de classe ao contexto brasileiro: haveria no contexto periférico a massificação do que Souza chama de um “habitus precário”, que se refere a um modo peculiar de condução da vida que caracteriza as formas socioculturais incorporadas, em larga medida, por uma classe que o autor conceituará posteriormente como “ralé estrutural”. Resumidamente poderíamos perceber no interior do argumento um movimento duplo, de desracionalização do habitus precário e de complexificação do conceito de classe social, o que arriscaríamos denominar a construção de um conceito forte de classe” (p. 231).

e político cearense do século XIX, *Iracema*. No romance, a gênese da realidade cearense é representada pela figura de Moacir, filho do colonizador do Ceará, o conquistador português Martim Soares Moreno, junto com a indígena Tabajara Iracema, personagem fictícia. Mas a origem da cearensidade se “inicia” apenas com a morte da indígena que simbolicamente representa o desaparecimento de todos os indígenas desta província (Barboza; Mariz, 2021). Acerca desta intencionalidade de que se argumentou, refletamos a seguir sobre um caráter político-ideológico através de uma reprodução bastante importante:

Os discursos que apontam para o desaparecimento dos povos indígenas no Ceará tornaram-se hegemônicos desde a década de 1860, merecendo destaque a publicação do romance *Iracema*, de José de Alencar (1991). Nesta obra, em que a gênese do cearense é representada na personagem de Moacir – filho legítimo de Martim Soares Moreno, conquistador português, com a indígena tabajara Iracema –, a origem do “povo cearense” ocorre mediante a morte da tabajara que representa, simbolicamente, o desaparecimento dos povos indígenas. Essa formulação, “confirmada” por outras narrativas, pavimentou o terreno no qual a ideologia do desaparecimento dos povos indígenas, no Ceará, estabeleceu-se como fato, e, até mesmo, como verdade histórica, reverberando, hoje, nas pesquisas baseadas na genética, que anunciam, como “grande surpresa”, a diminuta importância das matrizes indígenas em nossa composição étnica. Pesquisas como a que resultou em *O Cearense Revelado* tanto conduzem quanto cancelam o equivocado senso comum de que as populações indígenas desapareceram durante o processo de colonização. No entanto, elas remontam diretamente ao relatório de governo do então presidente do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, apresentado à Assembleia Provincial em 1863. Possivelmente em decorrência da solenidade da ocasião, o feito, que consistia na mera leitura do relatório, ganhou peso de aprovação de decreto, tendo obtido notoriedade como o “Decreto de Extinção” (Silva, 2011a), que oficializava o suposto desaparecimento das populações indígenas localmente. Nele, o presidente de província assevera: “Já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribos de Tabajaras, Cariris e Potiguaris, que habitavam a província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o resto constituiu os aldeamentos da Serra da Ibiapaba [...]. Andam-se hoje misturados na massa geral da população” (Cunha Figueiredo Junior, 1863, pp 19-20). Este episódio não foi isolado e transbordou em vários outros esforços de afirmação do desaparecimento dos povos indígenas no Ceará. É possível interpretarmos a leitura do relatório – e a sua respectiva elevação à condição de decreto – como uma ação política de manipulação da história e como “uma tentativa de extermínio no papel, que substitui o extermínio no real” (Vidal-Naquet, 1988, p. 45). Tal ação leva ao que Baéz chamou de “memoricídio”, que consiste no extermínio das memórias ligadas a um povo (Baéz, 2010, p. 288), constituindo ato fundacional do negacionismo que justificaria a ausência e/ou a limitação de políticas públicas para as populações indígenas locais desde o século XIX (Barboza; Mariz, 2021, p. 115-116).

E, para o caso da herança africana, observa-se o que afirmou muito recentemente Luis Sérgio Santos no livro *O Cearense Revelado: uma jornada via DNA desvenda*

nossa ancestralidade (2020) [trabalho também criticado pela citação acima de Barboza e Mariz (2021)], obra financiada por um dos herdeiros das famílias mais ricas do estado, Igor Queiroz Barroso. Nela, o cearense é descendente de vikings da Fennoscândia, região da Escandinávia.

O Instituto Histórico do Ceará assumiu, durante a última década do século XIX, a tarefa de “legitimação do território da pátria Ceará por meio do discurso histórico e da criação de um tipo cearense” (Mendes, 2010, p. 49). Essa missão ocorre por meio da exclusão da identidade negra ao levar em conta apenas “duas raízes: a europeia e a indígena, a primeira louvada como arauto de civilização e a segunda necessária para legitimar a ocupação do território” (Mendes, 2010, p. 50). A construção historiográfica que negava a presença da negritude no Ceará visava corroborar com o projeto de embranquecimento (Mattos; Santiago, 2025, p. 8).

Observe que interessante, Igor Queiroz Barroso é neto de Parsifal Barroso, político e professor cearense, autor do livro *O Cearense*. Seu objetivo neste trabalho é o de argumentar e defender essa ausência étnica afro-brasileira, e indígena, no território estadual. Portanto, seu neto trabalhou como mecenas no intuito de “comprovar” e legitimar a visão de seu avô sobre a identidade local.

O Brasil foi o grande caldeirão de miscigenação, uma curra selvagem e desembestada, uma relação de poder de força e de encantamento do colonizador sobre o colonizado. Primeiro o europeu sobre o ameríndio e, depois, os senhores de engenho sobre as negras africanas. As relações eram de força física e de compra de sexo tanto que as negras escravas tinham maior cotação nos balcões de compra e venda. [...] Gradativamente, iniciou-se um processo civilizatório onde a força abria frestas para o afeto, onde descendentes de conjunções meramente carnavais começavam a herdar propriedades dos seus senhores pais (Santos, 2020, p. 145).

A respeito dos Afro-Latinos e dos escravos negros, vejamos o que Achille Mbembe argumenta sobre quando a elite age em torno da identidade, principalmente para a América do Sul. Desde o século XIX, “as novas elites se apropriam da ideologia da mestiçagem para negar e desvalorizar a questão racial” (Mbembe, 2014, p. 35), buscando sempre apagar, invisibilizar e ocultar as heranças tanto de caráter indígena quanto africana.

Mas retornemos às expressões daqueles estudantes para pensar se seria possível imaginar a possibilidade da existência, em suas visões e em suas (in)consciências, de

uma espécie de inflexão histórica e reflexão distorcida e de ruptura entre um passado e um presente brasileiro? Quando se têm orientações como as das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei 10.639/03) e indígena (Lei 11.645/08), mas estes mesmos erros continuam, quais estratégias novas devem ser tomadas? A ideologia do branqueamento será a razão pela qual os seus habitantes desconhecem e/ou negam a sua própria história e, igualmente, marginalizam os afro-brasileiros e as suas lutas? É plausível a reflexão de que os próprios materiais didáticos e a pedagogia estão incrustados e também são produtos desta ideologia? Como reeducar o próprio sistema e desalienar o processo de ensino-aprendizagem?.

Isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira. [E que] reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino (Parecer CNE 03/04, p. 11-12).

Prólogo às reflexões e às explorações: notas explicativas e metodológicas

Antes de iniciar as explorações acerca de como a sociedade “redencionista” ver os sujeitos, gentílicos e/ou não, neste momento é necessário se defender ao argumentar estas meditações a partir de uma reflexão retirada da obra *Memória Póstumas Brás Cubas* que bastante [nos] ajudará a refletir – reprodução esta que será reproduzida logo a seguir:

Capítulo Primeiro / Óbito do autor: Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo. Moisés, que também contou a sua morte, não a pôs no intróito, mas no cabo: diferença radical entre este livro e o Pentateuco (Assis, 1994, p. 02).

Era desejado que esta reprodução pudesse ser feita como de costume se é entre as literaturas e a estivesse escrita centralizada (Ctrl+E), mas é que se faz preciso seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) devidamente por ser um trabalho científico e bastante preocupado com as exigências de que tal trabalho dissertativo exige quanto por ser relativo aos seres humanos. Deve-se ser ético e se usar de rigor. Contudo, isto não [nos] impede de se realizar tais reflexões científicas tendo como contributo as propostas de observação e de explicação dos grandes literatos brasileiros, como Machado de Assis, talvez o mais deste país que se esforçou por pensar esta nação, na segunda fase (o realismo), como proposta de caminho metodológico. Pois bem, que assim seja feito.

Claro que Machado de Assis fazia uma alusão a um jogo de escrita de narrativa na literatura, muito embora bastante à frente de seu tempo e ao de seus contemporâneos, e que esta forma de narrar o enredo, que também é social, se realiza por motivo de ser uma história inventada entre os implícitos cognitivos de sua fantástica mente, entretanto, de implícitos estes que são reais, na verossimilhança, e tentados ser explicados por detrás daquilo que não está formalmente expresso. Isto é, a literatura lhe serviu para falar de sua época e, para nós, auxilia a pensar o Brasil do século XXI forjado sobre a herança da escravidão.

Esta metodologia machadiana de não querer, e/ou de não saber, como iniciar as narrativas que contam a história e que giram em torno da personagem Brás Cubas [nos] será de incentivo, não por ser este trabalho dissertativo algo da mente retirado/inventariado e colocado no “papel” aqui lido, mas por fazer pensar que não necessariamente será por determinado evento inicial (*como aquele constatado ainda enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid – e que atuou na Escola Padre Saraiva Leão, esta instituição de ensino que também foi a primeira a ser instalada no município de Redenção, no Ceará*) e/ou fenômeno derradeiro (*como aquele outro que fora observado enquanto se notava que alguns homens estavam sentados ao chão de uma calçada falando a respeito da jovem mulher negra com a criança branca em seus braços*) que [nos] deu estímulo – na verdade, ambos o fizeram. Pretende-se com isto argumentar e defender que será conjugado, isto é, estes dois pontos analíticos, os caracteres internos e os fenômenos externos à escola, serão tidos como elementos a serem explorados em caráter combinativo, interligados, ou melhor, interseccionais, um influenciando ao outro, e que desta combinação se resultaria no objeto aqui examinado.

Assim sendo, e tomando Machado de Assis também por referência, (a)credita-se que sua contribuição auxiliará a ser igualmente mais galante entre [nossas⁸] reflexões, não como este autor conseguiu ser, mas [nós] nestes escritos que tentar-se-á fazê-lo importante nesse debate propostos pelas relações étnico-raciais.

Este trabalho que agora será por você lido apontará os elementos chaves, os mais

⁸ Esta nota de rodapé tem por objetivo central [fazer] tomar conhecimento de um elemento que antes deve ser sabido por quem este trabalho ler, pois ele estará presente em toda esta escrita. Primeiramente se explica que estes elementos explorados fazem parte do cotidiano deste pesquisador que reflete e escreve, já que presenciou todo o desenrolar destas tramas e processos sociais que narram sobre a identidade local e que, embora não como as grandes tragédias da literatura, contudo, quiçá mesmo mais inquietas que estas pois a realidade se faz cruel quando o assunto é o racismo, por exemplo, como neste caso. Portanto, será preciso dizer que será relevante tomar conhecimento em torno do trabalho de Conceição Evaristo intitulado de *Becos da Memória* dando-se ênfase ao conceito de *escrevivências* (2017). Mesmo que esta autora-pesquisadora, Conceição Evaristo, trate com mais fidelidade o termo “*escrevivência*” (*escrever + vivência*) como um processo de sobrevivência no qual as narrativas coletivas de mulheres negras são transformadas e/ou interpretadas como histórias que afirmam as existências e as lutas destas mulheres negras, será oportuno ter(mos) e colocar(mo-nos) diante da concepção do *escrever a vivência* coletiva redencionista, mulheres e os homens, pois assim poderá se ter uma noção mais holística do fenômeno e do qual se poderá ser posto em cena o pesquisador que aqui analisa e escreve: quer-se dizer, este autor presenciou a transformação estrutural cidadina e as vicissitudes das dinâmicas sociais e culturais desde a chegada da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e [d]os impactos dos estudantes e docentes, homens e mulheres, vindos do continente africano, especificamente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre a gente local e do qual se criou um frenesi a respeito da concepção de identidade. Afinal de contas, sob [n]esta *escrevivência* (Evaristo, 2017) do qual descreve a “R/redenção” e os seus gentílicos fez-se presente tal pesquisador deste trabalho dissertativo.

centrais, que *sulearão* estas meditações científicas que se ocupou de explorar a cor da pele negra como elemento de distinção social e cultural no município que primeiro aboliu a escravidão em toda a história deste país chamado Brasil, um caractere tão caro à nossa sociedade, redencionista, brasileira, e, mundial.

Apenas uma pausa para uma explicação e justificativa sobre o termo *sulear* acima exposto em *itálico*, no parágrafo anterior, antes de dar(mos) prosseguimento. Durante a leitura deste trabalho você verá a tentativa de fazer bastante coerência metodológica, uma estratégia, ao se utilizar da própria Universidade da Integração internacional da Lusfonia Afro-brasileira (Unilab), já que se deu a partir dela este objeto de investigação. Portanto, neste caso em questão, este que se pretende explicar com esta nova nota de rodapé, se fazer-se-á com aquele próprio conhecimento produzido e que a Universidade da Integração se propõe que é o de descolonizar ao apresentar outras epistemologias. Desta forma se fazendo, faz-se justiça, e justificativa-se por meio dele, o de apontar o próprio Projeto Político Curricular do Curso de Pedagogia da Unilab para explicar este termo “*sulear*”:

Uma proposta preliminar visando ao entendimento do processo de ensino e de aprendizagem, coerente com as Diretrizes Gerais da UNILAB, deve considerar a centralidade da África e da Diáspora, a aplicação das Leis 10.639 e 11.645, a superação das desigualdades raciais, de gênero, LBBTQIAPN+o currículo negro e currículo indígena em expansão, a encruzilhada como conceito e lugar, o currículo dos lugares, a educação informal, não formal, os movimentos sociais e negros, as relações Sul–Sul, a consideração dos hipertextos teóricos e conceituais das diásporas negro-africanas, a articulação de uma federação dos lugares e mais ainda, uma tessitura entre os lugares constituintes do Maciço do Baturité, dos países de língua oficial portuguesa e das diásporas negro/a-africanas. Refletir sobre a proposta curricular do presente documento requer um certo esforço para o entendimento de nossas escolhas político-ideológicas no âmbito das teorias curriculares. A partir da exposição preliminar da proposta curricular em tela, apresentamos anseios, *suleamos* caminhos, apontamos perspectivas, delineando assim nossas escolhas no âmbito da formação de professores a ser mobilizada pel@s docentes do curso de Pedagogia. O exercício supracitado se configura em um *suleamento* de práticas pedagógicas e de um currículo historicamente organizado. Para o pesquisador Tomaz Tadeu da Silva (2011), [...] a raiz de uma teoria curricular é a questão da identidade. Ao pensarmos em currículo o relacionamos quase de imediato ao conhecimento e esquecemo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está profundamente relacionado ao que somos e ao que nos tornamos. “Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é uma questão de identidade” (Silva, 2011). [...] No tocante ao corpus curricular que delineia a formação docente dinamizada pelo curso de Pedagogia é possível perceber a influência mais expressiva das teorias pós-crítica na dinâmica das práticas de eu corpo de formadores, uma vez que tais teorias ou perspectiva posiciona em alto relevo os conceitos político-ideológicos tais como identidade, alteridade, diferença, subjetividade,

significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo. Expressamo-nos especialmente a partir de um currículo pós-crítico também pelo fato deste considerar em seu discurso as relações de gênero, as Pedagogias feministas, o currículo como narrativa étnica e racial, o pós-modernismo, as teorias pós-colonialistas, a Pedagogia como ciência, como cultura e a cultura como Pedagogia. Contudo, também caminhamos na tessitura de uma teoria crítica do currículo ao refletir sobre o mesmo a partir de sua conversão em uma Pedagogia dos conteúdos, como uma construção social, em uma política cultural e contra a mera construção técnica. *Ao fazer uma escolha das narrativas curriculares dando ênfase as epistemologias do Sul, sobretudo as africanas em diálogo com as afro-diaspóricas e latino-americanas, o curso de Pedagogia da UNILAB não desconsidera as contribuições epistêmicas e curriculares europeias e estadunidenses, tanto que as mesmas estão presentes na literatura formativa do curso. A ênfase se justifica pela razão de existir da UNILAB, pelos países parceiros que fazem parte da comunidade acadêmica e pelo combate ao euro-centrismo responsável pelo apagamento das contribuições históricas, culturais, conceituais, intelectuais, populares etc, caras a formação nos espaços acadêmicos. O objetivo, então, é revelar as populações, os sujeitos e mais ainda as autorias e as bases de aproximação e de distanciamento que, de modo dialético, promovem o encontro, a solidariedade e um mútuo contínuo de aprendizagem e ensino que potencializam as tessituras entre a África e a Diáspora, assentadas na unidade-diversidade, história comum, e na igualdade de direitos, de acesso e de difusão dos bens materiais e culturais dos lugares e dos países oficialmente presentes no projeto da UNILAB* (UNILAB. PPC do curso de Pedagogia, 2024, p. 38-40).

A intenção com esta reprodução, embora um pouco longa, se faz por necessidade de igualmente explicar [nossa] metodologia que, pautado também sobre a concepção de ser da Unilab, como se disse, este objeto de exploração apenas de engendrou dinamicamente devido as circunstâncias e as condições criadas a partir do início das atividades desta mesma instituição de ensino com a sua respectiva instalação na cidade abolicionista de Redenção. Ver-se-á que ainda no intróito, ou no cabo (Assis, 1994, p. 02), tudo estará interligado e interseccionado pela explicação deste fenômeno.

Contextualização sócio-histórica do Ceará à Redenção da Liberdade

Iniciar reflexões em torno de um fenômeno histórico social é sempre bastante preocupante e complexo pois com cada observação que se realiza surgirão novas considerações a serem abordadas e meditadas a respeito de um determinado objeto a ser analisado. É sobre esta preocupação a priori a justificativa que se tem com este tópico que a partir deste momento será por você lido. A intenção é a de frisar que todo e/ou qualquer objeto de pesquisa nasce senão a partir de uma constatação problemática vista sobre a realidade.

Ao pesquisador, o ato de apontar questões raciais se realiza concomitantemente ao pensar e/ou indicar sempre livros que tratam sobre assuntos correlatos, ou, minimamente vinculados/correspondentes. Neste nosso caso, este que agora será cautelosamente tentado ser descrito e explorado, que é o que nos importa, ser-se-á possível apontar obras como *Das cores do silêncio*, por exemplo, da professora e pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Hebe Mattos (2013) que [nos] auxilia a refletir sobre os significados da liberdade [não somente os descendentes daqueles do sistema escravocrata brasileiro, no sentido de que com a liberdade se “apagou” noção de preto/negro como sinônimo de escravo], mas que, devido aos ineditismos de nosso objeto a ser encarado nesta dissertação, será reexplorado e apontado novas reflexões – este apontamento como referência será melhor descrito e compreendido mais adiante com os ineditismos da *R/redenção abolicionista* – um trocadilho. Contudo, mais ainda, para citar outros exemplos, como as literaturas de formação nacional, que se pode aqui serem apontadas as obras que fazem parte do currículo de José de Alencar.

Com o fim do cativo, as categorias e identidades socioculturais, que construíam a ordem no mundo rural do Sudeste [*e aqui acrescenta-se da mesma forma à Redenção: grifos do autor*], subitamente deixaram de fazer sentido. Nos primeiros meses de 1888 [*e para Redenção que se diga ainda desde o final de 1882 – abolição nesta cidade foi em 1º de janeiro de 1883*], desestruturaram-se, por completo e repentinamente, as bases em que se assentava a dominação social. Novas identidades sociais precisariam ser construídas. Nesse contexto, aqui como em toda a Afro-América, os significados da liberdade tornaram-se o campo de luta privilegiado, a partir do qual se reestruturariam as novas relações de poder (Mattos, 2013, p. 281).

Mas, estamos em outras condições de uma “R/redenção” humana – esta que

ultrapassa os próprios debates das reflexões de Hebe Mattos (2013) que se acaba de ser mencionada –, se quiser(mos) já ir refletindo com as contribuições de Frantz Fanon⁹ (2008) – muito embora muitas destas conjunturas/circunstâncias/situações contemporâneas sejam e continuem a serem demarcadas e/ou pautadas ideologicamente por questões que antes foram delineadas pelas “assimetrias¹⁰”, sendo estas, entre aspas, causadas devido aos princípios e valores típicos de uma sociedade concebida e alicerçada desde o princípio da índole colonialista¹¹ neste território pelas práticas ligadas ao sistema escravista que, por sua vez, alocou cada sujeito a um determinado lugar social no curso da história da humanidade ao se utilizar de um determinado caractere fenotípico como referência “inata” da experiência/realidade humana que, por sua parte, se têm como uma espécie de demarcador social – e nestas novas constatações pós-abolicionistas, estas que nos fazem ir além das discussões de Mattos (2013), por motivo também delas, é preciso realizar novas investigações que nos exigem igual atenção no trato deste problema social que não é somente citadino e/ou regional, como o caso da cidade da “R/redenção” escrava, primeira a abolir as práticas escravistas na história de todo o Brasil, nem mesmo estadual, por ser o estado do Ceará o pioneiro entre as províncias a igualmente extinguir a escravidão em seu território. Se trata ele mesmo de ser nacional e internacional¹².

Em meio aos debates e reflexões que se pretende aqui desenvolver haverá quem possa aparecer e sugerir mesmo que com um superficial debate explorativo em torno

⁹ Em “R/redenção humana”: fala-se a respeito do sujeito lutar contra as amarras psicológicas advindas da colonização sobre a mente do colonizado que internalizou, por forças do colonialismo, não somente simbolicamente, a inferioridade em relação ao outro, isto é, o colonizador. Portanto, tanto neste caso de “Redenção”, com grafia em maiúscula, território no qual se desenrola toda a trama e dinâmica social deste objeto e análise, quanto “redenção”, com letra minúscula, são palavras utilizadas para se referir o município abolicionista cearense, pioneiro na história do Brasil, como se disse, quanto “redenção” no sentido lato de argumentar o movimento e/ou processo social de libertação abolicionista em relação à escravidão e ao colonialismo do, e da mente segundo Frantz Fanon (2008).

¹⁰ Quanto a este termo, refere-se ao fato de que as diferenças e desigualdades sociais. Isto é, não há simetria entre sujeitos de cores de pele diferentes e de camadas sociais distintas

¹¹ Ibid *Pele Negra, Máscaras Brancas* de Frantz Fanon (2008).

¹² Ora, sobre este elemento “internacional”: este substantivo não o foi escrito no corpo deste texto por simplesmente com o objetivo de argumentar e demonstrar que o sistema escravista atuou e desenvolveu-se em todo o globo terrestre, contudo, ele de igual maneira está aqui exposto para enfatizar que ele faz parte de nossa intenção metodológica na busca pela compreensão deste contexto sociocultural da cidade de Redenção (Ce) – preocupação deste capítulo, compreender o contexto. Este município não faz parte deste contexto, ele é o próprio contexto devido à dinamicidade desta contextualização ser “criada” a partir da chegada dos estudantes africanos vindos de vários países lusófonos de África no qual, por sua vez, misturou-se as histórias e narrativas: a cidade que primeiro viu abolir o sistema escravista no Brasil teve seus habitantes igualmente ressignificando o seu passado, pois, se antes as histórias da escravidão e do abolicionismo faziam parte *si ne qua non* de “sua” realidade, viu deslocar-se as narrativas aos sujeitos internacionais/estrangeiros que supostamente “são os mais próximos” de quem viveu o próprio sistema compulsório.

das razões que levaram este município a ser o pioneiro abolicionista nesta “Terra da luz”. Contudo, isso [nos] faria gastar muito tempo e recursos com algo que, pelo menos neste momento, para este trabalho, não seria o mais adequadamente oportuno – mesmo que estas explorações e suas consequentes descrições sejam amplamente necessárias de serem feitas. Outra vez, contudo, mas em outro labor. Entretanto, apenas tenha em mente algumas observações bastante interessantes que se julga serem necessárias para a compreensão e debate sociológico desta *R/redenção* moderna¹³: alguns documentos, como os que estão sob a égide da Biblioteca Pública Municipal de Redenção e do Arquivo Público do Estado do Ceará (Apeoc), nos quais constam uma quantidade de cerca de cento e dezesseis escravizados, sugerem refletir que esta proporção de sujeitos na condição de escravos não tão volumosa possa não ter sido empecilho grande o suficiente para fazer com que os fazendeiros escravistas locais resistissem com vigor semelhante quanto aos semelhantes escravistas da região do sudeste brasileiro, por exemplo, contrários ao abolicionismo¹⁴.

Acarape havia sido escolhido pela SCL para ser o primeiro município do Ceará a extinguir a escravidão porque possuía, então, a menor população escrava. Quando a escolha foi feita, viviam ali 116 cativos pertencentes a 75 senhores. A libertação daqueles escravos deu-se aos esforços da SCL e da Sociedade Libertadora Acarapense que compraram alforria de 43 escravos, sendo os demais libertos gratuitamente. Pôde-se marcar assim o 1º de janeiro de 1883 para comemoração do acontecimento. Na manhã daquele dia, partiu de Fortaleza para a vila de Acarape uma composição especial da Via- Férrea de Baturité levando uma luzidia comitiva composta por representantes da SCL, autoridades e convidados especiais, destacando-se dentre esses o jornalista José do Patrocínio e o general Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa (Silva, 2011, p. 224-225).

Um outro apontamento traz o livro *Descobrimdo e Construindo Redenção* das autoras Anna Emília Maciel Barbosa, Marisa Ribeiro Moura e do autor José Hilário Ferreira Sobrinho ao argumentar a respeito das influências que o movimento dos

¹³ O termo “moderno” por oposição de contemporâneo com o sentido de propor refletir no desenvolvimento citadino, isto é, que o moderno igualmente se faz estranho aos gentílicos devido serem de um contexto social quase que contrário às grandes cidades, como a capital. Como se as pessoas não estivessem prontas e/ou situadas em tais “modernidades”.

¹⁴ No livro intitulado de *Descobrimdo e Construindo Redenção*, das autoras Anna Emília Maciel Barbosa e Marisa Ribeiro Moura e do autor José Hilário Ferreira Sobrinho, se faz uma descrição mais pormenorizada de como estava a situação dos escravizados cearenses na Vila do Acarape entre os anos de 1872 à 31 de agosto do ano de 1881, entre as categorias de Escravos matriculados para 1872 (136) Registrados por entrada (26), Registrados por saída (67), Falecidos (5), Alforriados por títulos gratuitos (8), Alforriados por títulos onerosos (2), e, Escravos existentes em agosto de 1881. Momentos prévios à abolição an então depois nomeada de Redenção (Barbosa, Moura, Sobrinho, 2011, p. 63).

jangadeiros teve sobre os líderes do território da Vila do Acarape.

Os primeiros confrontos entre os jangadeiros e os comerciantes dos escravos ocorreram nos dias 27, 30 e 31 de janeiro de 1881. O segundo e decisivo confronto foi em 30 de agosto do mesmo ano. Os jangadeiros, em tom forte e seguro, acompanhados de uma multidão, gritavam em alta voz: “nos portos do Ceará, não se embarcam mais escravos!”. Mais de 1.500 pessoas acompanharam esse último embate dos jangadeiros. O movimento foi vitorioso. No Ceará, as portas foram fechadas para o tráfico de escravos entre as províncias. O jangadeiro Chico da Matilde se transformou em um herói abolicionista e ficou conhecido como Dragão do Mar. Essa atitude dos jangadeiros foi decisiva para que, dois anos depois, em 1883, Acarape (*Vila do Acarape, hoje Redenção*, grifos meus) fosse pioneira na libertação dos escravos. [...] Como você pode perceber, a abolição em Acarape não ocorreu de forma isolada, separada. Na verdade, um conjunto de acontecimentos contribuiu para que uma vila da província cearense desse um passo à frente na abolição dos escravos. O movimento dos jangadeiros em Fortaleza teve um papel importante para influenciar os líderes de Acarape. Além disso, Fortaleza estava bem desenvolvida, com ideias libertárias (Barbosa, Sobrinho, Moura, 2011, p. 56-57-58).

Mais um outro apontamento de reflexão se trata sobre a grande seca que assolou a Província do Ceará entre os anos de mil oitocentos e setenta e sete (1877) e mil oitocentos e setenta e nove (1879) quando teria forçado os escravistas da região a se desfazerem dos seus cativos a partir da venda interprovincial e, assim, não terem tamanhos prejuízos financeiros já que esta condição climática problematizou tal estabilidade devido os maiores custos com a manutenção do sistema¹⁵.

¹⁵ Sugere-se ler o artigo intitulado de *A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado de autoria de Maria Verónica Secreto*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ynZxC9TkBJS5GdCnjKXmGKd/abstract/?lang=pt>.

Contextualizando: abordando o estado do Ceará

O estado do Ceará por comparação com os demais e com o Distrito Federal tem uma peculiaridade que instiga à quem com ciência observa de modo sensível. A constituição de sua identidade inicialmente nasce a partir de uma negação primeira, que se diga a indígena – é o que defendeu o jornalista, advogado e escritor cearense José de Alencar. Para se dar um exemplo cronológico desta discussão acadêmica a respeito da formação da identidade deste estado nordestino, este apontamento que faz-se agora – constatado sobre uma “referência” que também é política e ideológica de seu autor – está referido em obras literárias, como as de formação nacional, citando o livro *Iracema* (1991 [1865]) e em *O Guarani* (1857), e mesmo também em *Ubirajara* (1981) do autor anteriormente mencionado – atente-se à nota de rodapé a seguir¹⁶, uma observação importante.

Em *Iracema*, continuemos nesta como exemplo, mais especificamente no capítulo XV (quinze) do texto, uma primeira reprodução será retirada que, embora seja muito breve, é verdade, nos ajudará no prosseguimento de nossas meditações para com o objetivo de obter a compreensão da contextualização histórica e contemporânea e interseccional abordagem sociológica:

Nasceu o dia e expirou. Já brilha na cabana de Araquém o fogo, companheiro da noite. Correm lentas e silenciosas no azul do céu, as estrelas, filhas da lua, que esperam a volta da mãe ausente. Martim se embala docemente; e como a alva rede que vai e vem, sua vontade oscila de um a outro pensamento. Lá¹⁷ o espera a virgem loura dos castos afetos; aqui lhe sorri a virgem morena¹⁸ dos

¹⁶ Explicação: há uma determinada observação que me faz com que aqui, neste momento, realize este apontamento a respeito de José de Alencar. É muito bem verdade que muito se fale sobre este literato, político e romancista cearense, contudo, faz-se ainda questão de reproduzir neste instante um breve argumento de Joel Rufino dos Santos que muito bem nos vem a calhar. Joel Rufino, embora falando a respeito de Oliveira Viana, de agora, é preciso que se faça preciso aqui redirecionar os seus argumentos em direção para se refletir a respeito do escritor nordestino: “Num país, como o nosso, em que se comenta mais o autor do que se lê a obra, ele deve ter sido um dos pensadores mais lidos” (Santos, 2005, p. 20) e, nesta reflexão, acrescentemos o José de Alencar, entre aqueles que se colocaram ao debate tão complexo quanto a ideia de identidade. Pois bem, quanto ao José de Alencar, é disso que se trata, até mesmo, dentro das escolas municipais, estaduais, federais, e, inclusive, dentro das instituições de ensino superior. Todos falam sobre o autor, mais quase em nada conseguem extrair das entrelinhas de suas posturas ideológicas postas em suas literaturas de maneira não formalmente expressas. E, sobre sobre as constatações aferidas no interior dos estabelecimentos de ensino, com o objetivo de possuir maior conteúdo indica-se a seguir a leitura do artigo *O impacto e as possibilidades do uso das literaturas de formação nacional no ensino de história* de Sena e Barreira (2020) de que tratam exclusivamente sobre estas observações dentro dos estabelecimentos de ensino do município de Redenção (CE). Ora, falam-se mais sobre o autor José de Alencar do que se lê sobre sua obra (Santos, 2005).

¹⁷ Referência à sua mulher que ficara em Portugal.

¹⁸ Em alusão à indígena Tabajara, *Iracema*.

ardentes amores. [...] No recanto escuro o velho Pajé, imerso em funda contemplação e alheio às cousas deste mundo, soltou um gemido doloroso. Pressentira o coração o que não viram os olhos? Ou foi algum funesto presságio para a raça de seus filhos, que assim ecoou n'alma de Araquém? Ninguém o soube. [...] **A juruti, que divaga pela floresta, ouve o terno arrulho¹⁹ do companheiro; bate as asas, e voa a conchegar-se ao tépido ninho. Assim a virgem do sertão, aninhou-se nos braços do guerreiro** [grifos meus]. Quando veio a manhã, ainda achou Iracema ali debruçada, qual borboleta que dormiu no seio do formoso cacto. Em seu lindo semblante acendia o pejo²⁰ vivos rubores; e como entre os arrebóis da manhã cintila o primeiro raio do sol, em suas faces incendidas rutilava o primeiro sorriso da esposa, aurora de fruído amor. **A jandaia fugira ao romper d'alva²¹ e para não tornar mais à cabana** [grifos do autor]. Vendo Martim a virgem unida ao seu coração, cuidou que o sonho continuava; cerrou os olhos para torná-los a abrir. [...] **A filha de Araquém escondeu no coração a sua ventura²²** [grifos do autor]. Ficou tímida e inquieta, como a ave que presente a borrasca²³ no horizonte. Afastou-se rápida, e partiu. **As águas do rio banharam o corpo casto da recente esposa. Tupã já não tinha sua virgem na terra dos tabajaras** [grifos do autor] (Alencar, 1991 [1865], p. 29-30).

Como no primeiro parágrafo da introdução deste subtópico se argumentou a respeito de uma abordagem cronológica para o consequente entendimento da formação da identidade cearense, a partir deste momento, igualmente no decorrer da ordem sobre esta obra ser-se-á realizado: exploraremos-la pausadamente entre duas fases. Quer-se dizer, primeiramente esta que fora reescrita, lida e refletida acima (Alencar, 1991 [1865], p. 29-30) nos leva a realizar uma nova [re]interpretação sobre ela – uma constatação que, diga-se de passagem, talvez inédita²⁴.

Continuando as reflexões desde os *grifos do autor* destacados da reprodução acima da literatura Iracema (Alencar, 1991 [1865]), primeiramente frisemos a aproximação amorosa entre a personagem Tabajara para com o personagem/sujeito²⁵

¹⁹ Talvez a melhor descrição será o “chamado de seu companheiro” para retornar ao ninho.

²⁰ Como Iracema acordou-se sob os braços do guerreiro branco, sentira como se fosse um sentimento de vergonha, de pudor, timidez, ou ainda por ter ferido a decência e a moral de sua cultura calcada por fortes princípios e valores.

²¹ Esta palavra, “d'alva”, utilizada em alusão à concepção e/ou derivação de pureza, limpeza, inocência, virgindade, castidade. Com isto, José de Alencar já sugere indicar, ou ao menos instiga a fazer o leitor a imaginar a cena, a refletir sobre algo, ou alguém, que não mais poderá está ao lado tanto de Araquém quanto de Tupã. E esta separação estaria condicionada por este rompimento: “d'alva”. Atenção que esta reflexão fará compreender a respeito sobre a identidade cearense e de quais as contribuições dos povos indígenas para sua construção.

²² Termo para referir-se à um destino que tanto pode ser favorável quanto desfavorável; probabilidade de determinados riscos; e que também pode ser compreendido por referência à sorte.

²³ Forte ventania, fortes ventos, chuvas.

²⁴ Com bastante cautela, é claro, e com muita humildade também, sem dúvida: contudo, por muito tempo foram realizadas buscas por trabalhos científicos que ao menos fizessem tal menção na direção desta interpretação sobre esta meditação e apontamento retirado da obra Iracema, de José de Alencar. Entretanto, nenhum artigo científico se foi encontrado, razão pela qual se diz ser uma reinterpretação inédita – ao menos sobre esta fase da obra, capítulo XV em questão.

²⁵ O substantivo “personagem” vinculado à Martim carrega consigo o outro substantivo “sujeito” em

Martim [Soares Moreno]. O primeiro dos trechos transcritos e destacados narra as primeiras trocas de olhares entre Iracema e Martim; enquanto o terceiro descreve um sentimento inquieto de Iracema ao se ver junta ao guerreiro branco; enquanto os demais insinuam haver algo para além: o segundo pretende sugerir que o elemento “d'alva” [*ver nota de rodapé de número dezoito* (18)] havia sido “rompido”²⁶ e que, por razão disto, a indígena não mais poderia retornar à cabana [também em alusão à toda a comunidade Tabajara] de seu pai, Araquém. E, quanto ao quarto aspecto, Tupã não haveria mais de se encontrar com Iracema já que os encontros eram e deveriam ser balizados pela condição de virgindade da jovem que, por sua vez, havia sido “desonrada”²⁷ desde a noite de fornicção²⁸ com Martim.

É chegado então ao momento esperado da conclusão desta exploração, aquilo de político e ideológico implícito e/ou que não foi formalmente expresso por José de Alencar e que julgamos o ineditismo da interpretação. Note que Iracema ao ser a detentora dos Segredos de Jurema, algo que, somente a partir de tal fenômeno, é que se poderia chegar à Tupã, o criador das terras, dos céus, dos mares e dos mundos vegetal e animal, segundo a filosofia de vida e religiosidade indígena aferidos, e segundamente esta literatura, e que tais conhecimentos somente poderiam e deveriam ser adquiridos mediante a condição de virgindade; e, para além, tais transmissões de saberes igualmente seriam tarefas vinculadas à mesma condição de pureza carnal. Entretanto, como a indígena Iracema desvirginou-se, tanto ninguém mais chegou ao criador de todas as coisas quanto tais saberes não puderam mais ser repassados, pois como ela fora expulsa de sua comunidade, não os ensinou à outra pessoa devido tanto a sua não castidade quanto por motivo de sua conseqüente exclusão. Eis a moral: a cultura indígena desapareceu da Província do Ceará no final da década de oitentado do século

diferença ao substantivo único “personagem” de Iracema, sem predicado, pois há nesta reflexão proposta por José de Alencar uma “arapuca” – continuemos brincando com a contextualização indígena: uma armadilha de origem indígena – histórica, isto é, se na obra Iracema é de fato fictícia, Martim faz menção ao Capitão-Mor do Ceará, Martim Soares Moreno, colonizador/“fundador” deste espaço territorial do qual o chamam estado do Ceará.

²⁶ Alusão ao hímen feminino da indígena Iracema após a prática de sua primeira relação sexual, com o português europeu Martim.

²⁷ Se utiliza aqui a palavra “desonrada” no sentido da não mais aceitação de Iracema entre os Tabajaras devido o ato de fornicção.

²⁸ Preferiu-se aqui o termo “fornicação” com a intenção de fazer evidenciar os fundamentos, princípios e valores entre as perspectivas religiosas de Portugal/católico e América/índigenas – mais ênfase sobre a primeira do que a segunda.

XIX²⁹. Nos estudos das ciências sociais e humanas, os *Segredos de Jurema* são interpretados como os elementos mais essenciais daquilo que formam e configuram a identidade indígena na contemporaneidade.

Todavia há uma outra interpretação em torno desta obra literária que marca os debates em torno da formação da identidade cearense e percepção – que, infelizmente,

²⁹ Aqui, neste momento de reflexão, se faz questão de se realizar algumas considerações que se julga importantes para com a intenção de [se fazer] compreender a perspectiva histórica e social contemporânea em torno da obra *Iracema* e, assim, se interpretar as ideias, e/ou ideais, e ideologia, e princípios e valores, de José de Alencar, e da política que lhe foi contemporânea. Referindo-se ao estágio de tempo do qual figurativamente desenrola-se as narrativas contidas na obra *Iracema* (1991 [1865]), igualmente é necessário [fazer] conhecer que o território que hoje nomeia o Ceará era parte integrante do atual estado de Pernambuco, apenas tomando autonomia em 1799: “*O panorama mudou de figura após 1799, quando a capitania cearense se tornou autônoma da capitania de Pernambuco. De 1799 até 1822, o território do Ceará foi plenamente cartografado, projetou-se uma fortificação de pedra e cal e um novo desenho para a vila de Fortaleza. Nos primeiros vinte anos do século XIX, estiveram na capitania cearense os engenheiros militares Francisco Xavier Torres, João da Silva Feijó, e Antonio José da Silva Paulet. [...] Se comparado com o restante do Brasil, o Ceará foi –durante o século XVIII – tardiamente ocupado. Se persistirmos na comparação, também seu território foi tardiamente cartografado. Essa sua ocupação tardia, assim como a sua tardia representação cartográfica, revela uma posição secundária dos interesses lusitanos em relação a uma melhor apreensão da região* (Jucá Neto, 2012, p. 149)”. É reproduzido estão questão reflexiva de (in)dependência do Ceará para que se tenha a noção do processo de colonização destas terras por Martim [Soares Moreno, o português explorador/colonizador, sujeito que realmente existiu e que se faz personagem-sujeito na obra *Iracema*] e assim se aproximar do que fora proposto por José de Alencar em sua referida literatura. E, quando se disse que a cultura indígena no Ceará deixou de existir na década de mil oitocentos e sessenta (1860) se referia à época de publicação do livro de *Iracema* (1865) que, por sua vez, remonta diretamente à política do então presidente da Província do Ceará em relatório apresentado à Assembleia Provincial em mil oitocentos e sessenta e três (1863). Para saber mais se propõe a leitura do artigo intitulado de *No Ceará não tem disso não? Negaionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará* (2021) dos professores/pesquisadores da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Edson Holanda Lima Barboza e Silvana Fernandes Mariz, principalmente páginas 115-116. Lembre-se que a Universidade da Integração faz parte igualmente da metodologia, e de outras fontes consultadas, igualmente através de artigos e/ou livros e/ou PPC's de seus cursos vinculados à IFES.

por desconhecimento até, implicam no ensino-aprendizagem³⁰ não somente local, mas regional e nacional devido falta de conhecimento robusto sobre o seu conteúdo – da sociedade nacional por seus próprios gentílicos.

Descamba o Sol. Japi sai do mato e corre para a porta da cabana. (...) Quando Martim viu o que desejava, tornou aos campos da Porangaba, que ele agora trilha. Já ouve o ronco do mar nas praias do Mocoribe; já lhe bafeja o rosto o sopro vivo das vagas do oceano. Quanto mais seu passo o aproxima da cabana, mais lento se torna e pesado. Tem medo de chegar; e sente que sua alma vai sofrer, quando os olhos tristes e magoados da esposa entrarem nela. (...) — O latido de Japi é de alegria, disse o chefe. — Porque chegou; mas a voz da jandaia é de tristeza (responde Martim, *grifos meus*). Achará o guerreiro ausente a paz no seio da esposa solitária, ou terá a saudade matado em suas entranhas o fruto do amor? A triste esposa e mãe soabriu os olhos, ouvindo a voz amada. Com esforço grande, pôde erguer o filho nos braços e apresentá-lo ao pai, que o olhava extático em seu amor. — Recebe o filho de teu sangue. Chegastes a tempo; meus seios ingratos já não tinham alimento para dar-lhe! Pousando a criança nos braços paternos, a desventurada mãe desfaleceu como a jetica se lhe arrancam o bulbo. O esposo viu então como a dor tinha murchado seu belo corpo; mas a formosura ainda morava nela, como o perfume na flor caída do manacá. **Iracema não se ergueu mais da rede onde a pousaram os aflitos braços de Martim. O terno esposo, em que o amor renascera com o júbilo paterno, a cercou de carícias que encheram sua alma de alegria, mas não a puderam tornar à vida** (*grifos meus*): o estame de sua flor se rompera. — Enterra o corpo de tua esposa ao

³⁰ Como prova desta constatação, refiro-me às observações que venho realizando durante algum tempo, não somente desde o início de minha graduação ainda no Bacharelado em Humanidades (BHU) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), mas ainda a partir do momento em que estava no ensino básico, mais precisamente no nível médio, quando professoras e professores orientavam para que lêssemos literaturas, como *Iracema* de José de Alencar. Lembro-me bem das palavras dos professores e professoras das disciplinas de História e Sociologia. Ora, pretende-se argumentar que apesar de haver certa tentativa por parte dos docentes de influenciar as crianças e os adolescentes às [primeiras] leituras, foi notório constatar que estes docentes desconheciam, e outros continuam a desconhecer, infelizmente, os implícitos históricos, sociológicos e político-ideológicos, que se encontram por detrás destas literaturas de formação nacional. Isto pode ser aferido com maior compreensão com a leitura do trabalho intitulado de “O impacto e as possibilidades do uso das literaturas de formação nacional no ensino de história” dos autores Sena e Barreira. Outra vez a Unilab faz presença através de “representantes”. Reproduz-se aqui uma breve passagem que se julga importante para o entendimento desta proposta reflexão: “*Pois bem, como em um tipo de reminiscência sobre a trajetória escolar/acadêmica, este aprendiz, desta vez do trabalho docente, durante o seu tempo de permanência enquanto foi adolescente e concluía o seu nível de ensino médio, igualmente aprendera daquela mesma forma sobre os conhecimentos acerca das literaturas, naquela mesma escola, exatamente como a aluna surpresa. Ou seja, que somente se discute e que se deve aprender que o movimento indianista, deste caso, por exemplo, deveria ser estudado e debatido unicamente em uma das matérias escolares, que seja ela a Língua Portuguesa, como parte do seu ensino e para se conhecer a respeito do que teria sido o movimento da Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo*” (Sena, Barreira, 2020, p. 82-83). Reflita esta reprodução igualmente através do trabalho, já anteriormente refetido, de Conceição Evaristo (2017). Neste trabalho que se propôs ser lido, os autores notaram haver certa repetição de modelo de ensino-aprendizagem, e/ou de falta de compreensão por parte de docentes, já que a forma pela qual se foi ensinado estas leituras, após anos, ainda continuam a ser praticado de tal forma e, diretamente, tal como fora apreendido pelo estudante-autor daquele referido artigo continua a ser entendido por mais estudantes, isto é, com muita dificuldade, quase nada, diga-se de passagem. Esta reflexão resultou na publicação do referido artigo nos anais do XVII Encontro Estadual de História do Ceará: História e verdade junto à Associação Nacional de História (ANPUH), disponível em: <<https://www.uece.br/eventos/eehce2020/anais/>>.

pé do coqueiro que tu amaste. Quando o vento do mar soprar nas folhas, Iracema pensará que é tua voz que fala entre seus cabelos. (...) **O cajueiro floresceu quatro vezes depois que Martim partiu das praias do Ceará, levando no frágil barco o filho e o cão fiel. A jandaia não quis deixar a terra onde repousava sua amiga e senhora. O primeiro cearense, ainda no berço, emigrava da terra da pátria. Havia aí a predestinação de uma raça?** (grifos meus). (...) Afinal volta Martim de novo às terras, que foram de sua felicidade, e são agora de amarga saudade. Quando seu pé sentiu o calor das brancas areias, derramou-se por todo seu ser um fogo ardente, que lhe requeimou o coração: era o fogo das recordações acesas. (...) Poti foi o primeiro que ajoelhou aos pés do sagrado lenho; não sofria ele que nada mais o separasse de seu irmão branco; por isso quis tivessem ambos um só deus, como tinham um só coração. Ele recebeu com o batismo o nome do santo, cujo era o dia; e o do rei, a quem ia servir, e sobre os dois o seu, na língua dos novos irmãos. Sua fama cresceu, e ainda hoje é o orgulho da terra, onde ele viu a luz primeiro. A mairi que Martim erguera à margem do rio, nas praias do Ceará, medrou. A palavra do Deus verdadeiro germinou na terra selvagem; e o bronze sagrado ressoou nos vales onde rugia o maracá. (...) **As jandaias cantavam ainda no olho do coqueiro; mas não repetiam já o mavioso nome de Iracema. Tudo passa sobre a terra** (grifos meus) (Alencar, 1991 [1865], p. 71-72-73).

Demos atenção principalmente aos *grifos do autor*, muito embora seja necessário toda a reprodução acima cujo objetivo é compreensão contextual do texto lido e da dinamicidade identitária do estado do Ceará e de sua cidade Redenção: a primeira diz respeito ao primeiro cearense, o Moacir, filho do sofrimento (Alencar, 1991 [1865], p. 79), este que descendera de Martim [Soares Moreno], inimigo dos Tabajaras, e de Iracema – que era Tabajara, ironicamente. Contudo, algo maior [nos] é importante tomar conhecimento, a segunda moral teórica aqui pretendida: a morte desta indígena, do qual o seu falecimento representaria, como consequência, o desaparecimento de todos os indígenas da geografia que forma território da Província do Ceará (Barboza; Mariz, 2021, p. 115).

Portanto, se a desvirgindade da indígena faz referência ao fato da desaparecimento da cultura indígena para este espaço geográfico, a sua morte designaria, por sua vez, a extinção *ipso facto* e a morte de todos os povos originários deste área nordestina.

Mas há uma explicação para estes dois apontamentos que acabaram-se de serem realizados e que, seja por interpretação ou ideologia, ou interpretação e ideologia – se [a]credita na segunda opção –, será descrito e apresentado ainda neste tópico com uma breve reprodução de Joel Rufino dos Santos faz a respeito de Oliveira Viana – usar-se-á em alusão ao escritor cearense. Resgatemos seus argumentos que bastante se

aproximem do que se pretende refletir sobre a leitura de José de Alencar³¹ quanto à constituição da identidade cearense – e nacional. Então, Santos (2005) argumenta:

Para que serve a cor das pessoas? Pouco antes de morrer, O. Viana tomou conhecimento de que os arqueólogos haviam descoberto poderosas civilizações na África – no golfo de Benin, no Zimbábwe, no alto Nilo... Para negar este fato apelou para o seu “método eugenico”: negros só criam civilização se tiverem um pouco de sangue branco misturado. Criaríamos, algum dia, uma civilização no Brasil? Fiel ao seu método [*eugenista, ainda segundo a fala Joel Rufino dos Santos* (p. 28-29-30-31), grifos meus], curiosamente sua resposta era afirmativa. Bastava o sangue branco ir predominando sobre o negro e **o índio – o que estava, felizmente, e acontecendo desde o século XIX** (para relembrar e fazer saber: *mesmo período da moral da qual afirma que a cultura indígena desapareceu da Província do Ceará no final da década de do século XIX e de sua nota de rodapé*, grifos meus). **quando se iniciou a grande imigração européia (entre 1850 e 1930 recebemos cerca de 3 milhões de europeus). A miscigenação e a alta taxa de mortalidade das pessoas de cor limpariam o resto** (grifos do autor) (Santos, 2005, p. 32).

Acerca do parágrafo acima desta reprodução de Santos (2005), quando se falou sobre a explicação para os apontamentos das interpretações que dizem respeito à obra *Iracema* (1991 [1865]): note que esta narrativa da tabajara e do guerreiro branco português é criada exatamente no período corrente de desenvolvimento das ideias do branqueamento e de eugenia da sociedade brasileira, razão pela qual se argumentou que a representação realizada por Joel Rufino dos Santos poderia ser transcrita para fazer alusão junto à Alencar – embora não somente, já que a leitura de *Iracema* deixa por vezes explícitas tais questionamentos como a mistura da indígena, selvagem, e o guerreiro português, civilizado, além da política do presidente da Província do Ceará.

³¹ É bom que se tenha em mente isto que aqui nesta nota de rodapé será argumentado. Pretendo enfatizar com seriedade e bastante precaução às tentativas do escritor cearense de propor meditar sobre a formação da identidade cearense e nacional através do recurso de sua literatura que, por sua vez, fez parte da época do romantismo brasileiro. Que isto seja incrustado na mente com compostura. Mesmo que o literato se ateuve à pensar e fazer imaginar o início da configuração da identidade cearense – e nacional. Se deixe um alerta: a discussão que paira em torno de Alencar se ele teria sido ou não eugenista é um debate que se necessita maiores reflexões algo que, neste trabalho, nos estenderíamos por demasia em relação às nossas intenções.

Contextualizando: abordando a história e a dinâmica sociocultural contemporânea de Redenção da liberdade

Redenção o teu nome na história é luzeiro de etéreo fulgor; Faz lembrar tão brilhante vitória que nos enche de orgulho e de amor; Quando a pátria gentil de Iracema quis seus filhos cativos livrar; Tu tiveste esta glória suprema de o primeiro grilhão rebentar; De teu solo se ergueu sobranceiro um punhado invencível de heróis; Desprendendo este brado altaneiro “não queremos escravos entre nós”; Este gesto sublime imponente noutros peitos a chama ativou; A senzala fugiu de repente; O martírio em prazer se tornou; Nossa aurora no vasto horizonte, protetora e fagueira surgiu; Na cidade, na aldeia e no monte tudo em flores e festas sorriu; Salve oh pátria, torrão adorado que os escravos quiseste remir; Relembrando o teu belo passado temos hoje mais fé no porvir (bis) (Bizarria; Mourão, [?]).

Inicia-se este tópico a partir da reprodução do hino local não por simplesmente fazer texto, mas primeiro para fazer saber a influência da concepção desde Iracema (Alencar, 1991 [1865]) até mesmo sobre o cântico municipal – *este território do qual nasceste cearense*, e do qual faz-se questão de refletir e debater a constituição da identidade deste estado desde a historiografia e da literatura de formação nacional, esta última principalmente. Contudo, não somente isto, mas, acima de tudo – como ver-se-á no decorrer de todo o trabalho –, que em tudo desta cidade, do abstrato ao concreto, está relacionado às narrativas da escravidão e ao do abolicionismo. Não há como expressar, seja consciente e/ou inconscientemente, Redenção sem a coerção prévia de sua história pioneira – e nem tomar conhecimento, ou debatê-la dissertativamente, [d]ela sem a ciência de sua história. Prossigamos.

Realizado uma parte importante para a [nossa] compreensão a partir do tópico de logo acima, que referiu-se ao estado do Ceará, o que [nos] será oportuno de agora em diante é abordar as dinâmicas socioculturais da cidade de Redenção, urbe do interior cearense. Com isto em mente, pretende-se apontar observações que nos serão necessárias para a compreensão da problemática proposta com este trabalho.

O município de Redenção, cidade do interior do estado do Ceará, está localizado à cerca de sessenta e quatro (64) quilômetros da capital, Fortaleza. Está ele inserido numa macrorregião chamada de Maciço de Baturité. No que lhe diz respeito, está o território citadino entre outras doze (12) cidades situadas nesta mesma macrorregião. São, portanto, treze (13) municípios que interligam-se a uma contextualização de sesmaria.

O seu topônimo, que é *substantivo* para este espaço territorial, e, para os seus gentílicos, uma *linguagem*, “R/redenção” – se coloca a ler a nota de rodapé de logo mais a respeito disto –, se trata de sugestão de um advogado abolicionista de nome Deocleciano Ribeiro de Menezes³², sujeito bastante atuante na Antiga Vila do Acarape, nome pelo qual chamava-se antigamente todo o povoado. Na verdade, este território Vila do Acarape englobava mais alguns municípios que foram desmembrados, como Acarape, Aracoiaba, Barreira e a atual Redenção.

A Vila de Acarape se tornou município por meio de uma lei assinada em 17 de agosto de 1889. Alguns anos antes, um dos membros do grupo abolicionista de Acarape, Deocleciano Ribeiro de Menezes, sugeriu que o nome da cidade passasse a se chamar Redenção, por ter sido a primeira cidade brasileira a abolir os escravos. A sugestão foi aceita. Quando o município passou de vila a município, já recebeu o novo nome em agosto de 1889 (Barbosa; Sobrinho; Moura, 2011, p. 65).

Abordar a dinamicidade sociológica de seus gentílicos no interior deste território político requer sempre ter em mente às coerções implícitas e/ou não formalmente expressas de sua história e da historicidade local sobre as percepções sociais dos “redencionistas³³” bem como suas construções de identidades – esta última por alteridade, em comparação, principalmente com relação aos sujeitos chegados do continente africano. São memórias coletivas (Halbwachs, 1990) – razão pela qual se julga ser de suma importância a contextualização histórica.

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (...) Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos

³² Reproduz-se aqui, e mais outra vez reproduzido se é mais à frente no decorrer deste trabalho, a respeito dos trabalhos e esforços do advogado e abolicionista Deocleciano Ribeiro de Menezes. Quando argumentado mais adiante no decurso desta reflexão haverá a reprodução de textos que tratam sobre o abolicionismo local manuscrito no Obelisco da Praça da Liberdade. Ver-se logo agora uma pequena parte retirada de tal monumento que faz alusão à abolição local: “E o motivo de ser assim nomeada é devido à aurora desta liberdade pioneira por sugestão do advogado Deocleciano Ribeiro de Menezes, um dos líderes da Sociedade Libertadora Acarapense”.

³³ Esta palavra, neste momento, tem sentido duplo: o primeiro (1º) diz respeito à forma gentílica e substantiva de nomear aos seus habitantes; e, quanto a segunda (2ª), faz-se alusão ao fato da luta abolicionista propriamente, isto é, que todos os seus moradores contemporâneos de certa forma se vangloriam de ser da cidade que primeiro libertou os cativos na história de todo o Brasil e, por outro lado, semelhantemente, que se sintam abolicionistas, ou minimamente descendentes simbólicos daquelas e daqueles que anteriormente lutaram – muito embora seja isso um paradoxo se comparado com alguns comportamentos que mais à frente na leitura deste trabalho serão abordados e por você aferidos.

outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. Chego pela primeira vez a Londres, e passeio com várias pessoas, ora com um ora com outro companheiro. Tanto pode ser um arquiteto que atrai minha atenção para os edifícios, suas proporções, sua disposição, como pode ser um historiador: aprendo que tal rua foi traçada em tal época, que aquela casa viu nascer um homem conhecido, que ocorreram, aqui ou lá, incidentes notáveis. Com um pintor sou sensível à tonalidade dos parques, à linha dos palácios, das igrejas, aos jogos de luz e sombras nas paredes e as fachadas de Westminster, do Templo, sobre o Tâmesa. (...) ³⁴ Suponhamos que eu passeie só. Diremos que desse passeio eu não possa guardar senão lembranças individuais, que não sejam senão minhas? Não obstante, passei só somente na aparência. Passando por Westminster, pensei no que me havia sido dito por um amigo historiador (ou, o que dá no mesmo, no que havia lido sobre ela em uma revista). (Halbwachs, 1990, p. 25-26).

Para [nossa] compreensão: suponhamos que passeie só, pelo município de Redenção, como um turista. Quais elementos implícitos guarda-se na memória? Na verdade, apenas devagou-se superficialmente. Se Halbwachs (1990, p. 27) sugere refletir pensando Westminster, o façamos por Redenção: em nosso caso, *pela Praça da Liberdade e ao observar o Obelisco* (mais à frente haverá uma descrição e reprodução do que há nesta praça e no obelisco – e o que ele representa – que nela foi construído e sua razão de existir), *pela Praça da Matriz na qual se tem o busto da Princesa Isabel e no curioso monumento de Vicente/Carlos Mulato, pelo Monumento Negra Nua, pelo prédio que anteriormente abrigou a EEMTI Padre Saraiva Leão – menciona-se também este lugar*³⁵ *por ter sido este edifício o local de assinatura do documento que aboliu os escravizados locais, bem como o primeiro ambiente do qual engendrou estímulo para este trabalho de dissertação – , a escola Dr. Brunilo Jacó – no início chamada de 1º de Janeiro por motivo da abolição ter sido em 1º de janeiro de 1883 – , pelas ruas do Parque da Liberdade no qual se notará que os nomes das suas ruas e vias fazem alusão a algo relacionado à escravidão e ao abolicionismo e geografia da qual se está*

³⁴ Há uma *conjunção aditiva* para esta nota de rodapé do qual, por sua vez, faz-se referência para estas reticências entre parênteses – da reprodução mencionada. Ela, esta conjunção, neste momento desta reprodução lida, não significa uma omissão de uma determinada expressão e/ou explicação, até porque a intenção que também é metodológica deste trabalho com o restante da transcrição já o basta. Contudo, é deixado aqui a reprodução desta ausência: “Um comerciante, um homem de negócios, me arrasta pelos caminhos populosos da cidade; detenho-me diante das lojas, das livrarias, dos grandes estabelecimentos comerciais. Mas mesmo que eu não tivesse caminhado ao lado de alguém, bastaria que tivesse lido descrições da cidade, compostas de todos esses diversos pontos de vista; que me tivessem aconselhado examinar tais de seus aspectos ou, simplesmente, que dela tenha estudado a planta” (Halbwachs, 1990, p. 26). Assim também faz com quem o texto reproduzido não fique tão longo, mesmo que já o seja.

³⁵ Para e sobre este lugar, assim como todos os demais mencionados e feitos sabido para o leitor, ler o trabalho intitulado de *Entre memória e história. A problemática dos lugares* de autoria de Pierre Nora, disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101> >. Acesso em: 20 abr. 2025.

instalado o Campus da Liberdade/Unilab, pelo Museu Senzala Negro Liberto de iniciativa privada e pelo Museu Memorial da Liberdade localizado no antigo prédio do Paço Municipal.

A primeira vez que fui a Londres, diante de Saint-Paul ou Mansion-House, sobre o Strand, nos arredores dos Court`s of Law, muitas impressões lembravam-me os romances de Dickens lidos em minha infância: eu passeava então com Dickens. Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal grupo para outro, aquele que eu compunha com esse arquiteto, além deste, com aqueles, dos quais ele era o intérprete junto a mim, ou aquele pintor (e seu grupo), com o geômetra que havia desenhado esse plano, ou com um romancista. Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo. **Muito mais, eles me ajudam a lembrá-las: para melhor me recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles** (grifos do autor) (Halbwachs, 1990, p. 27).

A intenção dessa reprodução da obra *Memórias Coletivas* de Maurice Halbwachs, embora um pouco extensa, é bastante importante, e se deve pelo fato primeiro de demonstrar a importância da escola durkheimiana a respeito do fato da coerção da memória³⁶ sobre a constituição da identidade gentílica de Redenção e, segundo, devido à própria reflexão em torno da memória que nos serve na contextualização do que mais à frente será traçado em nossa sociologia – se bem que, por motivo intencional igualmente, é claro, fazer-se-á uso, neste trabalho, da Sociologia africana, de suas epistemologias, dos estudos africanos, em geral, já que se trata aqui sobre as relações étnico raciais e nada mais correto do que analisá-las por e a partir das visões daqueles que mais delas se aproximam.

Explica-se a importância das contribuições dos estudos africanos para a compreensão da realidade “redencionista”:

Façamos isto com as contribuições do estudos africanos que se utiliza de pensar desde o tempo e o espaço, sem se esquecer de sua história, isto é, de modo interdisciplinar para se refletir o intercultural – aliás, este último termo, interculturalidade, que se apresenta à nós de maneira bastante cara em nossas reflexões devidos às relações de poder entre as diferentes culturas e

³⁶ É sugerido ler o trabalho de Maurice Halbwachs em combinação com o texto intitulado de *Entre memória e história. A problemática dos lugares* de autoria de Pierre Nora, que se encontra disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101> >. Acesso em: 20 abr. 2025.

diferenças culturais coexistentes em um espaço territorial reduzido, literalmente uma cidade pequena, o município de Redenção, no estado do Ceará, dos diferentes povos que fazem a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) acontecer. Reflita(mos) com o auxílio de um breve reprodução: “O método do conhecimento depende do objecto do conhecimento. Estudar África é interpretar, compreender e sentir uma certa sociedade, no tempo e no espaço, na plenitude da sua complexidade. Compreender e sentir exigem ser. A especialização do conhecimento científico, sem dúvida fundamental, confronta-se com a totalidade da realidade africana a estudar, exigindo um duplo processo cognitivo científico: (1) o recurso à interdisciplinaridade; (2) uma reflexão crítica sobre cada uma das disciplinas, produto de uma cultura e de uma história, na sua aplicação à realidade africana. Esta última vertente remete directamente para a interculturalidade, embora esta tenha uma influência que ultrapassa esta reflexão crítica. A sociedade africana aconselha um pragmatismo de interacção entre o conhecimento e a acção, que também gera conhecimento, uma definição e hierarquização de objectivos que só aos próprios compete. Aceitando a lógica anteriormente referida, há que estruturar de forma consentânea os “estudos africanos”, cujos vectores fundamentais têm de ser a centralidade institucional africana, o funcionamento em rede, a interdisciplinaridade e a interculturalidade. Os estudos africanos, com estas características, para além de contribuir para um diferente futuro em África contribuem para o enriquecimento universal das ciências sociais (Kajibanga; Pimenta, 2008).

Pretende-se meditar sobre o contexto da cidade de Redenção desde a chegada da Universidade da Integração e de seus impactos na sociabilidade local e de como se propõe refleti-la, como se disse, com o auxílio da africanidade científica. Não há como pensar e compreender tal dinâmica social local sem antes compreender estes modos de fazer ciência que por muito tempo foram marginalizados pela própria ciência.

Portanto, que assim seja feito com as contribuições do estudos africanos que se utiliza de pensar desde o tempo e o espaço, sem se esquecer de sua história, isto é, de modo interdisciplinar para se refletir o intercultural – aliás, este último termo, interculturalidade, que se apresenta à nós de maneira bastante cara em nossas reflexões devidos às relações de poder entre as diferentes culturas e diferenças culturais coexistentes em um espaço territorial reduzido, literalmente uma cidade pequena, o município de Redenção, no estado do Ceará, dos diferentes povos que fazem a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) acontecer. Reflita(mos) com o auxílio desta breve reprodução.

Contudo, retornemos. Buscando completar o que foi dito em *grifos meus*³⁷ desde a reprodução acima com Halbwachs (1990), bem como no parágrafo logo subsequente à reprodução do hino municipal, a respeito da Praça do Obelisco, reproduz-se abaixo o que havia sido prometido. Um Obelisco foi construído na chamada Praça da Liberdade, com o qual se teve o objetivo de se comemorar os cinquenta anos de tal realização abolicionista da história local. Nele assim se está escrito:

Homenagem ao povo redencionista aos seus antepassados que, a 1 de janeiro de 1883, antes que todos no Brasil, proclamaram a liberdade da raça negra e fizeram de sua terra o berço das auroras e a primeira faísca de heroísmo atirada aos ventos do futuro. 1 de 1 1883 – 1 de 1 1933”. No referido ano de libertação daqueles que viveram na condição de escravos (1º de janeiro de 1883) se teve presente na cidade o ilustre político abolicionista José do Patrocínio. E o motivo de ser assim nomeada é devido à aurora desta liberdade pioneira por sugestão do advogado Deocleciano Ribeiro de Meneses, um dos líderes da Sociedade Libertadora Acarapense.

É então em razão desta história abolicionista que criou-se a Lei de nº 12.289 de 20 de julho do ano de 2010 que dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) da qual se propôs o estabelecimento de uma autarquia de educação superior caracterizada por um ensino e aprendizagem de cunho transnacional no qual o objetivo central é o de também resgatar a história do abolicionismo e da escravidão, de todos os escravizados que trabalharam no regime escravocrata, principalmente os que viveram nesta região, e, especialmente, os seus descendentes – que aqui está o [nosso] interesse, as pessoas de cor de pele negra.

Em outubro de 2008, foi criada a Comissão de Implantação da UNILAB, instituída pela Secretaria de Educação Superior – SESU – do Ministério da Educação (MEC). Essa Comissão foi composta por representantes de diversos órgãos federais, do MEC, de outras universidades federais, da UNESCO, da CPLP. [...] Consolidada no documento “Diretrizes Gerais” a

³⁷ Para deixar claro, reproduz-se aqui o que fora dito: “em nosso caso, *pela Praça da Liberdade e ao observar o Obelisco* (mais à frente haverá uma descrição e reprodução do que há nesta praça e no obelisco – e o que representam – que nela foi construído e sua razão de existir), *pela Praça da Matriz na qual se tem o busto da Princesa Isabel e no curioso monumento de Vicente/Carlos Mulato, pelo Monumento Negra Nua, pelo prédio que anteriormente abrigou a EEMTI Padre Saraiva Leão – menciona-se também este lugar por ter sido este edifício o local de assinatura do documento que aboliu os escravizados locais bem como o primeiro ambiente do qual engendrou estímulo para este trabalho de dissertação –, a escola Dr. Brunilo Jacó – no início chamada de 1º de Janeiro por motivo da abolição ter sido em 1º de janeiro de 1883 –, pelas ruas do Parque da Liberdade no qual se notará que os nomes das suas ruas e vias fazem alusão a algo relacionado à escravidão e ao abolicionismo e geografia da qual se está instalado o Campus da Liberdade/Unilab, pelo Museu Senzala Negro Liberto de iniciativa privada e pelo Museu Memorial da Liberdade localizado no antigo prédio do Paço Municipal*”. Ver entre as páginas quarenta e dois (42) e quarenta e três (43).

tarefa da comissão foi concluída em 2010, deixando delineados a missão, os objetivos e os princípios políticos-acadêmicos norteadores das ações da UNILAB que, por sua vez, inspiraram a elaboração da Lei 12.289/2010, que a criou. [...] A Lei 12.289/2010 definiu a cidade de Redenção, no Ceará, como sede da UNILAB. Localizada a 63Km da capital cearense, Redenção é reconhecida pelo seu pioneirismo na libertação de escravos no Brasil. [...] **As escolhas de Redenção e São Francisco do Conde como sedes de campi, além de sinalizarem para o desenvolvimento regional, valorizam símbolos que indicam claramente para compromissos acadêmicos e institucionais da UNILAB com a população brasileira afrodescendente** [grifos meus]. (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2016-2021a, p. 7-8-9).

Isto é, para além de a Unilab da Integração ter por característica uma dívida histórica do Brasil em relação aos povos do continente africano – por outras palavras, aos homens e às mulheres que viajaram forçosamente em navios negreiros para trabalhar neste país na condição de escravos –, ela da mesma forma se coloca a atender às demandas de todos aqueles que têm em seu sangue os genes destes mesmos homens e destas mesmas mulheres que viveram na condição de escravos e que, na contemporaneidade, também em razão disto, são os que sofrem com o racismo neste país. Se trata, portanto, desta pré-disposição da Unilab de se colocar a escutar estes não-brancos, habitantes desta região, o objetivo que se desenrolará neste trabalho tendo na universidade o firmamento da Lei de nº 12.289. mas, retorne[mos] ao caso do Obelisco.



Imagem ilustrativa. Monumento Obelisco construído para as comemorações do cinquentenário da abolição redencionista. Fonte: Acervo do autor.

Se julga como importante inserir a imagem do Obelisco no corpo do texto por algumas razões que serão aqui descritas: primeiramente (1º) pelo fato de que fora exatamente ao redor desta construção, Obelisco, instalado nesta Praça da Liberdade, que se deu a expressão do aluno a respeito das religiões de matriz africana: – *“Isto é do demônio para matar as pessoas”* – frase pronunciada por um dos estudantes que se faziam presentes durante apresentação dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (Pibid) e dos estudantes adolescentes que formariam a turma eletiva Memória e Cultura Negra e Indígena da escola EEMTI Padre Saraiva Leão. Um segundo (2º) motivo é devido a compreensão de que há a necessidade de visualização por parte daqueles que não conhecem a história local e de como tudo, como já se disse anteriormente, no parágrafo seguinte à reprodução do hino local, contam a escravidão e a abolição.

(A) Credita-se que assim se torna mais palpável o fenômeno em análise. Uma terceira (3º) justificativa está interligada: ao fundo da imagem do Obelisco, se encontra uma outra, a gravura de uma mulher negra que, embora não se possa ver com clareza, está pintada despida e suas partes íntimas estão expostas sendo ainda que, a figura,

encontra-se em volta de correntes quebradas que simbolizam a escravidão abolida. Introduz-se abaixo a fotografia da imagem original e inspiradora da pintura referida com intuito de melhor explicá-la.

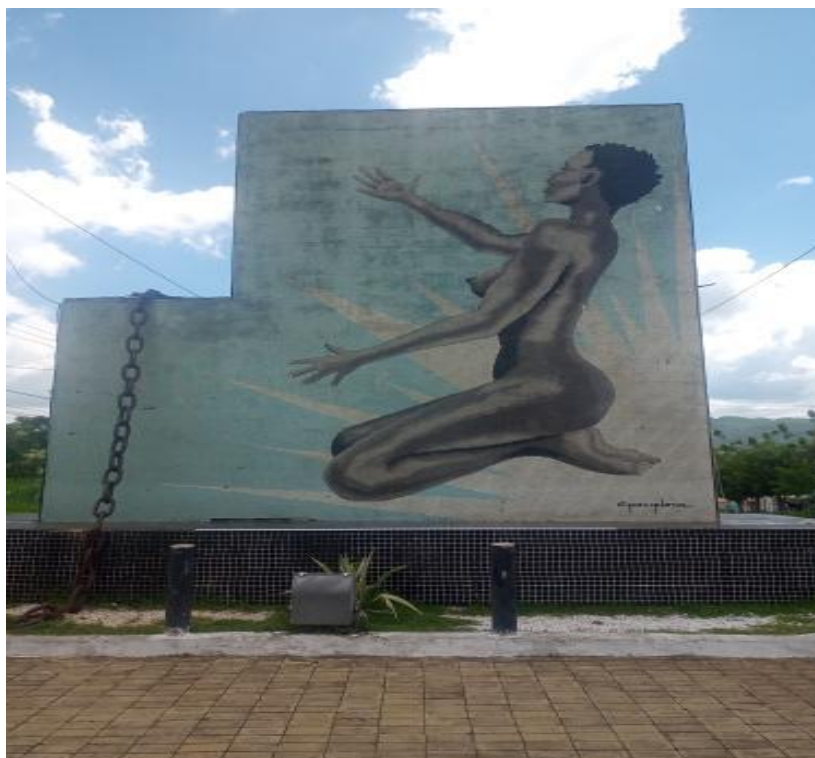


Figura 1 Imagem do Monumento Negra Nua, localizada na Avenida Abolição por frente ao Campus da Liberdade da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Fonte: Acervo do autor.

O motivo de se inserir e [fazer] conhecer estes monumentos se deve pelo fato da constatação de que nenhum objeto erigido, e/ou momentos construídos, entre as narrativas que contam as suas histórias, se faz explicação e/ou alusão ao contexto da escravidão e do abolição e das e dos que deste horrendo sistema sofreram *como algo encorajador e significativamente importante para ser observado no sentido positivo* – isto é, claro que tal sistema não tem nada com que se orgulhar, mas o que se pretende aqui argumentar é sobre o fato de demonstrar a não passividade e lutas destas gentes; seja dentro dos museus de iniciativa privada, como o Museu Senzala Negro Liberto, e/ou aos de iniciativa pública, tudo se expressa através de argumentos da violência, do sangue e da desumanização de quem esteve na condição de escravos. Com isto pretende-se quiçá fazer aguçar uma curiosidade de que isto possa interferir na concepção social dos redencionistas um sentimento de aversão e/ou repulsa de

reconhecimento identitário. Diga-se o exemplo do Monumento Negra Nua, uma mulher despida e em sinal de súplicas.

Os monumentos abolicionistas espalhados na região, mas não só, reafirmam essa glória representada pela tortura e o milagre. Como se as lutas dos escravizados por liberdade não tivesse existido e apenas uma força superior teria o poder de findar com a escravatura – vide a imagem de algo celeste representada na pintura da negra nua ajoelhada ao agradecer as correntes quebradas na entrada da cidade de Redenção. (...) Pode-se pensar numa grande narrativa museológica que se utiliza dos instrumentos de tortura como vitrine para o estrangeiro, mas não só, que conhece essa redenção à escravatura via dor, passividade e desumanização para justificar o protagonismo glorioso dos proprietários de escravizados na abolição da escravidão. Ao aproximar o observador da experiência do passado via exposição e memória da opressão [grifos meus: recorde-se que pouco anteriormente refletimos com o auxílio de Maurice Halbwachs (1990, p. 26-27)], procura-se atualizar a própria opressão, que atinge exatamente a mesma população (ou melhor: seus descendentes). É necessário pensar que os espaços de memória sobre a escravidão não são espaços dados, verossimilhante ao tempo pretérito, como pretendem, mas sim recriados e escolhidos para legitimar determinada ideia – no caso, o próprio pensamento hegemônico racista. (...) O escuro, úmido e mal iluminado lugar dos escravizados (grifos meus: acima falou-se sobre o Museu Senzala Negro Liberto, espaço do qual viveram os últimos dos escravizados do município de Redenção - Ce) no passado é revivido a cada metro de uma memória monumental em nomes, como Casa Grande, Senzala e esculturas como correntes, pau de sebo, gargantilha e porões. O escravizado vitimizado tem na mulher negra estuprada a “cereja do bolo”, que desnuda a nossa “democracia racial” (grifos meus). (...) Assim, ao vangloriar-se de algo que não lhes foi sacrifício e sim benefício, sem explicitar o contexto econômico e político do momento, silenciam ainda mais as batalhas dos escravizados e escravizadas. Finda-se, assim, a visita à redenção da abolição do Ceará para manter o circo de horrores para a consciência negra no Estado, que não consegue se desvencilhar dessa narrativa de passividade, servidão e dor. A redenção da escravidão não pode ser entendida na chave da abolição concedida (Gabarra, 2020).

No tópico “Prólogo às reflexões e às explorações: notas explicativas e metodológicas”, e durante o seu correr, fez-se questão de apontar e fazer saber que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) seria parte igualmente metodológica deste trabalho³⁸ tanto devido *por ter sido a partir de suas atividades* – que, por sua vez, fez chegar estudantes e professores do continente

³⁸ Reproduz-se aqui os argumentos que foram ditos anteriormente: “Durante a leitura deste trabalho você verá a tentativa de fazer bastante coerência metodológica, uma estratégia, ao se utilizar da própria Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), já que se deu a partir dela este objeto de investigação. Portanto, neste caso em questão, este que se pretende explicar com esta nova nota de rodapé, se fazer-se-á com aquele próprio conhecimento que a Universidade da Integração se propõe que é o de descolonizar ao apresentar outras epistemologias. Desta forma se fazendo, faz-se justiça, e justificativa-se por meio dele, o de apontar o próprio Projeto Político Curricular do Curso de Pedagogia da Unilab para explicar este termo “sulear”.

africano na cidade – *nesta região que fez surgir tal objeto de pesquisa* quanto devido o fato de se utilizar de textos de vários pesquisadores/professoras/professores de seu corpo docente para fazer conhecimento acerca desta mesma problemática de investigação, por isto a reprodução acima da professora-pesquisadora Larissa Gabarra em entrevista ao site Ceará Criolo³⁹.

O Monumento da Negra Nua, caracterizado como o monumento da libertação, está localizado na cidade de Redenção – Ceará, na Avenida da Abolição. Foi construído, de acordo com os registros da prefeitura de Redenção (Pedido de Reforma do Centro Cultural de Redenção – CE. 2013) “como marco comemorativo do centenário de emancipação política em 28 de dezembro de 1968”, pelo artista plástico Eduardo Pamplona. (...) A pintura da Negra Nua descreve uma mulher negra, que tende a ser de classe pobre, pois se encontra sem roupas e de joelhos. Ou seja, representando um ser submisso, que recebe de bom grado a dádiva da elite para sua libertação. As correntes quebradas significa a libertação e o feixe de luz figura a elite dotada de altruísmo, bondade e clemência diante dos pobres sofredores. Além disso, a nudez da negra, não só representa seu lugar numa determinada camada social, mas também sua sexualidade, seu erotismo e subjugação da mulher negra para os prazeres carnavais. São essas representações que se pretende demonstrar nesta pintura, a homogeneização de um povo negro, especificamente das mulheres negras, para um determinado lugar social, basicamente fadado as periferias sociais, longe de ser capaz de exercer sua força e autonomia como sujeitos históricos (Silva, 2016, p. 2-3-4)⁴⁰.

Talvez toda essa imagem de negatividade transmitida pelos museus e demais monumentos sejam mesmo uma das causas que faz com que de alguma forma se afastem tais gentílicos de tais identificações sociais, mínimas que sejam. Contudo, também minimamente se pode inferir essa resposta através da interseccionalidade (gênero e raça, principalmente) já que o conceito:

If we were to ask them, “What is intersectionality?” we would get varied and sometimes contradictory answers. Most, however, would probably accept the following general description: Intersectionality investigates how intersecting power relations influence social relations across diverse societies as well as individual experiences in everyday life. As an analytic tool, intersectionality views categories of race, class, gender, sexuality, class, nation, ability, ethnicity, and age – among others – as interrelated and mutually shaping one

³⁹ Para saber mais, se sugere visitar o Site Ceará Criolo, disponível em: < <https://cearacriolo.com.br/monumentos-de-cativeiro-sao-circo-de-horrores-para-a-consciencia-negra/>>. Gabarra, Larissa. Monumentos de cativeiro são circo de horrores para a consciência negra. Ceará Criolo, 2020, disponível em: < <https://cearacriolo.com.br/monumentos-de-cativeiro-sao-circo-de-horrores-para-a-consciencia-negra/>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

⁴⁰ Esta autora é outra funcionária da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e está ela aqui como fundamento metológico que se propôs desde o início em utilizar tal instituição de ensino superior como elemento teórico-metolológico.

another. Intersectionality is a way of understanding and explaining complexity in the world, in people, and in human experiences. This working definition describes intersectionality's core insight: namely, that in a given society at a given time, power relations of race, class, and gender, for example, are not discrete and mutually exclusive entities, but rather build on each other and work together; and that, while often invisible, these intersecting power relations affect all aspects of the social world (Collins, 2021, p. 16-17)⁴¹.

Assim, portanto, é preciso pontuar e compreender como e porquê será utilizado tal conceito metodológico de investigação nesse escrito dissertativo.

Nesse momento é possível refletir sobre a que serve a interseccionalidade, ou seja, para tornar-se uma ferramenta de análise política de combate às injustiças sociais, cujas bases para essas análises são o domínio estrutural de poder, o domínio cultural de poder, o domínio disciplinar de poder e o domínio interpessoal. O primeiro se refere às estruturas fundamentais das instituições e ao recorte sociopolítico e geográfico observado. O segundo relaciona com as ideias, a cultura e as mídias de massas que reverberam mensagem sobre comportamentos e os olhares para os grupos sociais analisados. O terceiro são as sanções e privações que sofrem grupos sociais não hegemônico sem suas realidades, o último se refere ao cotidiano do grupos analisados, que refletem os três domínios de poder anteriores. (...) É crucial examinar as interseções de poder, que se revelam por meio de identidades como raça, classe e gênero, entre outras. Além disso, é essencial considerar o contexto específico, que desempenha um papel vital nas discussões realizadas no Sul Global e no continente africano, onde há desafios para ampliar o alcance das discussões, devido às histórias particulares de escravidão e colonialismo. A atenção à relacionalidade é crucial, pois implica uma abordagem analítica dinâmica que pode alterar o foco e a posição das categorias de análise. Além disso, destaca um ponto essencial para as análises interseccionais: as relações entre os marcadores sociais são interdependentes. Portanto, não podemos considerar de forma isolada os problemas relacionados à raça e de gênero; atacar um eixo de opressão não significa necessariamente resolver todas as formas de opressão. A relacionalidade reforça a ideia de que as opressões não são hierárquicas e que a realidade é multidimensional (Ribeiro, 2024, p. 113-124).

Mas retorne(mos) para ver este outro monumento, de logo abaixo. Segundo os

⁴¹ Versão traduzida: “A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionais e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social” (Collins, 2021, p. 16-17)”. Este livro está posto entre as referências.

arquivos documentais, Vicente Mulato, e, para o senso comum, Carlos Mulato, é outro bastante curioso. Contudo, um fato bastante inquieto é: este monumento foi construído exatamente onde se existia uma árvore do tamarindeiro⁴² na qual se narra seria o lugar onde os escravizados eram expostos para as vendas. E, com o intuito de não se perder este registro, ou memória, histórica(s), se teve a ideia de erigir tal elemento de narrativas.



Figura 2 O monumento faz alusão ao sujeito Vicente/Carlos Mulato

Fonte: do autor

Para os registros documentais, Vicente Mulato foi um dos últimos escravizados habitantes da antiga Vila do Acarape, atual município de Redenção (Ce);

Ainda na praça, existe uma estátua do escravo Vicente Mulato, que foi o último negro a ser vendido na antiga Acarape. A obra foi feita por um morador de Antônio Diogo [distrito do atual município de Redenção, *grifos*

⁴² Os restos desta árvore, deste mausoléu de narrativas estão expostas no Museu Histórico e Memorial da Liberdade, espaço público, localizado no antigo Paço, na esquina das ruas Ludugero Guilherme da Costa e Marechal Deodoro, S/N.

do autor] chamado Francisco Mendes Nereio. Ele é um pintor de casas e prédios, mas também é um artista. As obras pintadas nas paredes do Museu Memorial foi ele quem fez. Além de pintor, é escultor. O documento de compra e venda de Vicente revela que ele era casado com uma mulher livre da Província do Ceará e que foi comprado por 1\$000,000 (um conto de réis), que era a moeda da época (Barbosa, Sobrinho, Moura, 2011, p. 136)

Mas, para os “redencionistas”⁴³ e gentílicos desta cidade, Carlos Mulato, teria sido um senhor do qual seria oriundo do estado da Bahia e de lá trazido para Redenção (Ceará) por um fazendeiro local bastante rico. Teria sido Carlos Mulato um ex-escravizado enquanto esteve neste outro estado nordestino. Contudo, ao chegar na cidade de Redenção tornou-se ele o primeiro gari desta cidade. É como se houvesse para o senso comum uma necessidade *convencional* de se realizar o registro de uma memória e de identificação relacional da existência de algum sujeito que, embora a sua história [nos] seja próxima devido sua existência fazer-se igualmente em Redenção (Ce), ela o é distante pois é de Bahia e não dos escravizados que aqui existiram – o que faz refletir sobre “cadê os escravizados e seus descendentes que estavam aqui”, segundo os gentílicos?

⁴³ Como tem-se dito o decorrer do trabalho, o termo “redencionista” refere-se igualmente ao fato gentílico quanto em alusão à luta abolicionista. Neste momento, deste contexto em debate com este parágrafo, faz-se um jogo de linguagem.

Uma R/redenção nem tão liberta assim

O pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa! Esse contraste faria suspeitar que a natureza é às vezes um imenso escárnio. Por que bonita, se coxa? Por que coxa, se bonita? Tal era a pergunta que eu vinha fazendo a mim mesmo ao voltar para casa, de noite, sem atinar com a solução do enigma. O melhor que há, quando se não resolve um enigma, é sacudi-lo pela janela fora; foi o que eu fiz; lancei mão de uma toalha e enxotei essa outra borboleta preta, que me adejava no cérebro. Fiquei aliviado e fui dormir. Mas o sonho, que é uma fresta do espírito, deixou novamente entrar o bichinho, e aí fiquei eu a noite toda a cavar o mistério, sem explicá-lo (Assis, 1994, p. 44).

Se foi decidido começar este novo tópico com uma reprodução retirada do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis por duas razões especiais. A primeira se interliga à um sub-motivo, diga-se assim: primeiramente pela intenção de trazer para estas reflexões a meditação de um sujeito que contribuiu, e continua a auxiliar, na compreensão acerca deste país chamado Brasil, uma nação mestiça, alguém muito grande, o que, diretamente, traz-se a outra sub-causa, de fazer com que se recorde e se torne sabido a pretensão metodológica deste trabalho que agora está sendo lido, que é o de examinar e [fazer] refletir a partir da lógica de alguém negro, especialmente – já que se debate sobre questões raciais⁴⁴; quanto ao segundo apontamento, se refere à interpretação propriamente realizada por Machado de Assis sobre o Brasil do século XIX, e ao jogo metodológico⁴⁵ pretendido por este pesquisador, autor desta dissertação. Ora, tanto o primeiro quanto o segundo motivo, deixarão este trabalho igualmente galante assim como o de Machado de Assis – claro este trabalho que agora está sendo lido devido ao último autor e à sua obra.

⁴⁴ Claro que será utilizado no decorrer deste trabalho livros e artigos produzidos por pessoas brancas, contudo, a pretensão maior será realizada, ao menos tentada, através de pensadoras e pensadores, negras e negros, por vezes africanos e afrodescendentes. É também verdade que uma questão deverá ser trazida à tona: esse objetivo metodológico diz respeito diretamente com a formação inicial da graduação na Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), uma IFES de cunho internacional entre países lusófonos, como os da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os falantes de língua portuguesa do continente africano.

⁴⁵ Sobre o termo galante, é mais um termo retirado do livro de Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Reproduz-se aqui um breve apanhado do Capítulo Primeiro/óbito do autor: “Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poderia em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo. Moisés, que também contou a sua morte, não o pôs no intróito, mas no cabo; diferença radical entre este livro e o *Pentateuco*” (Assis, 1994, p. 02). Tem-se por ensejo investigar e fazer conhecer, saber sobre este objeto de pesquisa, através de um modelo não sequencial-cronologicamente falando, embora assim o seja, mas beirando a estratégia de apontar os elementos reflexivos ao que ao final o leitor interprete com mais fidedgnidade o problema social analisado.

Tragamos então Machado de Assis para visitar e conhecer a “R/redenção”⁴⁶ do século XXI: embora se precise para mais concretude de análises sobre elementos que se demonstrem interseccionais, parece haver um elemento central inato do qual deve percorrer toda análise do social local, desde a ascensão e/ou a graduação e/ou a hierarquia, entre os sujeitos, sejam eles autóctones ou não.

Desde a chegada e o respectivo funcionamento da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no município de Redenção, ainda por volta do ano de dois mil e dez (2010), os seus gentílicos, que também são “*redencionistas*”⁴⁷ desta cidade, se depararam com uma argumentação discursiva que se lhes apresentaram como extrema-externa⁴⁸ e certamente em relação de força e de poder com as crenças e narrativas sociais locais acerca de sua própria história, balizada em memória.

Isto é, com a chegada e início das atividades desta IFES, fez-se surgir outras expressões e/ou manifestações a respeito da própria história local igualmente a partir destes novatos moradores – estudantes, professores e demais funcionários deste órgão de ensino superior federal, brasileiros e estrangeiros, especialmente os mais

⁴⁶ Ao longo da leitura deste trabalho será visto repetidas vezes o trocadilho de Redenção/redenção – por vezes assim escrito R/redenção: é que aqui está a intenção implícita, agora tornada explícita, de fazer conhecer que o jogo interpretativo proposto por este trabalho dissertativo se faz igualmente ao tomar por empréstimos o topônimo “Redenção” e o adjetivo “redenção” com o intuito de demonstrar, por exemplo tomando este caso referente do qual faz menção esta nota de rodapé a respeito de Machado de Assis em “R/redenção”, de que se observar-se-á tanto ao município de “Redenção” (com que a letra “R” em maiúscula) quanto o movimento social e político “redenção” (com letra “r” escrita em formato minúscula) por alusão à abolição nesta cidade da liberdade. Alguns outros momentos o termo “redencionista” será referido como alusão tanto à compreensão de gentílico quanto à ideia de fazer parte de um movimento que lembrará o abolicionismo.

⁴⁷ Este termo, neste momento de reflexão, faz alusão mais do que apenas apontar que os autóctones da cidade de Redenção chama-se por “redencionista” como gentílicos, mas, da mesma forma, argumentar que os atuais moradores, os originários desta geografia política, principalmente, se sentem na história contemporânea e na dinamicidade sociológica abolicionistas.

⁴⁸ Com este termo, palavras separadas por hífen, se pretende argumentar que surgiu outras versões sobre a história local que certamente se defronta e se confronta com as narrativas socialmente construídas durante o passar dos anos. Isto é, “extremo” porque se demonstra oposição política e ideológica em relação às concepções convencionalmente construídas pelos seus gentílicos; e, “externa” porque é algo que escapa do que é controlável pelo senso comum gentílico: em outras palavras, faz-se parte da instituição Unilab, portanto, não passível de ser readaptado às imaginações de seu povo originário.

progressistas⁴⁹ – e, conjuntamente com estas novas observações, opiniões e linguagens, estas exteriorizações de pensamentos se demonstraram na outra extrema [rever nota de rodapé anterior sobre extrema-externa, de número seis (46)] de oposição das versões da localidade convencionalmente construídas por sua gente e para si próprias. Contudo, pretende-se aqui a busca por aquilo que se demonstra, ou ao menos aparenta, ser o elemento de *coxidade* entre todos os cidadãos que compõem a atual população citadina, sejam brasileiros e/ou sejam os internacionais: a cor negra da pele.

Por volta daquele ano quando se deu início as atividades da instituição de ensino superior e se chegaram os primeiros sujeitos vindos do continente africano, e também de Timor Leste – os primeiros mais que os segundos –, da mesma maneira fez-se surgir na mente do senso comum local, portanto, de seus gentílicos, ou, em outras palavras, da maioria constituída por quem não chegou à consciência crítica e política do ensino superior, questionamentos bastantes problemáticos quanto à quem são, os naturais autóctones, e o que os formam enquanto senso de identidade. Parecia a própria problemática retirada desde as leituras de Macunaíma (Andrade, 1978). De repente, em meio às narrativas da abolição de e em R/redenção, a própria ideia de escravidão e abolição se via num limbo.

Ora, a chegada da instituição de ensino superior Unilab da Integração fez “transformar”, ou melhor “destransformar”, ou “re”transformar, esta cidade e, por isto, resgatar ao menos na memória uma imagem de colônia. Assim, repentinamente, viu-se [também novamente] no município sujeitos indígenas, “negros” e negros africanos e os “distintos”: eram as ações afirmativas da universidade apontando os lugares destes sujeitos que sempre estiveram presentes – fazendo saber, e/ou lembrar, que este espaço territorial foi antes ocupado pelos povos do grupo Tapuias⁵⁰. A IFES fez [a]parecer algo novo em meio aos sujeitos menos entendidos – se bem que

⁴⁹ Refere-se aos mais progressistas no sentido de que as suas manifestações políticas e ideológicas (não deve se entender o termo ideologia aqui escrito de maneira pejorativa, mas no sentido de que têm inclinações de crenças) são mais atuantes e que exigem da sociedade redencionista de Redenção, em sua maioria conservadora, tanto maior compreensão quanto flexibilidade – o que, por sua vez, certamente, se desenvolve numa relação de força e de poder. Apenas um breve apontamento quando se escreveu “*redencionista de Redenção*”: é que embora a união numa frase-linguagem do adjetivo “redencionista” ao substantivo “Redenção” se pareça um paradoxo, ele não o é, pois o adjetivo “redencionista” (escrita com a letra “r” em minúscula) se faz devido ao reconhecimento social de que fazer parte de tal perspectiva ideológica e histórica que lutou pelo fim da escravidão é algo grandioso, digno de aplausos e de congratulações o que, certamente, instiga às pessoas a desejarem fazer parte e ser chamado de “redencionista”.

⁵⁰ Ver em História de Redenção, disponível no site da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) no link: < <https://unilab.edu.br/historia-de-redencao-liberdade/>>. Acesso: 02 mai. 2025.

semelhantemente não tão entendedores como no período colonial.

A respeito do trabalho de Mário de Andrade mencionado ao fim de dois parágrafos anteriores, se explica a seguir: com a menção desta obra e dos vários debates que se (per/re)fazem em torno de suas reflexões se pretendeu argumentar não a respeito exclusivo e propriamente o de [fazer] associar as pessoas que estão morando/habitando o município de Redenção de maneira pejorativa a cada uma daquelas personagens da referida literatura, mas o de [incentivar a e fazer] pensar que as diferenças começariam a ser pautadas e discutidas⁵¹, mesmo entre as rodas de conversas mais cotidianas e corriqueiras da vida deste pequeno município, sobre as identidades e aos seus respectivos pertencimentos. Por exemplo, a busca pela brancura da pele, pois será este afastamento a causa e/ou a justificativa implícita do não querer ser negro – ou o de identificar-se como tal.

O limbo anteriormente pensado: enquanto se chegavam as/os estudantes e as/os professoras/es da África, especialmente deste continente, o discurso que se expressavam pelos *palcos políticos*⁵² da cidade de Redenção era que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) seria uma tentativa de reparação histórica em relação aos povos africanos que foram por centenas de anos escravizados.

Ora, assim como se propôs saber nesta nota de rodapé rapidamente anterior lida – a dos palcos políticos –, (a)credita-se na filosofia da negritude, incomensuravelmente como a refletida pelo senegalês Leopold Senghor⁵³, como algo importantemente indiscutível como aparato de ligação e exaltamento da identidade negra, contudo,

⁵¹ Embora pareça ser algo simples, este apontamento não é nada simplório. Compreenda, é que como sendo uma cidade do interior do estado do Ceará, semelhante como quaisquer outra cidade de quaisquer outro estado brasileiro, estes questionamentos se (de)monstravam como algo secundário, isto é, que não faria a mínima diferença na vida de seus habitantes. Contudo, com a vinda destes do continente africano estes questionamentos se fizeram mais oportunos, presentes, coercitivamente também, sobre as experiências de seus gentílicos. um adendo explicativo sobre o “coercitivamente”: é que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira fez com que esta observação seja importante e cada vez mais presente na vida dos moradores mesmo que para muitos destes pareça algo sem importância. Ora, a IFES Unilab carregou consigo questionamentos pós-modernos enquanto que a pós-modernidade ainda não se fazia presente na vida destes interioranos. Para continuar na alusão de Macunaíma: enquanto a personagem indígena desta obra conhecia o “desenvolvimento apenas quando chegara a cidade grande, o município de Redenção e seus habitantes tomaram saber sobre o “desenvolvimento” quando a instituição de ensino superior se instalara e trouxera consigo reflexões e pautas do desenvolvimentismo. O município de Redenção, em seu maior espaço geográfico, é cidade zona rural.

⁵² Compreenda com fundamento que por “palcos políticos” não se está referindo apenas aos momentos de debates políticos entre partidos e partidários durante os períodos de eleições, mas em alusão para a própria tendência ideológica cognitiva e de visão de mundo que é/significa tomar posição política e que faz parte de cada sujeito.

⁵³ Sugere-ler o artigo de Waldir Freitas intitulado de Leopold Sedar Senghor e a Negritude, disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21018>. Acesso em 10 abr. 2025.

reflitamos: será possível reparar as milhões de vidas que foram ceifadas por tão horrendo sistema escravista?⁵⁴.

⁵⁴ Que seja deixado bem claro aqui neste momento que em nenhuma ocasião o autor destas reflexões lidas se demonstra contrário à Universidade da Integração Unilab, até porque ela se demonstra como a que mais tem lutado pela causa do problema racial brasileiro, que se dê atenção a esta universidade ímpar, assim como é Redenção, na história brasileira. É que a intenção com este questionamento é fazer indagar a respeito da fala de “reparação”: não há como reparar as milhões de vidas. Seria preferível até *grifos meus* para que não surja alguém que teime que estas palavras soem o contrário.

Explorando dados: os sujeitos redencionistas do senso comum

Este tópico é dedicado para a análise do perfil das pessoas do senso comum mais amplo – o alunado será melhor abordado em capítulos posteriores. Este levantamento foi realizado entre os meses de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024) e o mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

É necessário que seja igualmente esclarecido que esta investigação/análise foi realizada em formato de pesquisa semi-estruturada, isto é, com perguntas anteriormente direcionadas e norteadoras – ou melhor, *suleadoras*⁵⁵ –, mas com total abertura para a resposta que o entrevistado melhor desejar defender.

Ao todo, foram trinta e sete (37) perguntas dirigidas (o questionário encontra-se em apêndice ao fim deste trabalho) para, primeiramente, as pessoas do senso comum mais amplo – isto é, para a opinião coletiva mais geral, ou, em outras palavras, as pessoas que não ingressaram no ensino superior –, e, somente posteriormente, com os

⁵⁵ Apenas uma reflexão a respeito da provocação sobre o “sulear”, que embora não esteja no corpo do texto escrito, se deve dar sua devida importância em uma nota de rodapé. Isto está em total conexão com nossa metodologia e com a Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Revisitamos: Adotamos neste ensaio o termo cunhado por Paulo Freire (1999) “Sulear” que passa a constituir modelos de pensar e agir, que neste contexto vai contrapondo o tradicionalismo educacional. Esse regime estrutura as bases de um capitalismo neoliberal, pois um povo sem educação é aprisionado cognitiva e socialmente. Assim, toda e qualquer medida em estancar o regime escravocrata que ainda persiste é impossibilitada por ele, negando seus direitos como cidadãos [...] (Araújo; Gonzaga; Dantas, 2018, p. 04-10). Ainda segundo Paulo Freire (1992), o termo ‘sulear’ aparece pela primeira vez, como neologismo contra a dominação dos processos humanos impostos pela colonização excludente do norte europeu. O termo Norte sempre leva a pensar como única fonte, e seu direcionamento positivista fomenta essa ideia. Nesse contexto, do Norte nascem todas as respostas para a sociedade embasada na teoria do homem caucasiano europeu, sempre no alto grau cognitivo. Propagar o termo ‘sulear’ é empoderar ‘conhecimentos outros’ e mostrar que o termo pode guiar a elaboração de uma gama de leis que irão contrapor o pensamento dominante de poder, ser e saber da colonialidade. Afirma Freire (1992) evidenciar posicionamentos geográficos com os símbolos que identificam esta supremacia norteadora hegemônica. Os pontos cardeais, por exemplo, que sempre têm sua leitura iniciada pelo Norte. Assim, nas cartografias, o Norte está acima do Sul, isso infere que ele é supremo e tudo que está abaixo é subalternizado, não credível, de conhecimento inferior (Santos; Meneses, 2009). Para Freire (1992, p. 218), “Norte é primeiro mundo. Norte está a cima, na parte superior, assim Norte deixa ‘escorrer’ o conhecimento que nós do hemisfério Sul ‘engolimos sem conferir com o contexto local’”. A posição de Freire (1992) é bem clara no sentido de contrapor esta visão, colocando-se contrário a ela. Na contramão de uma construção colonial, excludente, preconceituosa, dominadora, neoliberal, viabilizam-se epistemologias outras, que estão na escuridão acadêmica, e que pensar o mundo para além da Europa demanda desconstruir, descolonizar, *sulear* pensamentos (Araújo; Gonzaga; Dantas, 2018, p. 04-10). Sugere-se ler o artigo intitulado de O norte é *sulear*: educação escolar quilombola, diálogos urgentes, texto dos supracitados acima; e a tese de doutorado em Educação Brasileira, PPG vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), da professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Geranilde Costa e Silva, de título Pretagógia: construindo um referencial teórico-metodológico de base africana para a formação de professores/as, disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7955>. Acesso em: 19 abr. 2025. Que igualmente se tenha em mente que este último trabalho citado da mesma forma está importantemente vinculado à metodologia empregada nesta dissertação em leitura.

estudantes do ensino médio – há um gráfico mais à frente no qual se poderá melhor observar como se está discriminado os sujeitos participantes das entrevistas e que se enquadram naquela concepção que será aqui chamado de “senso comum” por oposição aos estudantes adolescentes: se há uma preocupação em diferenciar, ao menos que momentaneamente, as pessoas de opinião coletiva em relação aos estudantes, pois tem-se o objetivo de comparar as percepções e, explorando-as, buscar saber se há similitudes entre suas visões sociais identitárias.

Outro tipo de entrevista, pairando em meio as duas modalidades, é a entrevista semiestruturada, caracterizada como semi-diretiva ou semiaberta, na qual o pesquisador se guia por um roteiro de perguntas, mas não necessariamente se atém a um questionário. Nesse âmbito, independentemente do tipo de entrevista, Manzini (2004, p. 2) afirma que “todas as entrevistas se dirigem para algum lugar, pois antes da realização da coleta temos um objetivo de pesquisa que dirige nossa busca.” **Sobre tais modelos de entrevista na pesquisa acadêmica, cabe ainda ressaltar a técnica do questionário, também apresentada por Severino (2016), à qual se atribui o levantamento de informações e opiniões do sujeito, por ele mesmo escritas, fator que reforça a necessidade de clareza e objetividade das questões. No entanto, tal recurso exclui parcialmente a relação entre o pesquisador e o entrevistado, uma vez que acontece de modo escrito e não há uma interação verbal constante entre as partes** (grifos do autor) (Castro; Oliveira, 2023, p. 35).

Apenas um breve adendo, principalmente em grifos do autor: as aplicações de maneira estrita da técnica de questionários se deram com os estudantes do ensino básico de nível médio. Somando as duas escolas foram um total de sessenta e um (61) alunos. Contudo, antes de tal resolução, se ocorreu uma breve oficina em cada uma das duas escolas propostas, sendo nas instituições de ensino E. E. M. T. I. Dr. Brunilo Jacó e E. E. M. T. I. Padre Saraiva Leão – já que foi por breve período, em momento de somente duas horas aulas em cada uma delas – durante as quais se pôde realizar uma breve explicação: é que durante estes momentos se desenrolaram questões-problemas que são externas e escapam ao controle do entrevistador, como, por exemplo, poder realizar mais de uma visita ao campo-escola. Portanto, sabendo disto, se dividiu cada uma das turmas das referidas instituições de ensino visitadas em pequenos grupos o que possibilitou, diante disto, que se fossem também repartidas/compartilhadas as perguntas propostas pelo questionário para que se pudesse desta maneira serem resolvidas ao todo durante ainda aquele dia.

Mas retornando ao público do senso comum “mais” amplo⁵⁶ que é ao que este capítulo se preocupa: foi uma quantidade de vinte (20) entrevistados no qual se foi permitido realizar entrevistas mais abertas, sendo que, a partir destas, puderam opinar e argumentar de melhor maneira sobre os seus pontos de vistas, percepções, concepções e/ou compreensões sociais. Quanto as formas de retorno destas indagações com as pesquisas, a partir destes questionários e entrevistadas com este público, foram algumas delas alcançadas através dos envios das perguntas através do aplicativo do Whatsapp devido às correrias do dia a dia por conta dos trabalhos/empregos dos entrevistados e igualmente por motivo das distâncias entre o entrevistador e estes participantes, enquanto o retorno de suas respostas foi por intermédio desta mesma tecnologia da informação e comunicação: principalmente para os casos destes entrevistados mais distantes, sendo ainda esclarecido que os acordos e aproximações foram realizados com ajuda de algum intermediário colega/amigo em comum mais próximo. Concomitantemente, outras argumentações foram obtidas por meio de entrevistas pessoais, cara a cara entre o pesquisador e os entrevistados, nos quais os áudios foram gravados e salvos pelo *software* do celular: sobre estes momentos de entrevistas cara a cara, também todos eles foram com antecedência acordados – entrevistador e entrevistado⁵⁷.

Mais a respeito destes que participaram e que se enquadram na categoria do senso comum: foram entrevistados homens e mulheres, todos com algum grau de parentesco com aquelas e com aqueles estudantes do ensino básico de nível médio, sendo, ambos, ainda alunos e seus parentes, gentílicos do município de Redenção (CE), alvo/objeto de exploração deste trabalho dissertativo: pais, tios, avós e avôs.

Notas importantes a respeito dos participantes mencionados no parágrafo logo anterior: 1) nenhum destes alcançaram o ensino superior. Assim, são estes os que se enquadram naquilo que tanto chamam[os] anteriormente de “senso comum”, ou de

⁵⁶ Principalmente a respeito do termo “mais” entre aspas, ele se deve pelo fato de fazer saber, e fazê-lo, a distinção entre os estudantes que se encontram no ensino básico de nível médio e dos demais gentílicos que por vezes não concluiu o ensino básico. Portanto, há uma breve distinção e (a)credita-se por motivo disto uma diferença não somente de conhecimento acadêmico, mas igualmente crítico. Muito embora se veja semelhanças entre as argumentações tanto das pessoas mais corriqueiras do cotidiano de Redenção quanto destes adolescentes estudantes que convivem o contexto atual de uma “R/redenção” escolar.

⁵⁷ Inicialmente se tinha o objetivo de alcançar e obter as respostas dos questionários através de impressões das perguntas em papel e entregá-los pessoalmente aos que aceitassem responder. Contudo, este modo se mostrou inviável aos entrevistados do senso comum tanto por motivo de tempo necessário para escrever as argumentações de seus respectivos pontos de vistas quanto ao fato de alguns não saberem ler e escrever. Por circunstância e/ou condição mais favorável, decidiu-se por realizar esta prática apenas com os estudantes do ensino médio das escolas deste nível situadas no município de Redenção (CE).

opinião coletiva, por se está referindo aos sujeitos que não ingressaram no ensino superior; 2) durante a busca ativa por pessoas dispostas a participarem da pesquisa houveram muitas rejeições: imagina-se que seja devido a alguma preocupação de ser/ter associado os seus respectivos nomes a algo que pudesse ser constrangedor, mesmo que se tenha sido esclarecido que os nomes a serem utilizados seriam fictícios/inventados para com a intenção de resguardar suas identidades e integridades pessoais – contudo, acredita-se que o alcance do público que decidiu ajudar se foi possível apenas por ter sido através de colegas/amigos em comum o que pôde ter encorajado.

A intenção de direcionar(-se) para este público (pessoas sem nível superior, que por vezes serão classificados como do senso comum por oposição aos sujeitos academicamente de nível superior e não por se menosprezar aos saberes populares) se deve ao fato de (a)creditar que essas proximidades têm impactos e influências sobre a compreensão deste alunado de nível mediano de escolarização e que, igualmente verdade, quiçá mais importante, é tomar o conhecimento de que neste nível de formação acadêmica está a grande maioria dos gentílicos redencionistas. Recorde(mos): *“quais os sentimentos que eles sentem quando debatemos sobre a escravidão?”*.

Ora, se fossem recrutados para estes questionamentos, realizados através de entrevistas e questionários, sujeitos que alcançaram o ensino superior as respostas dirigidas e obtidas seriam mais cautelares e calculadas no sentido de buscar evitar e não atingir e/ou infringir alguma norma ética. Isto é, os seus argumentos seriam duros e cheios de pausas para justificativas pois estariam com o anseio de que algo negativo pudesse ser dito e, assim, a [nossa] pesquisa iria destoar da concepção da maioria da sociedade local e por conseguinte da realidade social da cidade de Redenção que é, como disse anteriormente, não alcançou o nível superior de escolarização. Isto ocorreria principalmente por devido quanto a ser um assunto que demonstra ser tão caro ao Brasil como os temas relacionadas às relações étnico-raciais – incalculavelmente importante mais ainda para o primeiro município na história do Brasil a abolir as práticas da escravidão e que também tem em sua geografia política uma universidade de destaque internacional quanto a estes temas raciais como é a Unilab e que tem ainda em seu território sujeitos do continente africano, principalmente. Além do mais, sobre a quantidade total de “redencionistas”, uma enorme parcela não conseguiu concluir sequer o ensino médio.

E também, tanto as entrevistas realizadas com os parentes mais velhos das/dos

estudantes quanto as pesquisas dentro da escola-campo se viu bastante resistência em se obter respostas – o que de certa maneira poderia ser presumível devido à problemática sensível, como já vem sendo dito. Que se diga que estes desafios encontrados durante as buscas da pesquisa por opiniões, concepções e/ou narrativas gentílicas se deu entre ambas as zonas, rurais e urbana, e que isto se deve, [a]credita-se, ao medo de opinar sobre um tema que poderá levar ao entrevistado a manifestar uma argumentação que o faça ser interpretado como racista – sobre isto, mais à frente ver-se-á uma frase bastante emblemática da entrevistada Gabriela que, embora não racista, ela dar uma visão bem singular sobre a percepção em torno da cor da pele negra: - “Deus me perdoe!”. Esta jovem se enquadra na categoria do senso comum.

Se constituiu então um número total de vinte (20) pessoas que foram computadas entre entrevistadas e entrevistados, todos gentílicos redencionistas (CE). Destes contribuintes, doze (12) são moradores da zona urbana – espaço geográfico da cidade no qual se teve mais acesso para a realização das investigações e que se realizaram as entrevistas entre cara a cara de pesquisador e entrevistados e também onde estão localizadas as duas referidas escolas – e oito (8) da zona rural – área territorial-política do qual se teve maior dificuldade de encontrar sujeitos dispostos a contribuir com as [nossas] explorações: é devido a estas questões problemáticas, como esta última mencionada, à título de exemplo, além de algumas outras, que se notou a importância dos aplicativos da tecnologia da informação e da comunicação, como a rede de Whatsapp na busca de se obter tais percepções e/ou opiniões durante as pesquisas de campo – após dois parágrafos à frente se observará um gráfico discriminativo dos sujeitos participantes.

Pense(mos) então sobre os doze (12) contribuintes relativos aos moradores da zona urbana com uma curiosidade: nenhuma destas pessoas se identificaram como branca – embora sobre isto ver-se-á algo bastante instigante mais à frente. Se configurou uma quantidade composta por cinco (5) mulheres e sete (7) homens.

Quanto aos demais oito (8) sujeitos que ajudaram, habitantes da zona rural, da área territorial-política da qual se teve maior dificuldade de encontrar sujeitos dispostos a contribuir com nossas investigações, foram: cinco (5) homens e três (3) mulheres entrevistados e entrevistadas. Curiosamente igualmente aos urbanos nenhum se autodeclarou como branco – e, como no anterior, que se deixe uma curiosidade para mais adiante ser refletida.

Discriminação social dos entrevistados entre sexo, raça/cor, escolaridade e profissão

	Mulheres	Homens	Raça/cor	Escolaridade	Profissão / Mulheres	Profissão / Homens	Naturalidade
Zona urb.	5	7	Nenhum branco* ⁵⁸	nove com ensino médio completo; demais com médio incompleto	Duas são domésticas e três diaristas	Três pedreiros, um auxiliar de serviços gerais, dois autônomos e um desempregado	Redenção (Ce)
Zona rural	3	5	Nenhum branco* ⁵⁹	Três com fund. completo; restante com nível médio incompleto	Todas são agricultoras	Todos são agricultores	Redenção (Ce)

Fonte: do autor (2025)

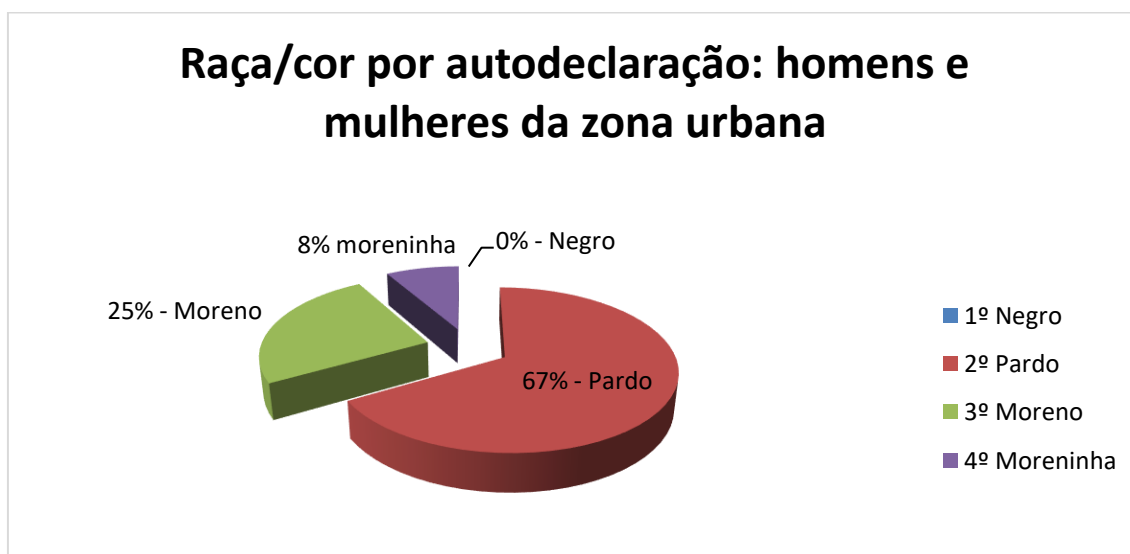
As mulheres da zona urbana: as entrevistadas constituem-se de uma (1) mãe que se disse viúva e que vive somente na companhia de seu filho adolescente, autoidentificada como de cor parda. Enquanto isso, as outras constituem-se de duas (2) mulheres, uma mãe que vive com os seus filhos e parceiro, e uma avó viúva que mora apenas com um filho, que afirmaram-se morena e moreninha, respectivamente: compreende-se por “parceiros” os homens que vivem e habitam em um mesmo imóvel na companhia de uma mulher sem matrimônio realizado entre ambos. Sendo ainda a primeira destas últimas, a “morena”, uma senhora que atualmente está em união com

⁵⁸ * O uso do asterisco se fez pela intenção de chamar a atenção do leitor para uma reflexão oportuna mais à frente com as autodeclarações dos gentílicos.

⁵⁹ ** Assim como na nota de rodapé acima, o uso dos asterisco tem a intenção de prender a atenção do leitor para a reflexão posterior que virá mais adiante com as autodeclarações dos gentílicos sobre sua cor/raça.

um segundo senhor no qual é o padrasto de seu filho. Mas, até sobre isto uma cautela necessária: nenhuma foi (como no caso da viúva) ou é casada, mas que moram apenas “juntas” sem matrimônio realizado. As outras duas (2) entrevistadas são tias [pelo linhagem paterna da família, isto é, irmãs dos homens pais] de estudantes adolescentes do ensino médio – estas últimas duas (2) têm filhos, mas são crianças sendo uma do ensino fundamental de nível I e a outra do fundamental II. Ambas tias moram na companhia dos pais de seus filhos. Estas últimas duas se afirmaram pardas.

Homens da zona urbana: são sete (7) homens, sendo um solteiro (e que vive com os seus pais): este é um tio de um adolescente do ensino médio, de cor declarada como pardo. E, sobre outros quatro (4), moram juntos com as mães de seus respectivos filhos: e, como no caso das mulheres descritas acima, não são casais formados por casamentos matrimoniais, mas que formaram famílias e, pelo menos até este momento, moram em uma mesma casa, também pardos. Todos são pais biológicos dos estudantes. Os outros dois (2) são avôs (homens) aposentados (agricultores)⁶⁰: senhores que se disseram “morenos”.



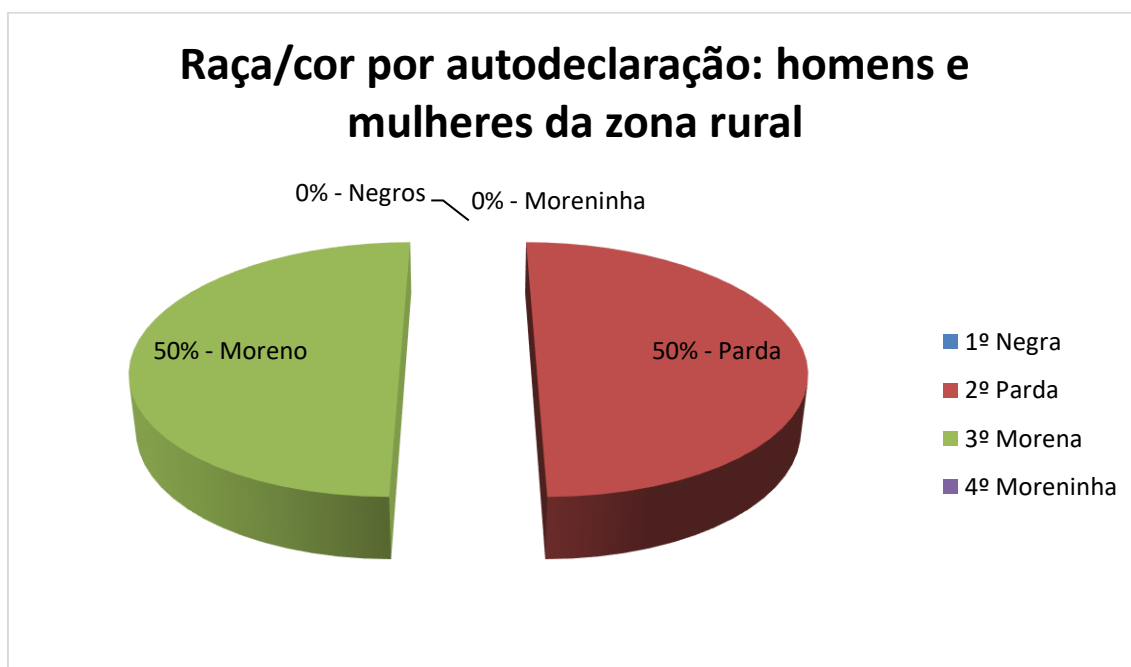
Fonte: do autor (2025)

⁶⁰ Faz-se questão de informar que embora estes senhores avôs já sejam aposentados, o trabalho de agricultor passou a ser tido por estas pessoas como uma segunda forma de complementar as suas respectivas rendas familiares. Uma curiosidade que bastante de se ver na cidade de Redenção (Ce), e que se acredita ser bastante peculiar por outros municípios, é que tantos seus filhos quanto netos vivem bastante próximos de seus pais e/ou avôs e são ainda mais próximos, as vezes [quase que] morando juntos aos seus avôs e avós o que, por sua vez, diretamente impacta sobre a renda familiar desta geração mais velha.

Apenas uma nota em formato de adendo sobre o gráfico acima: a característica que traz a numeração ou quantidade de sujeitos representados pelo algarismo de número zero (0) apresentado acima é a quantidade de pessoas que se autoidentificaram como negros. A mesma proporção foi a soma de autodeclarados brancos. Isto é, portanto, nenhum assim se afirmou.

As mulheres da zona rural: todas estas três (3) contribuintes com a pesquisa autoidentificaram-se como pardas. Igualmente todas elas são donas de casas. Se pressupõe que pelas declarações como “dona de casa” estejam presumindo/falando de que são mulheres que não desempenham empregos remunerados, mas que trabalham em suas respectivas casas enquanto os seus parceiros saem para desempenhar alguma atividade assalariada. São todas elas mães de estudantes que estão no nível do ensino médio.

Quanto aos cinco (5) homens da zona rural que ajudaram em responder ao questionário da investigação, apenas um se declarou pardo: este é agricultor. Enquanto todos os quatro (4) demais se autoafirmaram como morenos, sendo também um agricultor e dois (2) pedreiros e um (1) ajudante de pedreiro.



Fonte: do autor (2025)

Também uma nota em forma de adendo: os algarismos apresentados neste

gráfico de logo acima que apresentam a numeração de zero (0) se configuram como o número de pessoas que se autoidentificaram, até aquele momento, como negras e moreninha. Da mesma forma foram os que se disseram ser brancos, ou seja, nenhum. Portanto, dos oito (8) entrevistados, dividiram-se entre quatro (4) pardos e também quatro (4) morenos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o órgão ao questionar a “autodeclaração” das pessoas, ele oferece cinco alternativas de cores/raças pelas quais os brasileiros podem se autoidentificar: amarela, branca, indígena, preta e parda. Ora, é sobre isto que se deseja refletir com o gráfico em formato de pizza de logo acima. Quando observado nota-se que surgiu cores (ou raça) novas (?) declaradas pelos entrevistados, a cor *morena* e a cor *moreninha*. Como se foi expresso ainda no segundo parágrafo deste capítulo em leitura, se a pesquisa foi semi-estruturada deixando assim o entrevistado ao desejo de dizer a resposta que melhor lhe deixo em conforto, a respeito de suas autoidentificações igualmente da mesma forma foi realizado, isto é, não foi listada identidades raciais/cores, contudo, ficou sob a vontade do contribuinte como achar melhor fazê-la.

Agora retornando para a análise das identidades autodiscriminadas expostas nos quadros informativos de logo acima: embora sejam, talvez, apenas mais um desconhecimento por parte destes que contribuíram ao responder os questionários, julga-se que isto deve ser explorado mais a fundo quanto aos seus significados velados, implícitos e/ou não formalmente expressos: isto é, estas opiniões quiçá reflitam de forma semelhante aquilo que fora décadas passadas elencadas e intituladas “aquarela do Brasil”.

É certo que nos momentos de atrito, nos contatos diários com a polícia ou com a discriminação, a cor é definida pelo costume e passa longe da teoria. Mesmo assim, no país se “joga com a cor”, de maneira a utilizá-la como instrumento em diferentes situações sociais e mesmo políticas. [...] A resultante dessa indeterminação nas distinções raciais faz com que o fenótipo, ou melhor, certos traços físicos, como o formato da cabeça, o tipo de cabelo e a **coloração da pele** [especialmente este último, em grifos meus, em relação à cidade de Redenção], se transformem nas principais variáveis de discriminações. Oracy Nogueira, em 1954, já arriscava uma definição nesse terreno: teríamos um preconceito de *marca* – uma classificação quase imediata – por oposição ao preconceito de *origem*, mais próprio ao contexto norte-americano. Onde quem descende de família negra (a menos de três gerações) é sempre negro, a despeito da aparência (Schwarcz, 2010, p. 66-68).

Mas sobre a “Aquarela do Brasil”: isto faz referência ao levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quando este fez a PNAD. Nesta pesquisa censitária, os brasileiros autoatribuíram, em mil novecentos e setenta e seis (1976) cento e trinta e seis (136) cores (raça?) diferentes. A lista completa pode ser vista no livro *Racismo no Brasil* de autoria da professora-pesquisadora Lilia Moritz Schwarz, entre as páginas sessenta e nove (69) e setenta e um (71). Esta mesma autora traz a mesma lista no intitulado de *Nem Preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira* (2012). Faz-se questão de apontar tal lista de autodeclarações logo abaixo para tomada de conhecimento e assim através delas refletir as similitudes e dessemelhanças.

1. Acastanhada; 2. Agalegada; 3. Alva; 4. Alvarenta; 5. Alvarinte; 6. Alvinha; 7. Alvo-escuro; 8. Alvo-rosada; 9. Amarela; 10. Amarelada; 11. Amarelo-queimada; 12. Amarelosa; 13. Amorenada; 14. Avermelhada; 15. Azul; 16. Azul-marinho; 17. Baiano; 18. Bem-branca; 19. Bem-clara; 20. Bem-morena; 21. Branca; 22. Branco-avermelhada; 23. Branco-melada; 24. Branco-morena; 25. Branco-pálida; 26. Branco-queimada; 27. Branco-sardenta; 28. Branco suja; 29. Branquiça; 30. Branquinha; 31. Bronze; 32. Bronzeada; 33. Bugrezinha-escuro; 34. Burro-quando-foge; 35. Cabocla; 36. Cabo-verde; 37. Café; 38. Café-com-leite; 39. Canela; 40. Canelada; 41. Cardão; 42. Castanha; 43. Castanho-clara; 44. Castanho-escuro; 45. Chocolate; 46. Clara; 47. Clarinha; 48. Cobre; 49. Cobrada; 50. Cor-de-café; 51. Cor-de-canela; 52. Cor-de-cuia; 53. Cor-de-leite; 54. Cor-de-ouro; 55. Cor-de-rosa; 56. Cor-firma; 57. Crioula; 58. Encerada; 59. Enxofrada; 60. Esbranquecimento; 61. Escuro; 62. Escurinha; 63. Fogoió; 64. Galega; 65. Galegada; 66. Jambo; 67. Laranja; 68. Lilás; 69. Loira; 70. Loiro-clara; 71. Loura; 72. Loirinha; 73. Malaia; 74. Marinheira; 75. Marrom; 76. Meio-amarela; 77. Meio-branca; 78. Meio-morena; 79. Meio-preta; 80. Melada; 81. Mestiça; 82. Miscigenação; 83. Mista; 84. Morena; 85. Morenada; 86. Morenã; 87. Moreninha; 88. Moreno-bem-chegada; 89. Moreno-bronzeada; 90. Moreno-canelada; 91. Moreno-castanha; 92. Moreno-clara; 93. Moreno-cor-de-canela; 94. Moreno-escuro; 95. Moreno-fechada; 96. Moreno-jambo; 97. Moreno-fechada; 98. Moreno-parda; 99. Moreno-roxa; 100. Moreno-trigueira; 101. Mulata; 102. Mulatinha; 103. Negra; 104. Negota; 105. Pálida; 106. Paraíba; 107. Parda; 108. Pardo-clara; 109. Pardo-morena; 110. Pardo-preta; 111. Polaca; 112. Pouco-clara; 113. Pouco-morena; 114. Pretinha; 115. Puxa-para-branca; 116. Quase-negra; 117. Queimada; 118. Queimada-de-praia; 119. Queimada-de-sol; 120. Regular; 121. Retinta; 122. Rosa; 123. Rosada; 124. Rosa-queimada; 125. Roxa; 126. Ruça; 127. Ruiva; 128. Sapecada; 129. Sarará; 130. Saraúba; 131. Tostada; 132. Trigo; 133. Trigueira; 134. Turva; 135. Verde; 136. Vermelha. (Schwarcz, 2010, p. 69-70).

É sobre este jogar com a cor em que parecem estar envolvidos todos os habitantes da cidade de Redenção, e que seja dito, não somente os seus gentílicos, mas

todos, no sentido de que, como disse a autora Lilia Schwarcz (2010), são as situações, circunstâncias e/ou experiências cotidianas, talvez condições, que se fazem como coerções⁶¹ (Durkheim, 2024) que exercem sobre a mente local uma determinada tendência para as suas respectivas autoidentificações.

⁶¹ Sobre este apontamento, se deve aqui ser relacionada a refletindo pensando sobre a problemática da memória local em torno das narrativas de uma cidade escravistas, principalmente, mais do que o próprio abolicionismo. Isto é, sendo o fato da escravidão mais forte e influente sobre a compreensão identitária local que a vanglória do movimento abolicionista. Sobre memória e narrativas se foi refletido no tópico intitulado de “Contextualizando: abordando a história e a dinâmica sociocultural contemporânea de Redenção da liberdade” especialmente quando se meditou a respeito de Maurice Halbwachs A Memória Coletiva (1990).

Elevador é quase um templo: ou um preto de alma branca?

Antes de prosseguir com as explorações, um breve adendo como nota explicativa a respeito de como serão mencionados cada um dos entrevistados: todos os nomes foram inventados de maneira fictícia para evitar constrangimentos e por motivo de um acordo realizado com quem participou das entrevistas. Nas ocasiões de tais levantamentos de informações se realizou um acordo com quem fosse participar de que não teriam os seus nomes expostos neste trabalho dissertativo com o intuito de evitar tais sentimentos à quem contribuiu.

Se começa este novo tópico recordando o prólogo deste trabalho ao fazer alusão à música de Jorge Aragão intitulada de “Identidade” não somente por deixar, como se disse outras vezes, mais “galante” (Assis, 1994) este trabalho investigativo, embora o deixe. Mas como tema provocativo quiçá mesmo, ou talvez, já indicando o caminhar que estas explorações caminharão a partir de agora lidas e refletidas com cautela sobre como a convenção social redencionista julga e interpreta a melanina da pele de cada sujeito.

Igualmente em razão disto que se traga aqui o Parecer CNE/CP 03/2004, documento que se instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para se realizar uma reflexão de suma importância. Assim ele nos diz:

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (Parecer CNE/CP 03, 2004, p. 17).

O termo democracia para estas nossas meditações refere-se ao fato da não exclusão e do reconhecimento dos sujeitos negros, pretos e pardos, principalmente os primeiros, assim como igualmente todos os demais não-brancos, na construção da identidade redencionista⁶², e nacional. Devido seu caráter multicultural, sensível é esta

⁶² Sobre este termo “redencionista”, fazemos jogo de linguagem constantemente para se referir ao tanto ao fato histórico de ser abolicionista, e/ou decolonial, e à condição de origem à cidade da qual pertence. Mais à frente ver-se-á isto ser lembrado quando for argumentado a respeito dos museus de memórias escravocratas – propriamente escravocratas, infelizmente, e não abolicionista.

análise a fim de se evitar tratamentos falsos e pedagogias reduzidas sobre a contribuição desta parcela da população e, por conseguinte, tirar do esquecimento esta parte [majoritária, já que os sujeitos negros são maioria em Redenção, em todo o Maciço de Baturité, e também em todo território nacional] da história do país – não (re)conhecida pela maioria – uma parte maior que inclusive desconhece a sua própria identidade –, ou propositadamente omitida.

Se refere como “multicultural” o fato da cidade de Redenção está abrigando sobre a sua geografia, espaço este sombolizado por estes sujeitos, gentílicos e os não originários deste município, que contribuem por sua vez na sua [re]territorialização constante de cada área política, pessoas de diferentes regiões do planeta e que embora semelhantes por conta da lusofonia como linguagem são ainda de diferentes filosofias de vida.

Na página de número cinquenta e nove (59), mais precisamente no tópico “Explorando dados: os sujeitos redencionistas do senso comum” se havia feito uma breve provocação quanto às possíveis e/ou supostas hesitações de os gentílicos de manifestarem-se ao trazer uma fala de Gabriela: - “Deus me perdoe!”. Aqui é momento de ser lembrada.

A respeito da fala desta jovem, três (3) perguntas apontaram respostas bastantes curiosas e instigantes sobre sua percepção social de identidade. Pergunta de número três (2): *Como você se define a respeito de sua pertença étnico-racial? Por quê?* Questão de número seis (5): *em quais ocasiões você está em contato com um negro?* E questão de número dez (9): *Qual a diferença entre um negro redencionista e um negro africano?* Reproduz-se abaixo sua fala:

(1) Me identifico como *morena* porque não sou nem branca e nem negra. (6) Os momentos em que eu mais vejo as pessoas negras é quando eu vou para a rua [com este termo “rua” ela quis dizer/designar o centro da cidade de Redenção (Ce), o lugar mais movimentado do município], lá eu vejo muitos africanos. (10) É porque eles são mais pretos. *Deus me perdoe!* (Fala de Gabriela, 2025).

Destas suas respostas, embora todas as demais vinculadas às outras perguntas *suleadoras* [rever nota de rodapé de número cinquenta e quatro (54)] do questionário também sejam importantes, estas últimas parecem destoar das demais devido às

expressões curiosas pela qual se manifestou a moça. Por que o “Deus me livre” na argumentação da mulher entrevistada? O que esta expressão está implicando? Qual a ideia por detrás da mensagem que supõe dizer que quanto mais negro é preciso pedir perdão? Será que é o medo de talvez ter dito algo que poderá conduzir à entrevistada a ser interpretada como alguém racista? Ora, se isto for verdade, então a compreensão sobre o que significa ser “preto” continua a ser concebida como algo de ruim e negativa na concepção deste senso comum.

Em artigo intitulado de Análise discursiva de “negro” e “preto” em dicionários de língua portuguesa Rafael Lima e Franciele Meira faz uma boa exploração de como é descrito as categorias de “negro” e “preto”.

Nos verbetes “preto” e “pretinho”, lê-se que “preto” é sinônimo de “escravo”; “pretinho”, o mesmo que “pequeno escravo”. Não há nessas definições uma referência à condição racial de “preto/pretinho”, isto é, ao fato de ser negro, mas apenas uma referência direta ao ser escravizado. Logo, o efeito de sentido produzido por essa entrada é o de que, caso alguém fosse da cor preta, seria automaticamente alguém escravizado. [...] Por sua vez, o verbete “negro”, além de representar o indivíduo como “da raça negra” e “preto”, também o define como sinônimo de “escravo”. Além disso, do mesmo modo que a definição de “negrinha” desse dicionário, há uma associação entre esse indivíduo e o muito trabalhar (“Homem que trabalha muito”). Nesse verbete, também há referência a ações ou a costumes “de negros” como algo ruim (“fuça como um negro”). Por fim, os mesmos adágios encontrados em Bluteau (1712) são reproduzidos em grafia contemporânea, (“ainda que negros, gente somos e alma temos”). Novamente, podemos pressupor a existência de discursos de que negros não tinham alma e que, por isso, não seriam considerados “humanos”, discursos estes sustentados por uma memória do período em que esses indivíduos eram comercializados e escravizados. Tal memória também é encontrada em uma das abonações escolhidas para esse verbete (“...tu e eu fomos vendidos, e mais baratos do que negros”) (Lima; Meira, 2024, p. 7-15).

Claro que há também em suas argumentações questões políticas que desconhece, como, por exemplo, o movimento da negritude e de valorização da identidade negra, o que, por sua vez, reforçaria o [nosso] refletir se não teria sido isto causa dos impactos de seus breves estudos que só atingiu o primeiro (1º) ano do ensino médio no qual seus “pseudos”conhecimentos, fazendo-a leiga e desconhecadora, portanto, não terão sido pautados por estes caducos dicionários e/ou mesmo por um ensino-aprendizagem que destoam da realidade – e isto justificaria outra vez mais tanto a importância da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) nesta região quanto dos impactos positivos de uso desta IFES na metodologia deste trabalho

ao se utilizar de suas próprias produções (de seus professores-pesquisadores, na verdade) nesta dissertação.

Reflita(mos) então brevemente sobre o movimento e filosofia da negrotude a partir de duas citações a seguir.

A negritude surge para recuperar a dignidade e a personalidade do homem africano [e dos demais que com a percepção e/ou visão filosófica afro, grifos meus, acrescenta-se] e desperta-lo contra o domínio dos colonizadores em África por isso que ao decorrer do tempo o movimento negritude ganhou além da dimensão literária mas também político. No campo político a negritude serviu de uma mola impulsadora para a conquista das independências em África. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana. Portanto, negritude é um conceito multifacetado, que precisa ser compreendido a luz dos diversos contextos históricos (Ndombele, p. 50).

Em Paris, no período entre guerras, um grupo de estudantes negros oriundos dos países colonizados (Antilhas [entre elas a Martinica de Fanon, grifos meus] e África) iniciou um processo de mobilização cultural. Quando esses estudantes começaram a frequentar as universidades europeias – sobretudo as de Paris e Londres – constataram que a civilização ocidental enquanto modelo absoluto, tal como era ensinado na colônia, não passava de um embuste. Nesse contexto, despertou-se uma consciência racial e, por conseguinte, a disposição de lutar a favor do resgate da identidade cultural do povo negro (Domingues, 2005, p. 195).

A artista afro-peruana Victoria Santa Cruz em seu poema intitulado de Me gritaram negra tenta expor este movimento de valorização de identidade afro através de suas performances.

E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia. Negra! E me senti negra, Negra! Como eles diziam Negra! E retrocedi Negra! Como eles queriam Negra! E odiei meus cabelos e meus lábios grossos e mirei apenas minha carne tostada. E retrocedi Negra! E retrocedi... Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Neeegra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! E passava o tempo, e sempre amargurada. Continuava levando nas minhas costas minha pesada carga. E como pesava!... Alisei o cabelo, Passei pó na cara, e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Neeegra! Até que um dia que retrocedia, retrocedia e que ia cair Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! E daí? E daí? Negra! Sim. Negra! Sou Negra! Negra Negra! Negra. Sou Negra! Sim Negra! Sou Negra! Negra Negra! Negra sou. De hoje em diante não quero alisar meu cabelo. Não quero. E vou rir daqueles, que por evitar – segundo eles – que por evitar-nos algum disabor. Chamam aos negros de

dos negros como vindo de África (reflexão retirada da resposta da questão dezoito do questionário) –, ao ser perguntada onde estar o negro ela respondeu que não sabia. Eis a sexta (6) pergunta que talvez [nos] dê a resposta aguardada: os seus argumentos acerca de em quais ocasiões tem contato com pessoas negras afirmam que quando conversa com mulheres africanas negras induz a (a)creditar que realmente na percepção da gente local os negros que presentes estão na cidade de Redenção são somente os de origem africana – além é claro de uma outra constatação: uma observação quanto ao gênero. Agora a questão a se pensar é sobre o por que a questão da ideia de negro ser tão dissociado dos próprios redencionistas?.

Agora atenção: tanto para Gabriela, que é morena, quanto para Dolores, que é moreninha, as suas cores de pele, segundo a exploração de suas peles, são diferentes de ser “negro”, isto é, preto e pardo. Se Gabriela argumenta que é morena porque não é branca e nem preta e que somente ver pessoas negras quando vai ao centro da cidade e lá observa os africanos; Dolores generaliza esta percepção, transformando e fazendo saber que esta concepção é coletiva entre os redencionistas ao defender que os contatos que tem com pessoas negras acontecem quando está sentada na calçada de sua casa e ao passar mulheres africanas e com elas conversar.

Dolores, ao responder as questões de números dez (9) *qual a diferença entre um negro redencionista e um negro africano?* e onze (10) *qual a semelhança entre um negro redencionista e um negro africano? como diferenciá-los? Existe semelhanças?* assim argumentou: - “(10) *Pela cor, pela cor, porque o africano é mais escuro.* (11) *porque eles são humanos, do mesmo jeito, só muda o sotaque dele, neh?!?”.*

Perceba então que para Gabriela e Dolores a grande diferença é a cor, melhor dizendo, a quantidade da melanina que cada sujeito, seja redencionista ou africano, carrega em seu corpo. Então, para a primeira destas entrevistadas, segundo sua fala sobre (16) *o que significa ser negro?*:

ser negro significa alguém da África porque lá todo mundo é negro, a gente até ver na Unilab um exemplo. E também têm muita gente pobre lá [no continente africano, grifos do autor], a maioria. Acho que o negro são os mais pobres do mundo. Todo dia sofre racismo até para trabalhar, *gua* [o termo “gua” é utilizado como gíria de espanto, assim como “bah” para os rio-grandenses, grifos do autor]. (Falas de Gabriela, 2025).

E continuou a argumentar quando perguntada (12) *qual a diferença entre você e um africano?*:

É a nossa cor da pele. A gente é mais escura por causa do sol que pega todos os dias quando vamos sair para trabalhar e pegamos o sol do meio dia. A gente pega o sol três vez[es], quando a gente vai trabalhar de manhã, quando voltamos para casa para almoçar e depois vamos de novo para trabalhar, e ainda tem um pouquinho de tardezinha, neh?! Quer dizer, quatro vez[es] (risos). (Fala de Gabriela, 2025).

Curioso notar que para a gente local os raios solares tem também a potencialidade de transformar alguém em não-branco, isto é, embora pessoas saibam que não são brancas, se reconhecem que são também sujeitos não-negros. Apenas escurecem um pouco a pele e, portanto, o sol passa a ser também justificativa.

Há uma interessante atenção a ser dada aos senhores agricultores da zona rural, especialmente aos argumentos de um deles, sendo em razão desta sua narrativa a justificativa de se ter anteriormente descrito sobre o monumento de Vicente/Carlos Mulato falado na página cinquenta e um (51).

Se perguntou ao primeiro dos entrevistados, que aqui será chamado de Raimundo, a pergunta de número um (1) *o que você sabe sobre a história de Redenção (Ce)?* e assim ele respondeu:

A gente sabe que a cidade de Redenção foi a primeira a acabar com a escravidão. Aí depois chegou a Unilab para falar sobre isso. Só que eles [as pessoas que trabalham nesta IFES, grifos do autor] dizem besteiras [coisas sem nexos, grifos do autor] demais. Ficam dizendo que nós é descendente de quem foi escravo. Tem nada haver. Olha a minha cor da pele, pareço mais um índio (risos) [saiba que ele foi um dos quatro “morenos” que assim se autodeclararam, como descrito no gráfico intitulado de *Raça/cor por autodeclaração: homens e mulheres da zona rural*]. Quem foi escravo aqui nessa cidade já morreu. Nem sei se o Carlos deixou filho. Só sei que tem um negócio [e esta sua fala gerou a necessidade de descrever, mesmo que brevemente, sobre os monumentos de Vicente/Carlos Mulato na página de número cinquenta e um (51) bem como das demais estruturas que estão na cidade para situar o do leitor, grifos do autor] construído lá na praça [também conhecida como Praça da Matriz, contudo, a *Praça Princesa Isabel* local cujo espaço tem um busto da princesa de mesmo nome]. Ele era escravo lá na Bahia e tinha um homem aqui muito rico que foi viajar para aquele lado e trouxe ele porque lá ele era escravo. Aí quando chegou aqui em Redenção ele virou o primeiro gari porque não tinha mais escravidão e ninguém queria ele para trabalhar nas coisas. Ele que era escravo porque era bem negro.

Por mais que desta vez tenha sido a fala de um homem, por oposição das mulheres anteriormente tidas as suas expressões exploradas, as suas manifestações aqui parecem dialogar e indicar um certo caminho que [nos] leve para uma interpretação social mais ampla a respeito de como a cor da pele tem sido compreendida por todos os gentílicos de senso comum do município de Redenção. Note com atenção que este senhor é “moreno”: ser moreno indica talvez uma outra condição/circunstância diferente mesmo da própria do pardo que quiçá possa ser entendida como mais escura que ela, embora mais clara que a preta: talvez [nos] seja induzido a (a)creditar que sua pele seja mais escura que a parda, contudo, mais clara que a negra.

Com esta resposta [*reproduzida acima em recuo de quatro (4) do senhor Raimundo*] ele também já havia respondido a questão de número trinta e cinco (35): *você se considera descendente de escravos? Por quê?*. Assim a questão já foi desconsiderada de ser feita. Mas se perguntou a de número doze (38): *qual a diferença entre você e um africano?*. Resposta: - “Primeiro que eu não negro, sou moreno. E eu não sou filho de escravos e nem de africano”.

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas [nota relevante⁶³, grifos meus]. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador [*e não somente ao historiador, mas todas as profissões e sujeitos que se interessa*, grifo meu] tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da sua comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores [*e para todos os que se interessam*, grifos meus] é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (Hobsbawm, 2013, p. 25).

Refletindo historicamente tanto em relação à Gabriela e Dolores quando ao senhor Raimundo, José D’Assunção Barros, no livro *A Construção Social da Cor* –

⁶³ Esta reprodução nos remete igualmente à nossa metodologia devido às influências das comunidades sobre os estudantes, mais novos, principalmente as primeiras linhas. As indagações dos estudantes, ainda que em sala de aula, devem ser examinadas refletindo as narrativas e as memórias locais, pois a sua semelhança com os raciocínios das pessoas do senso comum mais amplo da cidade, até mesmo com as narrativas sobre a identidade cearense, não se configuram como mera combinação de casos ou coincidências – que diga-se, *coincidências, aliás, até demais*. Em Redenção, estes “equivocos” são corriqueiros e com bastante frequência podem ser observados acontecer. Quer-se com isto analisar os fatores que levam a sociedade a construir o seu sentido histórico e os seus costumes.

Diferença e Desigualdade na formação da sociedade brasileira, nos ajuda na aproximação de pensar o frenesi que ocorre na sociedade local sobre a construção da diferença baseada na cor da pele.

Se para fins de censo e controle era preciso classificar de algum modo os negros despejados pelo tráfico no Brasil também se operava a construção de novas diferenças, muito pouco coincidentes com as realidades étnicas originais. Incorporava-se à identidade do negro uma procedência geográfica que via de regra relacionava-se aos portos africanos de tráfico que os haviam exportado para o Brasil, independente de sua verdadeira origem. [...] Com isto o negro no Brasil e no resto da América passou a ser visto como uma realidade única e monolítica, e com o tempo foi levado a enxergar a si mesmo também desta maneira (Barros, 2009, p. 48).

Barros (2009) contribui para entender como deveriam ser controlados os cativos ao tentar demonstrar que o sistema da escravidão era organizado através da construção de diferenças entre os negros escravizados que chegavam ao Brasil. Entretanto, a realidade de Redenção requer refletir mais, primeiramente, porque o pós-abolição exigiu que novas diferenças fossem forjadas, embora a distinção sobre a pele negra seja consequência da escravidão e do racismo. E, se a racialização da escravidão se deu a partir do moderno sistema escravocrata implantado na América (Barros, 2009, p. 37), após o seu fim, é intrigante observar ocorrer neste município abolicionista uma nova apartação social entre as próprias pessoas ao perceber que vislumbram na tonalidade da pele, e não mais na dicotomia de branco e negro, o elemento inato da diferença e da distinção. Segundo este mesmo autor (Barros, 2009), o branco visualiza todos os negros em realidade única, mas é necessário discordar quando argumenta que o negro desta mesma forma se enxerga, pois em Redenção o próprio negro se diferencia do outro sujeito de semelhante fenótipo devido a tonalidade da pele (Sena, Souza, 2022) e, assim, ele se afasta ou se aproxima da escravidão e da África. Nesta lógica, ser negro não justifica mais alguém ser associado a um escravizado, ou a ser do continente africano, mas a sua legitimação passa a ser baseada na proporção da melanina que o ser humano carrega em sua pele.

O caso do senhor Raimundo [nos] levanta curiosidades devido ao fato primeiro de ele mesmo propor que mais se aproximaria de um indígena (ele utiliza a palavra índio) no sentido de querer defender que sua pele é mais clara – razão pela qual se justifica este trabalho dissertativo no início apresentar-se diante de reflexões em torno

das literaturas de formação nacional, que diretamente está vinculado à formação de identidade cearense. Muito embora sua intenção principal pareça ser a de afirmar que ele nada tem em relação com quem é descendente da linhagem, sanguínea mesmo, africana. Momentos à frente será explanado de maneira pormenorizada sobre a obra O Cearense *Revelado*: uma jornada via DNA desvenda nossa ancestralidade (Santos, 2020) pela qual afirma serem os cearenses descendentes de vikings da Fennoscândia, região da Escandinávia.

Ainda historicamente para se continuar a meditar: Em A Era dos Impérios, em capítulo de mesmo nome, Eric Hobsbawm argumenta que “a França acreditava na transformação de seus súditos em franceses, teoricamente, descendentes de *nos ancêtres, les gaulois* (nossos ancestrais, os gauleses)” (1998, p. 115). Quer-se dizer, não dos franceses contemporâneos do momento do qual se tratou, mas de um grupo anterior e menos “civilizado”. Parece, sem intenção, dialogar com Frantz Fanon a respeito da obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* sobre o complexo de alteridade do martinicano que pensa ser francês⁶⁴. A partir do século XVI o termo raça passaria a ser “*utilizado pela nobreza local que se identificava com os francos de origem germânica em oposição aos gauleses, população local identificada com a plebe*” (Munanga, 2004, p. 17).

A explicação do parágrafo acima se dá por este adendo agora lido: sobre este último parágrafo acima, há um motivo para se iniciar as reflexões pensando sobre a França para adentrar mais propriamente logo após sobre o estado cearense. Desde a *Belle Époque* francesa, as suas influências adentraram grandemente não somente a respeito da estética estrutural dos prédios, mas também na formação de todo este estado nordestino. Sendo a sua influência mais forte sentida no plano simbólico da construção de identidade e de nação:

A principal delas corresponde à crença na construção de um futuro próspero comum como objetivo universal e lugar imaginário no qual todos os membros da nação, separados pelo passado distinto [*em nosso caso, indígenas, europeus e africanos*, grifos do autor] se encontrariam. Parece ser essa orientação para o futuro que constitui o principal legado francês à formação nacional brasileira (Costa, 2002, p. 8).

⁶⁴ Na exploração do caso de alteridade e identidade abordado pelo martinicano Frantz Fanon em *Pele negra, máscaras brancas* (2008), para ser francês seria preciso ser universal e, por sua vez, para ser universal é necessário ser branco.

A reflexão de Hobsbawm (1998), referida acima, contribui para explorar a complexidade da percepção dos habitantes de Redenção a respeito da pele negra. Isto é, que sensivelmente podemos observar uma “decantação” acerca do imaginário de uma suposta brasilidade que fosse suficientemente abrangedora de todos, mas que na verdade se vê e se percebe a existência simbólica de uma distinção calcada na cor da pele. Fala-se propriamente da cor da carne tingida pela melanina em detrimento do ser humano que a encarna. Frantz Fanon fala em “epidermização” (2008, p. 28).

Kabengele Munanga afirmara que “nasceu uma nova sociedade plural constituída de mestiços, negros, índios, brancos e asiáticos, cujas combinações em proporções desiguais dão ao Brasil seu colorido atual” (2009, p. 15), entretanto, não se vê aplicada a mesma transculturação (Myers, 2015) que Fernando Ortiz incitou quando refletiu, e sugeriu pensar, a respeito de Cuba – e que, ao dar-se ênfase nas palavras “proporções desiguais” expressas à pouco por Munanga, o negro seria o aspecto relegado ao plano subalterno na graduação social, hierarquia convencionalmente construída. Isto ainda implica refletir, segundo o senso comum, ou a opinião mais coletiva, nos negros afro-descendentes como brasileiros, desde que, semelhante ao caso francês, “súditos” dos brasileiros atuais, e não teoricamente, descendentes daqueles africanos escravizados introduzidos no Brasil. Portanto, continuam vistos como sujeitos de segunda ordem.

Esta hipótese de segunda ordem, *talvez*, seja a causa da percepção de a pele negra ser compreendida como signo de distinção, embora sejam precisas muitas outras reflexões. Não é à toa que os estudantes do ensino médio público do município percebam os escravizados, inclusive os que nasceram no Brasil, como mais próximos dos estudantes guineenses do que dos brasileiros contemporâneos. Isto é, que todo negro é unicamente de África, pois o negro é sinônimo de escravo, e os escravos vieram de lá; e igualmente não seria à toa que a gente local faça tantas confusões entre brasileiros negros e estudantes negros de nações africanas, tanto pelo fato de qualquer pessoa de pele negra ser logo associada como estrangeira de África, como nos casos da mestrandia e da babá, interpretadas como não brasileiras, inclusive, por outros negros, pela pigmentação de sua pele ser usada como justificativa e elemento identificador de identidade: este parágrafo explica bem as falas de Gabriela, Dolores e Raimundo.

A mesma reposta de Raimundo ainda suscita refletir no que afirma o autor Achille Mbembe em seu livro intitulado de Crítica da Razão Negra defendeu quando

argumentou que as pessoas tendem a acreditar que todos os negros são de África e que todos os africanos são negros.

É verdade que nem todos os negros são africanos nem todos os africanos são negros. Apesar disso, pouco importa onde eles estão. Enquanto objectos de discursos e objectos de conhecimento, a África e o negro têm, desde o início da época moderna, mergulhado, numa crise aguda, quer a teoria do nome quer o estatuto e a função do *signo* [*negro* e *África*, grifos meus] e da representação. Aconteceu o mesmo com as relações entre o ser e a aparência, a verdade e o falso, a razão e a desrazão, e até a linguagem e a vida. De facto, sempre que a problemática passa por Negros e África, a razão, arruinada e esvaziada, não consegue deixar de andar às voltas sobre si mesma e, muitas vezes, perde-se num espaço aparentemente inacessível, no qual, aniquilada a linguagem, as próprias palavras deixaram de ter memória [apontamento importante de nota reflexiva em rodapé⁶⁵, grifos do autor] (Mbembe, 2014, p. 30).

Então através da exploração das falas de sr. Raimundo o que se apreende é que em sua visão as pessoas do continente africano são todas de cor de pele negra, não havendo sujeitos brancos. Revelando assim, um problema educacional e/ou em relação, também se aposta nisto, devido às sucessivas reportagens em canais televisivos em que demonstram apenas um lado de todo um continente África em que conta com cinquenta e quatro (54) países.

Para todos estes outros casos um outro adendo: é interessante pensar que o negro desta cidade parece negar a sua negritude ao defender uma cor morena, isto é, mais clara, tornando-se, por isso, brasileira e brasileiro, ao passo que aparta-se [da história (e)] da diáspora africana e enquanto elimina a escravidão [da história] do país – e, ao dizimar simbolicamente o sistema compulsório, torna-se ela/ele própria/próprio a/o abolicionista numa R/“redenção” contemporânea. Resta ainda refletir se essa compreensão não seria a sua (auto)defesa que o faria escapar [da história] da escravidão. *O negro sabe que não é branco, mas para ele existe alguém mais negro* (Sena, Souza, 2022). “Não sou preto, e para prová-lo vou-me embora [...] mostrar aos verdadeiros pretos a diferença que existe entre eles e eu” (Fanon, 2008, p. 74).

É passível de se dizer que os negros – e todos os outros sujeitos de todas as cores

⁶⁵ Sobre palavra, linguagem e memória sugere-se as leituras dos capítulos 7 e 8 intitulados de, respectivamente, *A tradição oral e sua metodologia*, de Jean Vansima, e, *A Tradição Viva*, construído por Amadou Hampâté Bâ, que fazem parte do livro *História Geral da África*, volume 1. Ver no site da UNESCO, disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>. Acesso em: 05 ago. 2024.

imagináveis – da cidade ainda não se libertaram do escravismo simbólico, e “psíquico” – sobre esta última palavra entre aspas, para se continuar refletindo com a ajuda de Frantz Fanon (2008) – tal como sugere o nome Redenção.

Entre morena e moreninha, e o moreno Raimundo, foi apresentado um perfil de percepção acerca da dinâmica social e de como parte da população local tem pensado. Mas é preciso apresentar o panorama social sobre as concepções dos pardos – estes que são a grande maioria não somente da cidade de Redenção, mas de todo o estado do Ceará.

Voltando as atenções novamente para o senhor Raimundo: para isto, serão trazidas estes questionamentos, seis (6): Em sua opinião, há negros redencionistas (CE)? (15) Segundo sua opinião, o que significa ser negro?; (16) Quando se fala sobre o negro, o que primeiro surge à sua mente?; (17) De onde vem o negro?; e, (18) Onde está o negro?

(6) eu sei que tem gente de cor mais escura para aqueles lado da Bahia, mas aqui em Redenção eu só vi os africano[s]. (14) Negro é aquela pessoa que tem a pele bem escura que eu que sou da cor de moreno. (15) Eu acho que o que vem primeiro na minha mente é a escravidão porque as pessoas negras que trabalhavam. (16) Eu acho que o negro vem da África porque todo africano que conheço da Unilab ele é negro. Até quando a gente assiste televisão e passa sobre a África só é gente negra. (17) Acho que tá na Unilab, lá tem.

Com este momento é irresistível não resgatar o livro *O cearense revelado* de autoria de Luís Sérgio Santos (2020) que também nega a herança africana. Só que mais do que isto, o mecenas que financiara esta obra é herdeiro dos Igor Queiroz Barroso, herdeiro de uma das famílias mais ricas do estado cearense. Duas reproduções de como Barboza e Mariz falam sobre o livro e seu financiador para continuar a pensar sobre canais de TV`S. Primeiro sobre o sujeito:

Entre as obras que reverberam as visões do IC, destaca-se *O Cearense* (Barroso, 2017 [1969]), de autoria do ex-governador e ex-deputado federal pelo Ceará Parsifal Barroso, diretamente implicado na publicação do recente *O Cearense Revelado*, cujo idealizador e prefaciador é o seu neto, o empresário cearense Igor Queiroz Barroso. Igor Barroso atua como um aspirante a mecenas da cultura cearense, supostamente desinteressado. Todavia, carrega consigo os sobrenomes de duas famílias poderosas no Ceará: pelo ramo paterno, a família Barroso; pelo materno, seu avô é Edson Queiroz e sua mãe, Myra Eliane Queiroz Barroso, uma das herdeiras do

Grupo Edson Queiroz, detentor de uma das maiores fortunas do Ceará (Barboza; Mariz, 2021, p. 7)

Ainda com os mesmos autores (professores-pesquisadores vinculados à Unilab), observe como fazem uma descrição sobre o Grupo Edson Queiroz [eles fazem tal descrição do grupo/empresariado em nota de rodapé de número quatro (4)]:

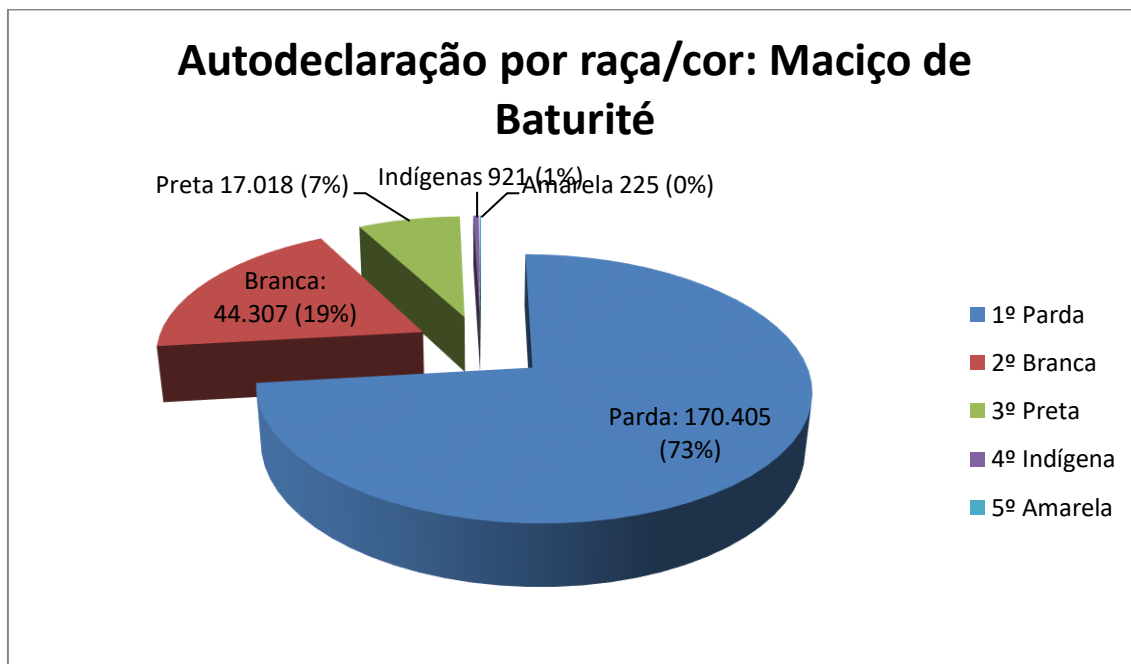
O Grupo Edson Queiroz é um dos conglomerados empresariais mais poderosos do Ceará. No ramo das comunicações, é proprietário do Sistema Verdes Mares, composto por canal de TV, associado à Rede Globo, canais de Rádio e o Diário do Nordeste, um dos jornais impressos mais tradicionais do Estado. O Grupo também controla empresas nos seguintes ramos: água mineral; gás natural, eletrodomésticos, entre outros (Barboza; Mariz, 2021, p. 21).

Não é difícil de imaginar a potencialidade de influenciar as pessoas, notadamente as menos esclarecidas e com menor grau de criticidade, que os canais televisivos têm. Ora, a publicidade desta obra foi um alvoroço e tomou espaços de diferentes redes de comunicações.

Passado o susto inicial, “o Ceará e “os cearenses” conseguiram ocupar lugar de destaque entre as notícias mais comentadas nas redes sociais. Entre memes e piadas, a notícia continuou repercutindo nos portais de notícias, a exemplo do Terra e do Uol, que foi um dos poucos a, desde a chamada da reportagem, convidar leitores à crítica em relação aos possíveis riscos implícitos em tal “achado” científico. O alvoroço publicitário, no final das contas, acabou por divulgar o livro, cuja autoria é de um docente do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), o jornalista Luís Sérgio Santos. O Cearense Revelado tem como um de seus objetivos a divulgação daquilo que supostamente teria sido a “grande descoberta” da pesquisa científica conduzida por Eran Elhaik, geneticista e professor associado de bioinformática na Universidade de Sheffield, no Reino Unido. E qual seria essa “grande descoberta”? em seu oitavo capítulo, de um total de 15, Santos se dedica a comentar os resultados da análise de seu colega de pesquisa que, em resumo – e confirme noticiado pelo Jornal Diário do Nordeste –, atestariam que “nórdicos superam índios e negros na genética” (Paulino Torres, 2020b) cearense. Contudo, o que essas reportagens não revelaram são os significados e as implicações em si, muito menos os riscos e as atualizações por elas promovidas (Barboza; Mariz, 2021, p. 2-3).

Observa-se como se está configurado social-identitariamente a população da macrorregião do Maciço de Baturité, espaço geográfico no qual está inserido o município de Redenção – juntamente com outras 12 cidades – segundo os dados

disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) ⁶⁶.

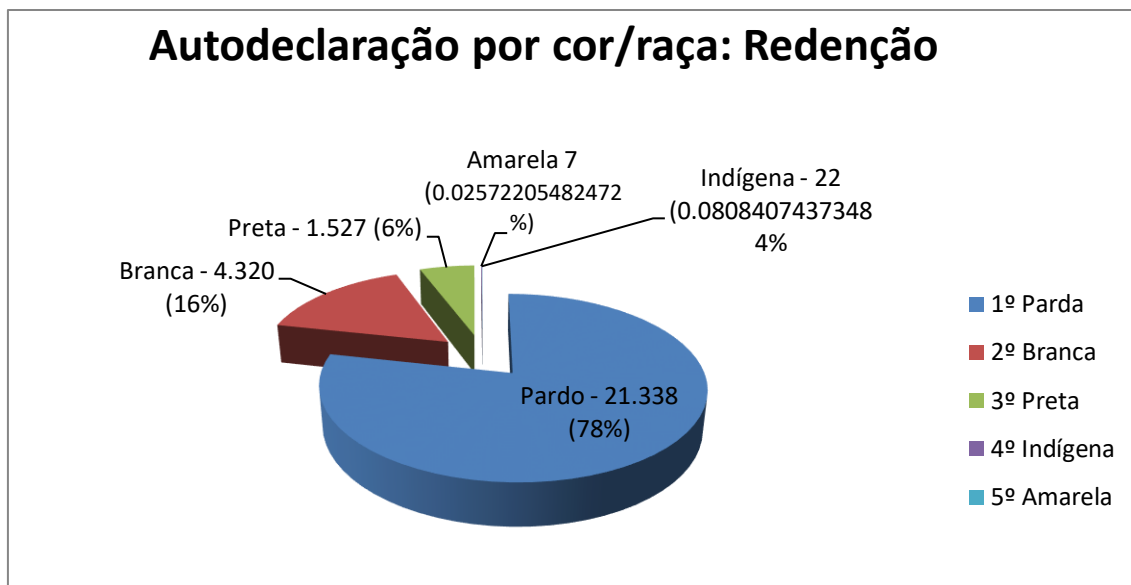


Fonte do autor (2025)

A importância desta descrição em forma de gráfico de pizza se deve mais do que demonstrar a espacialidade social-identitária de como se compreendem as pessoas desta geografia – se bem que por isto já bastasse –, contudo, igualmente devido a preocupação de fazer saber que estes pardos, estes que terão espaço aqui nesta dissertação para argumentar, são a enorme maioria não somente desta região baturitense, mas de todo o estado do Ceará e que por isto talvez receba maior atenção e preocupação.

Contudo, igualmente importante é fazer saber, quiçá mais que o primeiro gráfico é a descrição de como se configura social e convencionalmente a questão identitária da cidade de Redenção. Observe e reflita com a tabela a seguir:

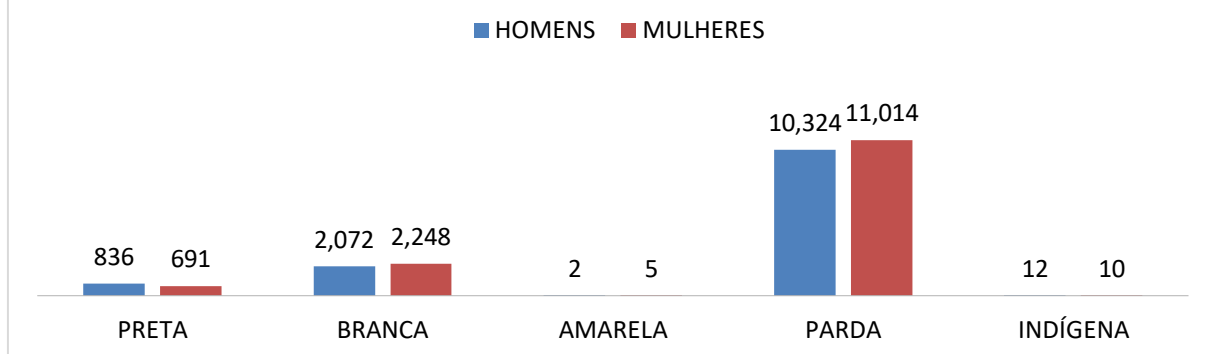
⁶⁶ Afim de curiosidade e para saber mais a respeito de como se está dividida a Macrorregião do Maciço de Baturité, no Ceará, se sugere ver o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponível com o link a seguir: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9605#resultado> >.



Fonte: IBGE (2022)

Agora a respeito de como se demonstra social-identitariamente segundo gênero a população redencionista em números absolutos: 1) entre os indígenas são doze homens e dez mulheres, ou vinte e duas pessoas; 2) entre os amarelos uma quantia de dois homens e cinco mulheres, ou sete pessoas; 3) a respeito dos sujeitos de cor de pele preta estão na soma de hum mil quinhentos e vinte e sete sujeitos na divisão de gênero de oitocentos e trinta e seis homens e seiscentos e noventa e uma mulheres; 4) sobre os pardos, está composto por dez mil e trezentos e vinte e quatro homens e onze mil e quatorze mulheres; e, por derradeiro, 5) os que se autoclararam brancos, compondo-se de duas mil e setenta e dois homens e duas mil duzentos e quarenta e oito mulheres.

Divisão identitária dos redencionistas segundo gênero (homem e mulher)



Fonte: IBGE (2022)

Antes de se realizar uma análise pormenorizada, que se traga a fala sobre estas mesmas perguntas de uma mulher autodeclarada parda da zona rural para equilibrar as percepções/concepções e assim se alcançar uma fidedignidade mais apurada. Para todos caso, a chamaremos de Lourdes. Quanto as perguntas, eis elas aqui: (5) Em quais ocasiões você está em contato com um negro?; (9) Qual a diferença entre um negro redencionista e um negro africano?; (16) de onde vem o negro?; e, (17) Onde está o negro?

(5) Fí [*ou filho, um termo utilizado de forma carinhosa, por exemplo*] eu vejo gente negra quando vou lá para Redenção no dia das feira[s] fazer as compras e vejo uns africano[s] comprando também. (9) As pessoas que são daqui de Redenção não têm a cor igual a deles e as pessoas daqui fala[m] diferente, neh?! (16) Vixe, essa é difícil [e não respondeu]. (17) Tá na Unilab e na Bahia. Acertei? (risos) (Fala de Lourdes, 2025).

Achille Mbembe (2014, p. 30) outra vez acerta quando provocou dizer que “é verdade que nem todos os negros são africanos nem todos os africanos são negros. Apesar disso, pouco importa onde eles estão” (Mbembe, 2014, p. 30). A questão neste momento de reflexão é saber que se puder generalizar os argumentos destas.

Contudo, talvez este novo entrevistado, que será identificado pelo nome de Edvan, a ser descrito vá [nos] induzir a refletir questionamentos mais, ou quiçá tanto quanto, instigantes aos demais primeiros. Ao ser entrevistado, primeiramente com a pergunta (1) *o que você sabe sobre a história do município de Redenção?*, ao senhor autodeclarado como pardo da zona urbana, ele argumentou:

A primeira coisa que a gente tem que saber é que nós não somos descendente de quem era escravo. *Conversa besta* [com esta expressão ele demonstra um certo aborrecimento com a pergunta, *grifos do autor*]. Fi (a mesma gíria utilizada por Dolores, como sinônimo de filho e como alusão à carinho) você precisa saber que nós não deve nada para os africanos. A gente sofreu igual eles. A culpa de tudo são dos portugueses [ele quis dizer “portugueses”, no plural] que quando chegou matou logo os índios e também matou os africanos lá no país deles e trouxeram os outros pra cá. Então como a gente tem que pagar algo pra África se sofremo[is] igual[is]? (Fala de Edvan, 2025).

Tomado coragem com a própria coragem do entrevistado, fez-se questão de realizar com mais preeminência as perguntas: (13) *segundo sua opinião, há privilégios em ser negro?*; (21) *na sua opinião, o que você pensa sobre os africanos estudarem na Unilab?*; (28) *para você, o que a África e os africanos representam para Redenção?*; e, (29) *para você, o que a África e os africanos representam para você?*.

Óia, meu *fi*, nós sofremo[s] do mesmo jeito. As pessoas de Portugal mataram os índio[s] e os africano[s]. A gente não deve nada. Os ouro daqui foi levado para o país deles lá. E esse negócio dos africano[s] vir estudar aqui é só para tomar vaga dos brasileiro[s]. Essas pessoas da África sofre igual nós, isto ninguém pode negar, mas se nós passa necessidade como vamos ajudar? A gente tem que primeiro ajeitar os nossos problemas para depois ajudar os outros. Deixa te contar uma coisa: tu não ver que se os africano[s] não tivesse aqui teria mais brasileiros estudando e ganhando mais!? Todo o dinheiro que viria para nossa cidade era para ser dado para todo brasileiro do Ceará (Fala de Edvan, 2025).

Resumidamente, isto leva a refletir o que já fora explanado anteriormente, até mesmo em nota de rodapé de número sete (7), quando se propôs refletir a questão da interseccionalidade desde Hertzog e Mello (2020, p. 231). É trazida esta reflexão às mediações deste trabalho em leitura com a perspectiva de [se fazer] pensar sobre os impactos socioeconômicos desde a instalação e funcionamento da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) na cidade histórica *redencionista*. Isto é, por inúmeras vezes, são construídos e compartilhados discursos por parte e pela gente local de que estudantes e professoras/professores africanos estariam tirando as vagas dos brasileiros (Sena, Souza, 2022) – curiosamente não se questionam a respeito das/dos demais que chegam ao município que são alemães, portugueses, nem mesmo timorenses, argentinos e/ou peruanos, por exemplo – e, isto, leva a refletir sobre quais as razões de assim serem percebidos e, conseqüentemente, a

crer nesta distinção social que de alguma forma estaria interligada ao fator econômico. É que se pretende sugerir refletir que se poderá também, direta e/ou indiretamente, que a postura e o prisma ótico dos *redencionistas* estarem sendo influenciados, e filtrados, por mais esta questão. Uma informação bastante importante se tem a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional da Unilab para os anos entre 2016-2021 quando descreve que “os impactos decorrentes do estabelecimento da instituição já são sentidos na região, e refletem no aumento do Produto Interno Bruto (PIB), que, segundo dados do IBGE, conforme pesquisa realizada pelo IPECE, aumentou 59,81%, comparando os anos de 2007 e 2012, passando de R\$664.739,00 para R\$ 1.111.270,00 (2016-2021, p. 13).” E acrescente esta outra informação igualmente relevante retirada do mesmo Plano de Desenvolvimento Institucional: “levantamentos realizados por diferentes setores da universidade e pela FONAPRACE comprovam que, estudantes tanto os nacionais como os internacionais são, em sua maioria – perto de 80% - oriundos de famílias de baixa renda e baixa escolaridade sendo, predominantemente, o primeiro membro a frequentar uma instituição de ensino superior” (2016-2021, p. 48)⁶⁷.

⁶⁷ Já antecipando o que será exposto mais adiante, reproduz-se aqui uma breve passagem do texto de Rebeca Meijer intitulado de *A formação docente afrcentrada da UNILAB: o saber docente ancestral no ensino de didática nos países da integração*. A autora defende que a proposta afrocentrada, isto é, de perspectiva epistemológica de matriz africana, ultrapassa os limites que a educação eurocêntrica desconhece e que esta outra contribui de maneira mais significativa para a compreensão e superação deste problema socioeducacional (Meijer, 2019).

Elevador é quase um templo: o caso das escolas

Este capítulo leva em seu nome o termo “subtópico” na intenção de fazer saber que o que aqui serão explorados faz parte, de maneira comparativa, é claro, do capítulo anterior, contudo, como se disse comparativamente, são com os estudantes do ensino médio.

Se refletiu se seria mais interessante iniciar as reflexões em torno do que se viu dentro da escola a partir de um novo tópico, ou subtópico, ou apenas se desse prosseguimentos ao tópico anterior “Elevador é quase um templo: ou um preto de alma branca?”. Preferiu-se por um subtópico pois se revela prosseguimento do antecedente.

As entradas nas escolas de ensino médio EEMTI Dr. Brunilo Jacó (antigamente chamada de “1º de janeiro”) e EEMTI Padre Saraiva Leão foram oportunas para completar um ciclo reflexivo acerca de como o imaginário foi sendo construído no senso comum local – muito embora, para quem é da educação, ainda se apresente de suma importância explorar a compreensão de docentes e suas práticas. É este ponto de meditação que explica aquilo dito na no tópico “Prólogo às reflexões e às explorações: notas explicativas e metodológicas”, especialmente na página de número (21) desta dissertação acerca da metodologia pensada com a contribuição de Machado de Assis⁶⁸. Se apresenta bastante difícil compreender o ponto cerne de onde nascera tal concepção, mesmo que saiba[mos] que a educação tem forte influência nisto: senão foi por ela que nascera, por ela passou e nada se resolveu.

É excitante refletir a dinamicidade deste objeto de análise e de investigação, pois a sua exploração nos permite observar e comparar possíveis conexões entre o que há dentro da escola – ou a ausência de algo – e fora dela. No interior do ambiente institucional de ensino, ao refletir acerca daquele mesmo sentido de passado construído

⁶⁸ Esta metodologia machadiana de não querer, e/ou de não saber, como iniciar as narrativas que contam a história e que giram em torno da personagem Brás Cubas [nos] será de incentivo, não por ser este trabalho dissertativo algo da mente retirado/inventariado e colocado no “papel” aqui lido, mas por fazer pensar que não necessariamente será por determinado evento inicial (*como aquele constatado ainda enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid – e que atuou na Escola Padre Saraiva Leão, esta instituição de ensino que também foi a primeira a ser instalada no município de Redenção, no Ceará*) e/ou fenômeno derradeiro (*como aquele outro que fora observado enquanto se notava que alguns homens estavam sentados ao chão de uma calçada falando a respeito da jovem mulher negra com a criança branca em seus braços*) que [nos] deu estímulo – na verdade, ambos o fizeram. Pretende-se com isto argumentar e defender que será conjugado, isto é, estes dois pontos analíticos, os caracteres internos e os fenômenos externos à escola, serão tidos como elementos a serem explorados em caráter combinativo, interligados, ou melhor, intersseccionais, um influenciando ao outro, e que desta combinação se resultaria no objeto aqui examinado.

referido por Hobsbawm (2013), e referindo-se aos sujeitos não-brancos, Ana Célia da Silva argumenta que

torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passado significativo e, por isso, são invisibilizadas e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se na prática educativa dos professores. [...] No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco [*universal, naquele mesmo sentido que pretende-se e se propõe fazer pensar a partir das reflexões e com as contribuições de Frantz Fanon (2008), grifos meus*] e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar a sua existência (Silva, 1999, p. 23).

As oficinas foram realizadas nas primeiras aulas do mês fevereiro sendo, em uma escola, EEMTI Padre Saraiva Leão, numa disciplina eletiva tal como fora inicialmente ainda nos primeiros momentos de observação daquilo que gerou este objeto de investigação, e na EEMTI Dr. Brunilo Jacó na disciplina de História – neste último caso devido também a aproximação com o docente de História da escola ter sido meu professor.

Se há validade no argumento de Hobsbawm (1998) sobre o passado como uma dimensão permanente e componente inevitável de valores e padrões da sociedade, ainda é necessário explorar a leitura que os habitantes de Redenção fazem sobre a cor negra da pele, entender as implicações deste tipo de percepção no cotidiano dos habitantes locais (Halbwachs, 1990) e, assim, localizar e compreender como tem sido construído esse sentido do passado, seja dentro da escola ou fora dela, o que possibilita, inclusive, historicizar este fenômeno contemporâneo. O simples afirmar que os debates a respeito das relações étnico-raciais esclarecem muito sobre – e que contribuem no enfrentamento – [d]as práticas racistas e que o ensino da história auxilia como meio de garantir reconhecimentos não têm sido suficientes.

Foram trinta e dois (32) alunos e vinte e nove (29), respectivamente, entre as duas instituições de ensino mencionadas no dia da pesquisa de campo. Desta quantia, também respectivamente, dezoito (18) da zona rural e quatorze (14) da zona urbana, e,

quinze (14) e quatorze (15)⁶⁹.

Uma observação: os apontamentos por gênero e idade de cada um dos alunos se foi desconsiderada devido, como se disse sobre a metodologia empregada durante as oficinas, a turma ter sido dividida em pequenos grupos para que se pudesse ser respondidas todas as questões. Se caso fosse realizada cada um tempo não seria o suficiente.

Discriminação por zona urbana e rural

	EEMTI Padre Saraiva Leão	EEMTI Dr. Brunilo Jacó
Zona urbana	14	12
Zona rural	18	17
Pardo	30	29
Branco	2	0
Preto	0	0
Indígena	0	0
Amarelo	0	0
Outro	0	0

Fonte: do autor (2025)

Diferentemente de como se foi explorado com os sujeitos do cotidiano de Redenção (Ce), a pesquisa com os estudantes, devido ao tempo corrido de suas aulas, seria com a divisão em pequenos grupos nos quais, estes, após uma breve explanação do que se tratava a oficina, portanto, poderiam responder com mais rapidez as perguntas do questionário aplicado.

Uma curiosidade primeira a prestar atenção é o fato de a grande maioria das e dos estudantes autoafirmarem-se como pardos. Isto mesmo seja uma características da gente cearense, como se pôde ser observado com os gráficos “*Autodeclaração por raça/cor: Maciço de Baturité*” e “*Autodeclaração por raça/cor: Redenção*”, atestando assim a dimensão maior de todaa gente tanto da Macrorregião Maciço de Baturité quanto da cidade de Redenção. e, apenas dois afirmaram-se brancos.

Como a busca é por encontrar rotas que direcionem por sua vez para caminhos

⁶⁹ Não necessariamente esta seja a quantidade exata das e dos estudantes de cada sala e de cada uma das escolas. Mas estes eram os que estavam presentes.

comuns de percepção social dos gentílicos da cidade de Redenção, neste momento de reflexão deste trabalho serão considerados com maior preocupação outras questões-problemas entre aquelas perguntas do questionário aplicado. Por exemplo, (6) *em sua opinião, há negros redencionistas (CE)?* (38) *qual a diferença entre você e um africano?*; (23) *segundo sua opinião, aquelas pessoas que foram escravos (escravizados) do/no Brasil são mais próximas de nós, brasileiros contemporâneos, ou dos africanos?*; (24) *O que aconteceu com os escravizados após a abolição da escravidão (dê-se ênfase sobre o abolição em Redenção)?*; (30) *na cidade de Redenção (CE), você conhece alguém que seja descendente de escravo?*.

(6) Não igual os africanos, mas tem os mais claros. (23) São mais próximas de quem é da África porque eles vieram de lá e também porque são os negros descendentes daquelas pessoas que trabalharam na escravidão. (24) [Resposta deixada em branco, assim será julgado que não souberam responder. Mais interessante ainda é ver que o outro grupo afirmara que voltaram para a África]; (30) Nós nunca vimos. Tem aquelas pessoas de quilombo, mas na Redenção não existe, somente na cidade de Baturité porque lá tem aqueles quilombolas (Resposta coletiva)⁷⁰. (38) A diferença é que nós somos mais claros, temos religiões diferentes, culturas, etcétera.

Aos poucos algumas vão sendo esclarecidas como, por exemplo, de acordo com a afirmação da pergunta de número nove (9) respondida coletivamente pelos estudantes acima: ao falarem que a diferença entre eles é que os brasileiros são mais claros e por conta da cultura o que, por sua vez, talvez diretamente, se é possível deduzir o fato de os estudantes quiçá mesmo compreenderem que a cultura africana está ligada à sua cor de pele. Portanto, a cor da pele é elemento igualmente de distinção sociocultural. Será isso talvez resposta para o fato de aquele estudante se posicionar que disse “isto é do demônio para matar as pessoas” não saber e/ou desconhecer que a religião independe da cor da pele? Mas o que talvez demonstre um problema com a educação que não interpretou tal problemática de ensino-aprendizagem.

Eis então um momento cerne entre essas reflexões dissertativas: a epistemologias da sociologia e dos estudos africanos. Os estudos das africanidades brasileiras reivindicam que se “encontrem formas de levar a refazer concepções relativas à população negra, forjadas com base em preconceitos, que subestimam sua

⁷⁰ Se explica que a reprodução acima recuada é constituída por uma quantidade de em torno de cinco ou seis estudantes – como se disse, como estratégia utilizada para conseguir aplicar a oficina.

capacidade de realizar e de participar da sociedade, material e intelectualmente” (Silva, p. 157, 2005).

As africanidades brasileiras ultrapassam, pois, o dado ou o evento material, como um prato de sarapatel, uma congada, uma apresentação de capoeira. Elas se constituem nos processos que geraram tais dados e eventos, hoje incorporados pela sociedade brasileira. Também se constituem nos valores que motivaram tais processos e dos que deles resultaram. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira (Silva, 2005, p. 156).

Se recorde outra vez sobre a metodologia empregada com este trabalho ao se utilizar da própria Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, das produções científicas de suas professoras e professores, como elemento teórico-metodológico para interpretar a situação/contexto/problema/objeto destas meditações lidas e refletidas⁷¹. Tendo isto em mente, que se reproduza abaixo o argumento de uma professora-pesquisadora vinculada ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Unilab, Rebeca Meijer:

O primeiro passo foi escolher a matriz epistemológica. Essa não foi uma tarefa fácil e nem pacífica, já que esse exercício é de natureza política e curricular, logo uma questão de saber e poder. O argumento de romper com a tendência eurocentrada histórica na formação de professores ganhou corpo e a proposta afrocentrada foi a matriz selecionada para a construção da base formativa de professores da Unilab (Meijer, 2019, p. 02).

Assim sendo, este trabalho dissertativo faz parte também de um processo que é o da reparação, ou menos de sua tentativa, da Unilab frente aos problemas sociais desta sua região: será possível observar questões que se mostraram preocupantes para Fernando Haddad – então Ministro da Educação – e Paulo Bernardo Silva – Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil a partir da reprodução de suas menções retirada de um documento que intitulou-se de “*Exposição de motivos do projeto de Lei*

⁷¹ Tal questão teórica-metodológica fora mencionada no tópico intitulado de “Prólogo às reflexões e às explorações: notas explicativas e metodológicas. Aqui repete-se o que fora dito: “Durante a leitura deste trabalho você verá a tentativa de fazer bastante coerência metodológica, uma estratégia, ao se utilizar da própria Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), já que se deu a partir dela este objeto de investigação. Portanto, neste caso em questão, este que se pretende explicar com esta nova nota de rodapé, se fazer-se-á com aquele próprio conhecimento que a Universidade da Integração se propõe que é o de descolonizar ao apresentar outras epistemologias” (p. 23).

de criação da Unilab encaminhado à presidência da República”. Esta listagem fora enviada ao presidente da República do Brasil Luis Inácio Lula da Silva no ano de dois mil e oito (2008). Observe o que diz o documento:

4. As universidades distribuídas pelo território nacional precisam ser pensadas a partir e em conexão com os grandes desafios que deverão ser superados pelo Brasil nas próximas décadas, entre os quais são mais relevantes a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental. [...] 11. As atividades da nova universidade devem basear-se na pluralidade de temáticas e enfoques, buscando o enfrentamento de problemas comuns, por meio do acesso livre ao conhecimento, visando à integração solidária entre países, regiões, instituições, professores e estudantes, segundo alguns princípios fundamentais e comuns nos planos acadêmico, ético e político (Diretrizes Gerais da Unilab, 2010, p. 55-57).

Que se diga de fato um problema educacional. O Parecer CNE/CP nº 003/2004 afirma que “as formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali” (Parecer CNE/CP 03, 2004, p. 6). É por esta razão que as análises não podem se esquecer da comunidade na qual estão inseridos estudantes, de suas experiências [que são vivenciadas e apreendidas por seus contatos com os outros sujeitos mais velhos, aqueles mesmos lembrados com a transcrição mais acima de Hobsbawm (2013, p. 25)⁷²] e das narrativas em torno a formação do município de Redenção.

Outra vez mais Achille Mbembe (2014, p. 30) demonstrou fundamento ao fazer saber que no imaginário do senso comum todas as pessoas do continente africano são negras. Contudo, embora (se) saiba[mos] que a melanina da cor do sujeito do continente africano seja mais forte e presente, há uma coisa que se precise aqui ser dito e que irá fundamentar a fala: - “Isto é do demônio para matar as pessoas”. (12) *segundo sua opinião, como os negros africanos são vistos pelos redencionistas?*; (32) *Para você, qual a principal coisa/característica que surge à sua mente quando se fala sobre África?*;

⁷² Reproduz-se aqui a parte que nos interessa neste momento: “Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história” (Hobsbawm, 2013, p. 25).

(14) As pessoas que vem estudar na Unilab da África são vistas com racismo porque são negras. As pessoas falam que eles tem a religião da macumba e do diabo porque fazem mal para todas as pessoas. (32) Na escola a gente ver sobre os grandes reinos, como o Egito. Vemos também na igreja falar sobre o Egito. Mas depois é só escravidão. Na televisão se passa as selvas e muita gente pobre. E todo mundo é negro (resposta coletiva).

Esta se mostrou a lógica ao se fazer a veemência com a fala do jovem que se pronunciou [ainda na introdução deste trabalho] expressando que as religiões de matriz africanas são para matar as pessoas. Eis igualmente o fundamento do método comparativo, pois, segundo esta(s)/este(s) estudantes, são as pessoas que falam – pessoas estas no sentido de que as/os estudantes ouviram e/ou viram por algum lugar alguém assim se expressando. É excitante refletir a dinamicidade deste objeto de análise e de investigação, pois a sua exploração nos permite observar e comparar possíveis conexões entre o que há dentro da escola – ou a ausência de algo – e fora dela. No interior do ambiente institucional de ensino, ao refletir acerca daquele mesmo sentido de passado construído referido por Hobsbawm (2013). Desta vez Ana Célia da Silva (1999) acerta mais uma vez.

Como dito, as análises devem se atentar também para a comunidade destes adolescentes e de suas experiências e não se esquecer das narrativas sobre o município. March Block afirma que a comparação permite ao historiador, e se conclui que igualmente para todos os que se preocupam e pretendem tais investigações, “obter um avanço real na instigante busca pelas causas” (Block apud Burke, 2002, p. 42). Ela possibilita “passar da descrição de uma sociedade para a análise dos fatores que a levam a assumir uma determinada forma” (Burke, 2002, p. 39).

Esta é uma tendência que, de fato, constitui um processo essencial no caminho para a sistematização dos conhecimentos, entre outras causas porque possibilita ao observador afastar-se do seu próprio ponto de observação, de sua sociedade particular: sem o que não há objetividade possível nas ciências sociais. [...] Heinrich Mitteis pretende, até, que só por meio da comparação possam chegar a ser percebidos os traços peculiares e essenciais de uma dada sociedade, pois a análise comparativa permite distinguir os referidos traços dos que são comuns a outros casos observados, ou dos meramente incidentais (Cardoso; Pérez, 1983, 410-413).

Ainda sobre este último parágrafo, deixe fazer uma citação em forma de adendo,

mais precisamente sobre o tópico chamado de “As literaturas no ensino de história” do artigo intitulado de *O impacto e as possibilidades do uso das literaturas de formação nacional no ensino de história* (Sena; Barreira, 2020). Muito embora seja a respeito de como se pratica a pedagogia e do ensino da indigeneidade da matéria de História, sua reflexão nos bastante é importante para pensar o frenesi no interior escolar:

Contudo, aquela manifestação de espanto expressada pela jovem estudante, pelo menos inicialmente, poderia ser encarada como mais uma simples e qualquer outra surpresa em caráter simplória, se o próprio estagiário não verificasse uma origem que fosse comum e paralela, temporalmente falando, a respeito da questão que então se apresentava. Pois bem, como em um tipo de reminiscência sobre a trajetória escolar/acadêmica, este aprendiz, desta vez do trabalho docente, durante o seu tempo de permanência enquanto foi adolescente e concluía o seu nível de ensino médio, igualmente aprendera daquela mesma forma sobre os conhecimentos acerca das literaturas, naquela mesma escola, exatamente como a aluna surpresa. Ou seja, que somente se discute e que se deve aprender que o movimento indianista, deste caso, por exemplo, deveria ser estudado e debatido unicamente em uma das matérias escolares, que seja ela a Língua Portuguesa, como parte do seu ensino e para se conhecer a respeito do que teria sido o movimento da Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo. [...] Contudo, retornando para a análise e investigação da expressão manifesta por aquela estudante adolescente, e explorando-a, abre-se um mais novo espaço reflexivo a respeito da própria formação acadêmica de muitos professores ao se pensar, por sua vez, sobre as possibilidades de estes profissionais da educação não compreenderem as contribuições desta didática advindas, a partir dos usos destes tipos de materiais [literaturas de formação nacional, grifos meus] que não são didáticos. Não imaginam estes profissionais da educação as potencialidades de sua contribuição ao ensino e ao exercício da disciplina de História [e da Sociologia, grifos meus] e do alento que dão aos processos de construção de conhecimentos, sendo que, por isto, uma possível má consequência, infelizmente, que é somente se reproduzir uma pedagogia caduca, ao passo que ainda, e somente, fomenta a velha fala enfadonha da frase que caracteriza a História como uma matéria/disciplina cansativa e sem significado. Professor, para que serve estudar História? Usos de materiais e de metodologias que chamem as atenções, como estas obras não-didáticas tem uma finalidade ímpar, pois esta prática cria uma dupla autonomia, pois, paralelo ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes adolescentes do ensino básico, que visa criar às suas respectivas autonomias estudantis e de rebeldia às criticidades, essas mesmas tentativas de se criar diferentes alternativas de aulas contribuem para a autonomia também do jovem aprendiz do trabalho docente, no caso, o estagiário. [...] O que é pior, a própria educação que deveria ser o elemento de fomento ao desenvolvimento nacional, humano e científico, passa a sofrer com constantes ataques por sujeitos que se afirmam serem conhecedores – pseudos, na verdade – de uma suposta verdade que se deva única. Alguns chegam pregar a retirada de temas como os assuntos próprios das diversidades étnicas dos materiais didáticos do sistema de ensino básico brasileiro. **E aqui um ponto chave sobre a problemática destes não usos ou de más metodologias que parece resistir no ensino básico público brasileiro: o município no qual se observou este fenômeno do (in)completo processo de ensino-aprendizagem – digamos assim, incompleto, por enquanto – se refere a uma cidade onde se comemora que na História deste país teria sido a primeira a libertar os seus cativos dos cadeados e das correntes da escravidão, quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea de 13 de maio de 1888, tornando-a**

desta forma Redenção, o seu nome. E, exatamente por este acontecido marcante, ela se figura como em um território político no qual se instalaria uma Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) [grifos meus] que, em seu projeto político pedagógico, nascera com a idéia de internacionalizar os conhecimentos científicos, de forma concomitante ao que se (com)partilha de outros saberes entre os diversos países parceiros deste mesmo projeto de ensino-aprendizagem, como os da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, além das comunidades mais antigas, como os remanescentes de quilombos e os nosso primeiros autóctones indígenas (Sena; Barreira, 2020, p. 3-4-5-6).

Esta reprodução acima, embora logo, mas importante, faz lembrar a expressão primeiro daquele aluno da escola EEMTI Padre Saraiva Leão que primeiro problematizou tal objeto de análise. Contudo, mais ainda, incita pensar que tais construções sociais são igualmente construídas no interior escolar no sentido da falta, isto é, a falta da desconstrução mediante o olhar social. Parece que o estudo teórico é tão teórico que se desvincula do social-real mesmo local da cidade de Redenção (Ce).

Na maneira de pensar, classificar e imaginar os mundos distantes, o discurso europeu [discurso este bastante semelhante e, por isso, reproduz-se quase que em alusão às narrativas supostamente “redencionistas” – *este último termo escrito entre aspas como um jogo de ilustração que representa tanto aos gentílicos quanto à memória abolicionista de uma cidade realmente libertadora*, grifos meus] tanto o erudito [*erudito no sentido de em relação aos “redencionistas” academicamente mais esclarecidos, e não somente os gentílicos, daqueles que se argumentou e definiu nas justificativas deste trabalho*, grifos meus] como o popular [e popular sendo utilizado como *sinônimo aos gentílicos que receberam menor instrução escolar formal*, grifos meus] foi recorrendo à processos de efabulação. Ao apresentar como reais, certos ou exactos, factos muitas vezes inventados, foi-lhe escapando a coisa que tentava apreender, mantendo uma relação fundamentalmente imaginária [e, sobre imaginação, *sugere-se lembrar o título desta dissertação em processo*, grifos meus] [...] (Mbembe, 2014, p. 29).

Assim, compreende-se como o continente africano foi sendo fantasiado sobre a mentalidade do senso comum redencionista, afastando seus gentílicos do verdadeiro conhecimento acerca de como se constitui este espaço geográfico de cinquenta e quatro (54) países. Contudo, é possível de se mencionar a origem e/ou causa primeira que possivelmente os levaram a tal “conhecimento” sobre a África? Quiçá possa afirmar os canais televisivos como questão chave pois antes da Unilab era o meio mais frequente e presente na mente local e do qual tiravam maiores informações, embora errôneas. Mas não se pode negar a problemática da educação que apenas com as coerções da

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) um constrangimento ao menos se empreendeu quanto às gerações de preocupações com aulas mais fidedígnas e ligadas com a realidade-real.

As perguntas de números (16) *De onde vem o negro?*; (17) *Onde está o negro?*; (18) *Onde deve está o negro?*; (26) *Para você, o que a África representa para o mundo?*; (27) *Para você, o que a África representa para o Brasil?*; (28) *Para você, o que a África e os africanos representam para Redenção?*; (29) *Para você, o que a África e os africanos representam para você?*; (31) *Para você, qual a principal coisa/característica que surge à sua mente quando falamos sobre África?* serão aqui exploradas juntas à um grupo da outra escola, Padre Saraiva Leão, comparativamente tanto em relação ao grupo da Brunilo Jacó quanto em relação ao senso comum mais amplo. Fazer-se-á então uma espécie de acareação.

(16) A gente ver na escola que surgiram na África. (17) Ele está em todo lugar. (26) A escravidão. (27) As pessoas vieram trabalhar como escravos aqui no Brasil e agora temos pessoas negras. (29) Tem as pessoas que vieram estudar na Unilab. (31) Pobreza e pessoas negras. A maioria das pessoas negras do mundo tem lá (resposta coletiva).

Estas respostas [nos] serão importantes devido saber o que elas pensam sobre o continente africano e sobre as pessoas que o habitam/territorializam. E, assim, se for possível fazer, e sim é possível realizá-lo, nota-se que há um certo negativismo sobre este lado do planeta bem como sobre os seus sujeitos. Na mente da gente local a relação de pobreza e cor de pele negra ainda é quase que sinônimo. Claro, a estrutura criada e desenvolvida desde a escravidão e que perdura até a contemporaneidade tanto em torno da branquitude (Lourenço, 2020) quanto o racismo estrutural (Gonzalez, 2020) é algo que afeta a parcela da população negra da gente brasileira – parcela esta majoritária – o que pode, e certamente é, aquilo que inconscientemente, e se quiser continuar a refletir com Fanon (2008) sobre as estruturas psíquicas do colonialismo, continua a atingir aos não-brancos⁷³.

⁷³ Propõe-se que leia o livro Pacto da Branquitude de autoria de Cida Bento, especialmente o capítulo Pacto Narcísico, para saber mais a respeito da branquitude.

Considerações finais

Analisar e interpretar as dinâmicas socioculturais do município de Redenção (Ce) tem se demonstrado bastante complexo. Não no sentido puramente por dizer, mas com a intenção de fazer saber que as relações sociais muito diversificaram-se desde o início das atividades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e das respectivas chegadas de diversos sujeitos vindos de diferentes países lusófonos do mundo, especialmente as nações do continente da África que tal contexto unilabiano dialogue com as narrativas “redencionistas”.

No início estas chegadas se demonstraram de certa forma uma curiosidade aos olhos da gente local atraídas pelo novo e de tal maneira era que aquilo passou a ser parte de uma apologia defendida por esta gente local. Isto é, os gentílicos passaram a defender tal questão: Unilab e estudantes, pois se trazia mais empregos e desenvolvimento não somente para a cidade de Redenção, mas bem como para toda a região. Contudo, até certo ponto: quando as relações sociais criadas pela curiosidade e hospitalidade também foi se moldando e por vezes uma relação de força e de poder, respectivamente, simbólicas foi sendo desenvolvida. É que passou-se a ser disputado também a hegemonia por quem poderia narrar tal história abolicionista desta cidade libertadora. A respeito disto, basta lembrar o que falou o senhor Raimundo quando afirmara que as pessoas da instituição de ensino federal fala “besteiras”.

A questão principal: quais as implicações sociais geradas entre os gentílicos redencionistas e essas pessoas de nações africanas que vêm para a cidade de Redenção estudar, na maioria do continente africano, em relação à essas narrativas abolicionistas e da escravidão? Notou-se que a gente local vincula tal característica fenotípica à este continente, ou melhor, aos sujeitos que o territorializam, o que, de certa forma, parcialmente, não está errado, contudo, o problema é imaginar a possibilidade de embranquecer-se e desta forma asfastar-se daquilo que talvez possa vinculá-los a quem africano for e às suas culturas, como as religiões e a cor da pele, especialmente esta última. Na verdade, a cor da pele virou mesmo um estigma no sentido pejorativo aos olhos e mentes do senso comum local. Ora, se não for isto, por que então a jovem Gabriela se disse “morena” e “Deus me perdoe!”?

Estas respectivas autodesignações implicam dizer que não os gentílicos redencionistas não são negro, isto é: talvez mesmo mais escura que um pardo, muito

embora mais branco que alguém preto (aqui pense na questão da categoria censitária do IBGE [negro igual pretos e pardos] e também na política da negritude). Também, a mensagem de Gabriela igualmente sugere fazer saber, através da exploração desta sua mensagem, que não é branca.

Isto na verdade se configura como um jogo de afirmação e de negação que está totalmente vinculado ao fato de que dependendo de com quem se está falando sua percepção identitária pode variar – e isto da mesma forma acontece de acordo com a circunstância social de quem fala e de quem é ouvido, além da condição financeira. Pois bem, assim se manifestou um dos grupos de estudantes ao ser responder a pergunta de número vinte e três (23) [os escravizados são mais próximos de quem é brasileiro contemporâneo ou dos africanos atuais]: “São mais próximas de quem é da África porque eles vieram de lá e também porque são os negros descendentes daquelas pessoas que trabalharam na escravidão”.

Mas há uma coisa que deve ser tomada com bastante atenção e que embora não tenha sido explanado com mais veemência ainda na problemática do texto, neste momento de considerações se mostra como deveras oportuno: se o primeiro grupo de estudantes deixou o espaço da pergunta (24) *o que aconteceu com os escravos após a abolição da escravidão (dê-se ênfase sobre a abolição em Redenção)?* em branco, o outro grupo afirmara que os libertos voltaram para a África.

É bem verdade que alguns conseguiram retorno para as terras africanas do além do Atlântico, como se pode ser corroborado com a contribuição do livro *As barbas do imperador* (1998) de Lilia Schwarcz. Contudo, é quase ínfima a quantidade que o retorno de travessia conseguiu. A autora apenas menciona apenas alguns casos na página quatorze (14) de seu livro que, aliás, teriam sido reis e nobres ainda em África. Além do mais, para imensa maioria aquelas terras estavam em suas mentes longe demais para fazer sequer sentido do “voltar para casa”. Isto, este sentimento identitário e movimento político só deu-se muito tempo depois, século XX, quando se começou a lutar pelo movimento da negritude.

O Parecer CNE/CP (p. 6), ainda do ano de dois mil e quatro (2004) já alertava, contudo, quicá mesmo faltasse uma Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira nessa cidade que se diz libertadora mas que, infelizmente, continua a aprisionar simbolicamente, tal como propõe refletir Frantz Fanon sobre as forças psíquicas do colonialismo (2008), as mentes destes que se disseram/dizem

“redencionistas” no sentido dado ao movimento abolicionista.

Que seja da mesma forma exposto com bastante veemência sobre a falta, ou minimamente um conhecimento pífio e a consequente má aplicação da Lei de nº10.639/2003 e da Lei de nº 11.645/2008. Isto facilmente é perceptível quando se constata que a gente local desconhece a categoria censitária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de negro, isto é, que pardos e pretos fazem parte dela. Quiçá mesmo este seja apenas mais um dos problemas, já que nem mesmo a história das literaturas de formação nacional nem mesmo os docentes conhecem pormenorizada todos os debates políticos que por detrás de cada construção de obra traz consigo, como o que fora explanado no início deste trabalho.

É preciso aqui ainda deixa argumentado como se deu a construção deste trabalho. Ele ganhou esta forma porque ao decorrer das pesquisas de campo foram constatadas questões importantes, como, por exemplo, notar a falta deste conhecimento a respeito das literaturas de formação nacional por parte de docentes. Isto instigou ao escritor deste trabalho construir capítulo dedicado a tal explicação.

Portanto, de algo que já se seria perceptível de acontecer como as disputas em torno das narrativas das histórias da escravidão e abolicionista local desde a chegada de sujeitos do continente africano, isto desembaranhou-se em disputas mais simbólicas sendo passado a ser eleita a cor da pele como elemento que questão cerne igualmente ao redor de uma disputa de poder mais significativa.

A questão principal é refletir como o tornar-se pardo foi sendo moldado aos olhos não somente dos gentílicos redencionistas, mas de todo o estado cearense, com uma perspectiva de embranquecimento que tem, na verdade, por razão primeira e última e única o afastar-se do negro – na verdade, distanciar-se do preto, já que desconhecem a categoria do IBGE.

Apêndice**ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

Data

___ / ___ / ___

Sexo: () Masculino () Feminino () Outro _____

Idade

Escolaridade

Profissão

Autodefinição étnico-racial

Qual sua relação de parentesco com um aluno de ensino médio?

1. O que você sabe sobre a história do município de Redenção?
2. Como você se define a respeito de sua pertença étnico-racial? Por quê?
3. Sobre a questão cinco (5), você imagina que as pessoas lhe veem da mesma maneira como você ver a si mesmo? Fale a respeito.
4. Você já pensou sobre sua identidade racial (de cor, raça, etnia)? Por quê?
5. Em quais ocasiões você está em contato com um negro?

6. Em sua opinião, há negros redencionistas (CE)?
7. Sobre a questão anterior (9), se a resposta for sim, como você identifica um negro redencionista?
8. Como você identifica um negro africano?
9. Qual a diferença entre um negro redencionista e um negro africano?
10. Qual a semelhança entre um negro redencionista e um negro africano? Como diferenciá-los?
11. Segundo sua opinião, como os negros redencionistas [caso existam em Redenção (CE)] são vistos pelos redencionistas?
12. Segundo sua opinião, como os negros africanos são vistos pelos redencionistas?
13. Segundo sua opinião, há privilégios em ser negro?
14. Segundo sua opinião, o que significa ser negro?
15. Quando se fala sobre o negro, o que primeiro surge à sua mente?
16. De onde vem o negro?
17. Onde está o negro?
18. Onde deve estar o negro?
19. Quando falamos sobre escravidão, quais sentimentos você imagina que sentem os negros africanos?
20. Quando falamos sobre escravidão, quais os seus sentimentos?

21. Na sua opinião, o que você pensa sobre os africanos estudarem na Unilab?
22. Ainda pensando a questão anterior (21), segundo sua opinião, como deve/devia ser a Unilab?
23. Segundo sua opinião, aquelas pessoas que foram escravos do/no Brasil são mais próximas de nós, brasileiros contemporâneos, ou dos africanos?
24. O que aconteceu com os escravos⁷⁴ após a abolição da escravidão (dê-se ênfase sobre a abolição em Redenção).
25. Cadê e/ou para onde foram as pessoas descendentes (filhos, netos, binetos, tataranetos, etc.) daqueles/as sujeitos que foram escravizados e trabalharam no Brasil?
26. Para você, o que a África representa para o mundo?
27. Para você, o que a África representa para o Brasil?
28. Para você, o que a África e os africanos representam para Redenção?
29. Para você, o que a África e os africanos representam para você?
30. Na cidade de Redenção (CE), você conhece alguém que seja descendente de escravo?
31. Para você, qual a principal coisa/característica que surge à sua mente quando falamos sobre África?

⁷⁴ Sobre o uso da palavra “escravo” e não do termo “escravizado”: acreditamos que o uso da palavra é mais palpável aos olhos dos entrevistados. Isto é, se julga também, e principalmente, devido ao conhecimento, pois a grande diferença entre a palavra e o termo se decorre por ocasião de debates acadêmicos, e quanto mais, de nível superior.

32. Para você, qual a principal coisa/característica que surge à sua mente quando se fala sobre os africanos?
33. O que você sabe sobre a África?
34. Para você, qual a característica que afirma ser alguém descendente de escravo?
35. Você se considera descendente de escravos? Por quê?
36. Qual a diferença entre você e um africano?

Referências bibliográficas

Almeida, Danielle Alves de. **Me Gritaron Negra: influencias y aportes de la vida y obra de Victoria Santa Cruz en el proceso de construcción de identidad negra en Perú y América Latina**. Disertación de Maestria Ciencias de la Educación, Departamento de Educación y Humanidades de la Universidad de Monterrey. San Pedro Garza García, N.L., México, 2017.

Almeida, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

Alencar, José de. **Iracema**. 24ª Ed. São Paulo: Ática, 1991 [1865].

Alencar, José de. **O Guarani**. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857.

Alencar, José de. **Ubirajara**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1981.

Amorim, S. M. C.. **Reflexões acerca dos Rituais e Liminalidades, Sagrados e profanos referentes à Devocção do Nosso Senhor do Bonfim e a Oxalá**. In: ENECULT: Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: EDUFBA, 2009.

Andrade, Mario. **Macunaíma**. O herói sem nenhum caráter. São Paulo: Livaria Martins Editora, 1978.

Aragão, Jorge. **Identidade** (1992). Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=FT6txAqRfok>>. Acesso em: 05.05.2025.

Araújo, Eleno Marques de; Gonzaga, Samuel Pedro; Dantas, Rejane Maria. **O norte é sulear: educação escolar quilombola, diálogos urgentes**. Revista Profissão Docente (Online), v. 18, p. 339-359, 2018.

Baéz, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

Bhaba, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Barbosa, A. E. M; Sobrinho, J. H. F; Moura, M. R.. **Descobrimdo e Construindo Redenção** / Anna Emília Maciel Barbosa... [et al]. – Fortaleza: Edições Demócrito rocha, 2011. 156 p.

Barboza, Edson Holanda Lima; Mariz, Silviana Fernandes . **Direitos Humanos e currículo transnacional: os desafios da licenciatura em História da Unilab**. REVISTA HISTÓRIA HOJE, v. 9, p. 80-109, 2020.

Barboza, Edson Holanda Lima; Mariz, S. F. **No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará**. Revista Brasileira de História (Online), v. 41, p. 111-134, 2021.

Barros, José D`Assunção. **A Construção Social da Cor – Diferença e Desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

Barroso, Parsifal. **O Cearense**. 2ª Ed. São Paulo: Escrituras Editora; Instituto Myra Eliane, 2017 [1969].

Bezerra, Débora Andrade Pamplona. **No Ceará tem negros e negras, sim!**. Revista da ABPN, v. 2, n. 5 – jul. – out. 2011, p. 75-98.

Bezerra, Antônio. **O Ceará e os Cearenses**. Fortaleza: Editora-Assis Bezerra, 1906.

Brasil. CNE. **Parecer nº. 03 de 10 de março de 2004. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Ministério da Educação. Brasília. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. **Cursos de História e Sociologia têm excelente avaliação pelo MEC**. Unilab Notícias, Redenção, 19 abr. 2018. Disponível em: <http://unilab.edu.br/noticias/2018/04/19/cursos-de-historia-e-sociologia-tem-excelente-avaliacao-pelo-mec/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm. Acesso em: 21 jul. 2024.

Brasil. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/L11645.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. **Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12289.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental.** Temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. Parecer CNE/CES nº 266, de 6 de julho de 2011. **Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 out. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8907-pces266-11&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 maio 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jul. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Burke, P. **Métodos e modelos: comparação.** In: _____. História e teoria social. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 39-46.

Canclini, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **Cultura y Comunicación: entre lo global y lo local.** La Plata: Ediciones de Periodismo y Comunicación, 1997.

_____. **La modernidad después de la posmodernidad.** In: BELUZZO, Ana Maria de

Moraes (Org.). **Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina**. São Paulo: Memorial da América Latina, 1990.

Cardoso, Ciro F.; PÉREZ BRIGNOLI, Hector. **O método comparativo na História**. In: ____ Os métodos da História. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 409-419.

Cardoso, Lourenço. **O branco não branco e o branco-branco**. In: MÜLLER, Tânia Maria Pedroso; CARDOSO, Lourenço. Branquitude: estudo sobre a identidade branca no Brasil. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2017

Castro, Elaine de; Oliveira, Ulisses Tadeu Vaz de.. **A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual**. ENTRETEXTOS (UEL), v. 22; p. 25-45, 2023.

Cida, Bento. **Pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148p.

Collins, Patricia Hill; Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

Collins, Patrícia. Hill; Bilger, S. **Intersectionality**. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2016. v. 1.

Costa, S. **A construção sociológica da raça no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 24, n 1, p. 35-62, 2002.

Domingos, Luís Tomás. Visão africana em relação à natureza. *in* Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.ht>.

Domingues, Petrônio José. **Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 10, n. 1, p. 25-40, 2005.

Durkheim, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Eduardo Lúcio Nogueira. 9. ed. Lisboa: Presença, 2004.

Eduardo David T. Ndombele. **Negritude: contributo para o resgate da identidade cultural em África**. Revista Fórum Identidades. 2015.

Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Evaristo, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

Evaristo, Conceição (2007). **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: Alexandre, Marcos A. (org.) Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21.

Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

Fernandes, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. revista São Paulo: Global, 2007 [3ª Reimpressão, 2017].

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

Freyre, Gilberto. **A propósito do cearense: sugestões em torno de sua etnia e do seu “ethos”**. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza: ACL, v. 3, pp. 11-25, 1983.

Gabarra, Larissa. **Monumentos de cativeiro são circo de horrores para a consciência negra**. Ceará Criolo, 2020, disponível em: < <https://cearacriolo.com.br/monumentos-de-cativeiro-sao-circo-de-horrores-para-a-consciencia-negra/>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Gilroy, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: UCAM/CEAA, 2012.

Gonçalves Dias, Antônio. **Primeiros cantos**. In: *Poesias completas*. São Paulo: Saraiva, 1957, p. 83-4.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

Hall, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução: DP &A. Editora, 2006.

Halbwachs, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Hampaté Bâ, A. **A tradição viva**. In: *História Geral da África Volume I. Metodologia e pré-história da África*. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2ª ed. rev. - Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212.

Hertzog, Lucas; Mello, Luciana G.. **Por uma abordagem interseccional das desigualdades: rupturas com visões hierarquizadas**. *Contemporânea (ONLINE)*, v. 10, p. 229-247, 2020.

Hobsbawm, Eric. **A Era dos Impérios**. 13 ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 2011.

Hobsbawm, Eric. **O sentido do passado**. Sobre História. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Jucá Neto, Clóvis Ramiro. **Os primórdios da organização do espaço e da vila cearense – algumas notas**. *Anais do Museu Paulista: História, Cultura e Material (Impresso)*, v. 20, p. 133-163, 2012.

Kajibanga, Víctor; Pimenta, Carlos. **Epistemologia dos Estudos Africanos. Saberes endógenos, ciências sociais e desafios dos países africanos**. *Revista Angolana de Sociologia* (2008).

Lander, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Libâneo, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **O sistema deorganização e de gestão da escola: teoria e prática**. In: LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra Educação escolar. Políticas, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 433-478.

Manzini, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, Bauru, v. 2, p. 10, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 07 mai. 2025.

Mattos, Geísa; Santyago, Sevy. **“Somos todos pardos?”: Autoclassificação, heteroclassificação racial e políticas de ação afirmativa no Ceará**. Salvador (Bahia): Caderno CRH. 2025.

Mattos, H. **Das Cores do Silêncio**. 3. Ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

Mbembe, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

Meijer, Rebeca de Alcântara e Silva. **A formação docente afrcentrada da UNILAB: o saber docente ancestral no ensino de didática nos países da integração**. DEBATES EM EDUCAÇÃO, v. 11, p. 598-611, 2019.

Melo, H. F.; Godoy, M. C.. **(Re)tecendo os espaços de ser: sobre a escrevivência de Conceição Evaristo como recurso emancipatório do povo afro-brasileiro**. In: V SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2015, Lecce – Itália. Caderno de Resumos: Simpósios. Lecce: SIMELP, 2015. p. Online-Online.

Memmi, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Michel, Johann. **Podemos falar de uma política do esquecimento?** *Revista Memória em Rede*, Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural; UFPel, v. 2, n. 3, pp. 14-26, 2010.

Moraes, Eduardo Jardim. **Modernismo Revisitado**. Estudos Históricos 2. Identidade Nacional. Cpdoc/ FGV. São Paulo. 1988. P. 220- 238. SAID,

Moura, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Munanga, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. 2ª. ed. São Paulo: Global, 2016.

Munanga, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Munanga, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional**

versus identidade negra. - 4. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

Myers, J. Uma "Atlantic History" avant La lettre: Transcultações atlânticas e caribenhas em Fernando Ortiz. *Sociologia & Antropologia*, v. 5, p. 745-770, 2015.

Nora, P. **Entre memória e história. A problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

Oliveira, J. C. A.. **Santuário do Senhor do Bomfim. Ex-votos, patrimônio cultural e fé.** Revista de Turismo Cultural (USP), v. 1, p. 1-23, 2007.

Oliven, R. G.. Edição eletrônica do livro A Parte e o Todo. **A diversidade cultural no Brasil-nação.** Petrópolis: Vozes, 2011.

Oliveira, Waldir Freitas. **Leopold Sedar Senghor e a Negritude.** Afro-Ásia, Salvador, n. 25-26, 2001, pp. 409-419. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21018>. Acesso em 10 abr. 2025.

Pimenta, C.; Kajibanga, V. **Epistemologia dos Estudos Africanos. Saberes endógenos, ciências sociais e desafios dos países africanos.** Revista Angolana de Sociologia, p. 1-20, 2008.

Pinheiro, J. D.. **Iracema, a virgem dos lábios de mel: negração e afirmação da indianidade no Ceará contemporâneo.** GIS Gesto e Som Revista de Antropologia, v. 11, p. 135-158, 2016.

Pimenta, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** Revisão técnica. Revisão técnica José Cerchi Fusari, - 7ª ed. — São Paulo: Cortez, 2012.

Pollak, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

Prearo-Lima, R.; Meira, F. M. de S. **Análise discursiva de “negro” e “preto” em dicionários de língua portuguesa.** DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 40, p. 1-32, 2024.

Ribeiro, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido de Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Ribeiro, Renata Dias. **Patricia Hill Collins e a noção de interseccionalidade: contribuições para uma teoria social crítica.** Journal of Philosophy, p. 111-128, 2024.

Sales, F. L. J. **Memórias afro-brasileiras: monumentos, museus e educação patrimonial em Redenção – Ceará.** 2016. 40 f. Monografia (Especialização em Política de Igualdade Racial) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. Redenção/CE, 2016.

Santos, Joel Rufino dos. **O que é racismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

Santos, Luís Sérgio. **O Cearense Revelado: uma jornada via DNA desvenda nossa ancestralidade**. Fortaleza: Instituto Myra Eliane, 2020.

Santos, Neuza Souza. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

Sartre, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. [3ª. Reimpressão, 2015).

Moritz, Schwarcz. **As Barbas do imperador, D. Pedro II: um Monarca dos Trópicos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Schwarcz, Lilia Moritz. **Nem Preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Schwarcz, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. 2ª edição – São Paulo: Publifolha, 2010.

Schwarcz, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993. [15ª reimpressão, 2017].

Secreto, Maria Verónica. **A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado**. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan.-mar. 2020, p. 33-51.

Sena, F. K. D. de. **A fenomenologia da identidade brasileira: uma análise sobre a identidade a partir do senso comum estudantil**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Editora Realize, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/58324>. Acesso em: 22 jul. 2024.

Sena, F. K. D.; Souza, N. E. C. **Impactos e possibilidades da Unilab negra: redencionistas, o que pensa sobre essa identidade política?**. In: Encontro Nacional do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (Mih/Unilab), 2023, Redenção. v. 28 n. Especial (2023): Anais do Encontro Nacional do Mestrado Interdisciplinar de Humanidades – Unilab / Ceará. São Leopoldo/RS: Revista Identidade, 2022. v. 28. P. 33-33.

Sena, F. K. D.; Barreira, S. K. . **O IMPACTO E AS POSSIBILIDADES DO USO DAS LITERATURAS DE FORMAÇÃO NACIONAL NO ENSINO DE HISTÓRIA**. In: XVII Encontro Estadual da ANPUH Ceará | HISTÓRIA E VERDADE, 2020, FORTALEZA - CE. ANAIS DO XVII ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH CEARÁ. Fortaleza/CE: ANPUH-CE, 2020. v. 17. p. 81-88.

Silva, A. C. da. **A desconstrução da discriminação no livro didático**. In: Kabengele Munanga. (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, 1999a, v. 1, p. 13-24.

Silva, Geranilde Costa e. **Pretagogia: construindo um referencial teórico-**

metodológico de matriz africana para a formação de professores/as. 2013. 243f. – (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2013.

Silva, Geysa D. B. M.. **O espetáculo da abolição: A negra nua.** In: III Semana Universitária da Unilab: Ética na Formação Acadêmica, 2016, Redenção. Anais da III Semana Universitária, 2016, v. 01.

Silva, Maurício. **Universidade Popular no Brasil e relações étnico-raciais: o caso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).** Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, v. 4, n. 1, p. 112-129, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rie-sup/article/view/8650726/16890>. Acesso em: 25 jul. 2024.

Silva, P. B. G. e. **Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras.** In: Kabengele Munanga. (Org.). Superando o racismo na escola. 2ª ed. Brasília, 2005b, v. 1, p. 155-172.

Silva, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará: das origens à extinção.** Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011.

Silva, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Unilab. **Diretrizes Gerais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)**, julho de 2010. Disponível em: https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/01/Estatuto-da-Universidade-da-Integra%C3%A7%C3%A3o-Internacional-da-Lusofonia-Afro-Brasileira-aprovado-pela-resolu%C3%A7%C3%A3o-42_2016-e-alterado-pelas-resolu%C3%A7%C3%B5es-33_2017-e-34_2017.pdf. Acessado em 20. Fev. 2024.

Unilab. **PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) 2016-2021.** Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/Anexo-Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-40-2016-PDI-2016-2021.pdf>. Acesso em 20 mai. 2024.

Unilab. **PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) 2023-2027.** Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/06/PDI-2023-2027-Pagina-individual.pdf>. Acesso em: 20. Mai. 2024.

Unilab. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História.** Acarape: Unilab, 2018. Disponível em: <http://historia.ihl.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/PPC.-V7.-Hist%C3%B3ria.-Semestral.24.-Mar%C3%A7o.-2018.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

Unilab. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia.** Acarape: Unilab, 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/https://unilab.edu.br/wp->

content/uploads/2024/10/PROJETO-PEDAGOGICO-CURRICULAR-2024.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

Universidade Livre Feminista. **Me gritaram negra, poema de Victoria Santa Cruz.** Disponível em: <https://feminismo.org.br/2015/03/21/me-gritaram-negra-poema-de-victoriasanta-cruz/>. Acesso em: 05. jun. 2025.

Vansima, Jean. **A tradição oral e sua metodologia.** *In* História geral da África Volume 1: metodologia e pré-história da África., Brasília: UNESCO, 2010. p. 139-166.